

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CENTRO DE PESQUISAS AGGEU MAGALHÃES
Mestrado Profissional em Saúde Pública

Andréia Santos Carvalho

**Concepções sobre Segurança Alimentar e Nutricional pelos
Quilombolas da Comunidade de Tijuaçu, Bahia: Uma
Abordagem Etnográfica sobre o PAA**

RECIFE
2010

ANDRÉIA SANTOS CARVALHO

**CONCEPÇÕES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PELOS
QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE DE TIJUAÇU, BAHIA: UMA ABORDAGEM
ETNOGRÁFICA SOBRE O PAA**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Profissional em Saúde Pública
do Centro de Pesquisas Aggeu
Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para
obtenção do grau de Mestre em Ciências.

Orientadora: Dr^a. Denise Oliveira e Silva

RECIFE

2010

Catálogo na fonte: Biblioteca do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães

A331c Carvalho, Andréia Santos.
Concepções sobre segurança alimentar e nutricional pelos Quilombolas da Comunidade de Tijuaçu, Bahia: uma abordagem etnográfica sobre o PAA / Andréia Santos Carvalho. — Recife: A. S. Carvalho, 2010.
145 p.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.

Orientadora: Denise Oliveira e Silva.

1. Segurança Alimentar e Nutricional. 2. Fome - etnografia. 3. Agricultura Sustentável. 4. Grupo com Ancestrais do Continente Africano. 5. Programas Governamentais. I. Silva, Denise Oliveira e. II. Título.

CDU 612.3

ANDRÉIA SANTOS CARVALHO

**CONCEPÇÕES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PELOS
QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE DE TIJUAÇU, BAHIA: UMA ABORDAGEM
ETNOGRÁFICA SOBRE O PAA**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Profissional em Saúde Pública
do Centro de Pesquisas Aggeu
Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para
obtenção do grau de Mestre em Ciências.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dr^a Idê Gurgel
CPQAM-FIOCRUZ

Dr^a Janine Collaço
UNB

Dr^a Maria do Carmo Freitas
UFBA

Dedico este trabalho aos quilombolas, especialmente os de Tijuáçu, por contribuírem para o meu crescimento profissional e principalmente pessoal, mostrando-me que, com determinação é possível derrubar as barreiras do preconceito e mudar a história.

0

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho. Obrigado!

Primeiramente, a Deus que me deu perseverança para continuar e vencer essa etapa muito difícil e a qual tive vontade de desistir várias vezes;

Ao meu amor e companheiro Anderson, maior incentivador, pela paciência, e ao meu irmão Odiney, que me acompanharam nesse processo desde o início;

À minha mãe sempre pela compreensão e pela força, assim como minha família que sempre acreditou, incentivou-me e deu apoio logístico e moral. Prima Cristiane, obrigada pelas caronas até o aeroporto;

A minha orientadora, que ajudou-me a dar os primeiros passos e mesmo com as dificuldades dessa caminhada, pudemos realizar um belo trabalho;

A família Silva, principalmente a Katiane e Adriano, assim como Edna Souza e Carla Monteiro, que me acolheram com maior carinho em Brasília quando não conhecia nada nem ninguém, inclusive eles.

Aos amigos pelo incentivo, pela força e por entender a minha ausência nesses últimos meses. Um agradecimento especial aos amigos conquistados em Brasília, em especial Simone, Fernanda e Cristina que tornaram essa experiência bem mais divertida;

Aos colegas de trabalho de Andorinha, Ponto Novo (Jucy, Lorena e Juliana Veras), Senhor do Bonfim (Risamaque, Cristiane Maia), Maceió (Quitéria, Bárbara e Juci) e Santa Inês pelo apoio e colaboração. Cada uma participou de uma etapa distinta nesse processo, mas que foram importantíssimas para a realização do todo.

A família do meu noivo pelo apoio e pela torcida. Valeu cunhada pelas dicas!

A Secretaria municipal de Saúde de Ponto Novo e de Andorinha, a Secretaria de Educação de Senhor do Bonfim e ao Instituto Federal - campus Maceió e Santa Inês - pelo apoio, dispensando-me para assistir minhas aulas e coleta de dados;

Ao Prefeito de Senhor de Bonfim, Paulo Machado, pelo apoio a realização do trabalho;

A comunidade quilombola de Tijuaçu, especialmente a Valmir, Josias, Detinha, Eucácia, Vanildo, Carlos, Socorro, Anísia, Margarida, Janiele, Gabriel, Elba, Rosimeire, Raimundo, Edite e pelo tempo que me proporcionaram para conversa, pelas risadas e principalmente, pelos ensinamentos.

Vivemos em um mundo que oferece a todos um banquete, mas impede que muitos dele participem; um mundo que nos torna, ao mesmo tempo, iguais e desiguais: iguais quanto às idéias e costumes que impõe e desiguais quanto às oportunidades que oferece
(Eduardo Galeano)

CARVALHO, Andréia Santos. Concepções sobre Segurança Alimentar e Nutricional pelos Quilombolas da Comunidade de Tijuáçu, Bahia: Uma abordagem etnográfica sobre o PAA. 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2010.

RESUMO

A fome e a insegurança alimentar são problemas que atinge milhares de pessoas em todo o mundo. Na América Latina e no Caribe existem 71 milhões de famintos, sendo os afrodescendentes um dos grupos mais afetados por esta situação. No Brasil, cerca de 10 milhões de famílias não possuem renda suficiente para garantir a segurança alimentar. Nas comunidades tradicionais quilombolas constata-se uma grave situação de insegurança alimentar, relacionada à constante ameaça ao domínio e preservação dos seus territórios, onde exercem suas atividades de subsistência, e um precário acesso às políticas públicas. Nesse contexto, a implementação de ações políticas que possibilitem o desenvolvimento da economia solidária, promoção da saúde e educação com valorização da cultura, direcionadas a erradicar os fatores condicionantes da insegurança alimentar no país, são prioritárias, principalmente dos grupos mais vulneráveis. O Programa de Aquisição de Alimentos é um forte aliado neste aspecto, pois faz parte da Resolução 38/2009 do FNDE, estabelece que 30% da aquisição de gêneros alimentícios da Alimentação Escolar devem provir da agricultura familiar de comunidades tradicionais. Através de uma abordagem etnográfica no quilombo de Tijuáçu apreendemos os significados da segurança alimentar para essa comunidade, que concebe e valoriza o alimento “natural” da terra como fonte de sobrevivência e de promoção do desenvolvimento local. O PAA é pouco conhecido, mas é visto como uma possibilidade de grandes transformações para o quilombo, à medida que promoverá renda aos agricultores familiares e uma Alimentação Escolar saudável para os alunos do município. Entretanto, para isso, é necessário o compromisso do Governo com as causas quilombolas, principalmente quanto à titulação de terras e disponibilização de implementos agrícolas, pois a falta destes tem sido apontada como a principal causa para o desencantamento dos trabalhadores com roça.

Palavras-chaves: Alimentação; Alimentação Escolar; Segurança Alimentar; Agricultura Sustentável; Grupo de ancestrais do continente africano

CARVALHO, Andréia Santos. Conceptions of Nutrition and Food Security for the Community of Tijuáçu Quilombo, Brazil: An ethnographic approach to the PAA, 2010. Dissertation (Master in Public Health) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2010.

ABSTRACT

Hunger and food insecurity are problems that affects thousands of people around the world. In Latin America and the Caribbean there are 71 million hungry people, the African descendant people is one of the most affected groups by this situation. In Brazil, some 10 million households do not have enough income to ensure food safety. In traditional Quilombolas communities (hiding places for fugitive slaves) there is a serious situation of food insecurity, related to the constant threat to the area and preservation of their territory, where they carry out their livelihood activities; and a precarious access to public policies. In this context, the implementation of policy actions to enable the development of social economy, health promotion and education with an appreciation of culture, in order to eradicate the factors that cause food insecurity in the country, are the priorities, especially to the most vulnerable groups. The Programa de Aquisição de Alimentos is a strong ally in this aspect as part of 38/2009 FNDE Resolution which states that 30% of the purchase of foodstuffs for School feeding must come from family farms from traditional communities. Through an ethnographic approach in Tijuáçu *Quilombola* we've grasped the meanings of food security for this community, which understands and appreciates the land "natural" food as a source of survival and promotion of local development. PAA is not well known, but is seen as a possibility for major changes to the *Quilombo community* as they promote income to family farmers and a healthy school meal for municipal district students. However, for this we need the government's commitment to the causes of former slaves, particularly regarding to land titling and provision of agricultural implements, because the lack of them has been considered as the main cause of farmer's disenchantment to the field.

Keywords: Food: School Feeding; Food Security; Sustainable Agriculture; Group of African continental ancestry

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|------------------|--|----|
| Figura 1 | Mapa de localização de Tijuacu | 58 |
| Figura 2 | Rua José Genário em Tijuacu | 61 |
| Figura 3 | Rua Nova em Tijuacu | 61 |
| Figura 4 | Praça do Comércio em Tijuacu | 62 |
| Figura 5 | Feira Pública em Tijuacu | 62 |
| Figura 6 | Escola Municipal Antônio José de Souza em Tijuacu | 63 |
| Figura 7 | Cemitério de Tijuacu | 64 |
| Figura 8 | Samba de lata de Tijuacu | 80 |
| Figura 9 | Roça de milho em Tijuacu | 84 |
| Figura 10 | Reza no Cruzeiro na sexta feira da paixão em Tijuacu | 86 |
| Figura 11 | Tabuleiro de acarajé em Tijuacu | 87 |
| Figura 12 | Igreja de São Benedito em Tijuacu | 88 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------------------|---|
| ACS | Agentes Comunitários de Saúde |
| ADCT | Ato das Disposições Constitucionais Transitórias |
| CDAF | Compra Direta da Agricultura Familiar |
| CNA | Comissão Nacional de Alimentação |
| CONAB | Companhia Nacional de Abastecimento |
| CONSEA | Conselho Nacional de Segurança Alimentar |
| CPR-Estoque | Formação de Estoque pela Agricultura Familiar |
| DAP | Declaração de aptidão ao Pronaf |
| DEP | Desnutrição energético-proteíca |
| ECH | Expressões chaves |
| FAO | Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IC | Idéias centrais |
| INAN | Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| IPCL | Incentivo à Produção e Consumo do Leite |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome |
| MERCOSUL | Mercado Comum do Sul |
| MESA | Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar |
| MS | Ministério da Saúde |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PNAN | Política Nacional de Alimentação e Nutrição |
| PRONAF | Programa de Fortalecimento da agricultura Familiar |
| SAN | Segurança Alimentar e Nutricional |
| SAPS | Serviço de Alimentação da Previdência Social |
| SEPPIR | Secretaria Especial Políticas de Promoção da Igualdade Racial |
| SUDENE | Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO..... | 11 |
| 1 INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 2 JUSTIFICATIVA..... | 17 |
| 3 PERGUNTA CONDUTORA | 18 |
| 4 OBJETIVOS..... | 19 |
| 4.1 Objetivo geral..... | 19 |
| 4.2 Objetivos específicos..... | 19 |
| 5 MARCO TEÓRICO CONCEITUAL..... | 20 |
| 5.1 A Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil..... | 20 |
| 5.2 O Programa Nacional de Alimentação Escolar..... | 26 |
| 5.3 A Agricultura familiar e o agronegócio no Brasil..... | 30 |
| 5.4 A Agricultura sustentável..... | 35 |
| 5.5 O Programa de Aquisição de Alimentos..... | 36 |
| 5.6 A História do negro no Brasil..... | 43 |
| 5.7 Os Quilombos no Brasil..... | 45 |
| 5.8 O Quilombo de Tijuáçu/Bahia..... | 50 |
| 5.9 A abordagem etnográfica como método..... | 53 |
| 6 PERCURSOS METODOLÓGICOS..... | 56 |
| 6.1 A Comunidade quilombola de Tijuáçu..... | 57 |
| 6.2 Os Quilombolas de Tijuáçu..... | 66 |
| 6.3 Primeiras aproximações..... | 67 |
| 6.3.1 Identificação e perfil dos informantes-chave..... | 69 |
| 6.3.2 As entrevistas em profundidade..... | 70 |
| 6.4 Análise de dados..... | 73 |
| 6.5 Questões éticas..... | 74 |
| 7 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | 76 |
| 7.1 A formação histórica da comunidade quilombola de Tijuáçu..... | 76 |
| 7.2 Aspectos simbólicos sociais da produção agrícola: o desencantamento da roça..... | 89 |
| 7.3 A produção de alimentos ressignificada no PNAE: alimentos tratados e não tratados..... | 104 |

| | |
|--|------------|
| 7.4 Uma relação desconhecida: PNAE e PAA..... | 109 |
| 7.5 Perspectivas de Segurança Alimentar e Nutricional em Tijuacu pelo PAA e PNAE..... | 116 |
| 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 120 |
| REFERÊNCIAS..... | 123 |
| Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... | 138 |
| Apêndice B – Roteiro de Entrevistas..... | 139 |
| Anexo A – Parecer do Comitê de Ética..... | 141 |

APRESENTAÇÃO

Trabalho como nutricionista, responsável técnica do Programa de Alimentação Escolar, no município de Senhor do Bonfim desde 2006. Nesse período sempre fiz vários questionamentos a mim mesma sobre qual seria a melhor maneira de trabalhar a Alimentação Escolar para a localidade considerada quilombola, já que o próprio governo enviava recursos diferenciados, através do Programa, para esses. A minha dúvida pairava justamente no fato de tentar trabalhar o princípio de equidade e estar cometendo um ato discriminatório, pois quem poderia me garantir que as pessoas quisessem ou queiram ser diferentes ou tratadas diferentemente das outras? Será que colocando uma alimentação escolar típica da cultura negra eu não estaria fazendo com que essas pessoas sentissem-se excluídas da sociedade como sempre foram? Ou então, mantendo uma alimentação dita como de uma sociedade branca, globalizada, eu estaria contribuindo para extinção dos costumes e tradições desse povo? Ou talvez um pouquinho de cada coisa fosse a solução? Sei que em meio a tantas incertezas continuei a tratar o diferente de forma igual, sem ter a certeza se estaria cometendo um erro ou não.

Juntamente com todas essas indagações surgiu mais uma interrogação nesse conduzir da minha prática profissional, quando saiu à Resolução do 38/2009 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que estabelece vantagens para as comunidades tradicionais com relação à oferta de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Nesse momento descobri a forma de ajudar um dos distritos daqui de Senhor do Bonfim mais carentes, mas infelizmente as coisas não eram exatamente da forma que imaginava. Entre os distritos do município, Tijuaçu era o que menos estava estruturado para fornecer alimentos nestas condições. Essa descoberta pra mim foi frustrante, porque no momento em que pensei que poderia ajudar, pois não existiam dúvidas particulares e o programa previa regalias a essa comunidade, diferentemente das outras no município, descobri que não bastava apenas vontade, existiam muitos outros fatores intervenientes, que precisavam ser descobertos, para posteriormente serem solucionados.

Com o ingresso no mestrado profissional tive a oportunidade de tirar ou pelo menos tentar uma reflexão mais aproximada do que essa comunidade deseja e desta forma poder conduzir o meu trabalho da melhor maneira possível, visando o benefício de todos. Assim, procurando as respostas para os meus questionamentos e principalmente para encontrar a maneira de ajudá-los, de acordo com as necessidades e os desejos deles, comecei meu estudo na Comunidade remanescente de Quilombo em Tijuçu, com objetivo de analisar as percepções simbólicas e sociais deles relacionadas à oferta de alimentos de produção da agricultura familiar ao PNAE, por meio da implantação do PAA, como estratégia de segurança alimentar e nutricional local.

O convívio com a comunidade de Tijuçu possibilitou-me, ao observar o seu cotidiano, compreender os significados das suas representações quanto à valorização da sua formação histórica e cultural, a luta pela sobrevivência através da agricultura familiar, a construção de sua identidade quilombola, superando o racismo e discriminação, bem como suas expectativas quanto ao desenvolvimento do quilombo.

Em seus cinco capítulos, esse trabalho procura demonstrar os aspectos que puderam ser apreendidos, através de uma abordagem etnográfica, com uma análise hermenêutico-dialética, no tange as representações quilombolas quanto à segurança alimentar e nutricional desta comunidade. Com a hermenêutica pudemos trabalhar com a compreensão como categoria metodológica mais potente e com os significados como balizas do pensamento, com a dialética fizemos a articulação dessas idéias, utilizando a crítica, a oposição, como transformadora da realidade social. Sendo assim, no capítulo 1 fazemos um resgate da formação histórica deste quilombo, relatando a valorização das tradições culturais, principalmente das manifestações artística e religiosa, e a construção da sua identidade quilombola, diante de efêmeras atitudes de racismo e discriminação. No capítulo 2 abordamos os principais motivos, que na concepção destes quilombolas, estão provocando o desencantamento pela roça, pois não há como sobreviver com algo com qual não se tem incentivos e muito menos, pertencimento. No capítulo 3 a comunidade nos dá uma aula quanto à importância de cultivar uma alimentação orgânica, natural, como representação de uma vida saudável. No capítulo 4 a comunidade descreve suas perspectivas com relação ao um programa até então desconhecido – o PAA, mas

que surge como esperança de trazer melhorias para comunidade, principalmente com geração de renda. Por fim, no capítulo 5 faço um panorama crítico de todos esses significados, com o objetivo de explicar as possibilidades para a promoção da segurança alimentar e nutricional no quilombo. Deixo a dialética ser a fonte inspiradora para propor as mudanças na realidade social dessas e quem sabe muitas outras comunidades quilombolas.

1 INTRODUÇÃO

A alimentação se constitui em algo complexo, pois ela não serve apenas para satisfazer as necessidades nutricionais e possibilitar o desenvolvimento humano, indo muito além, representando a comunhão entre os seres humanos e a própria natureza, permeada de características culturais específicas de cada grupamento humano. O direito à alimentação é um direito individual a ser garantido universal e incondicionalmente ao ser humano, mas infelizmente um bilhão de pessoas no mundo passa fome. Inúmeros fatores estão relacionados com a fome e dentre eles podemos destacar a distribuição desigual de renda, a indisponibilidade de alimentos em algumas regiões, a falta de terra e recursos para produzir, o difícil acesso aos alimentos e entre outros, o processo de produção industrial e a globalização, que introduzem uma mudança nos padrões alimentares. As conseqüências, dessa privação de alimentos, são inúmeras e afetam vários aspectos como os econômicos e sociais, mas principalmente o biológico, com o comprometimento da saúde e do desenvolvimento humano.

A situação no Brasil não é diferente da observada em outros países com características econômicas semelhantes, principalmente por se tratar de um país com influências culturais de vários grupos étnicos no seu processo de colonização, com destaque para os indígenas e negros. As comunidades tradicionais indígenas e remanescentes de quilombos, atualmente são consideradas grupos de alta vulnerabilidade social, por vivenciarem as conseqüências do processo de colonização e de opressão histórica sofrida por seus antepassados. Nesses grupos, a pobreza, a falta de renda suficiente, a escassez de recursos naturais para o desenvolvimento de sua economia de subsistência, a fome e a insegurança alimentar, são altamente prevalentes e com grandes conseqüências para o estado de saúde e de vida. Nas comunidades tradicionais quilombolas, há problemas crônicos de insegurança alimentar, péssimas condições sócio-econômicas, e a cada dia a situação se agrava, devido à invisibilidade social e estatística vivenciada por muitos anos. Porém, essa situação tende a melhorar a partir da criação de políticas propriamente ditas direcionadas à essas comunidades tradicionais, da instituição de programas como o de Combate ao racismo institucional e pela força intersetorial

como a do Ministério da Educação, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que na resolução 38 de 16 de Julho de 2009, estabelece a aquisição de no mínimo 30% dos recursos federais transferidos aos municípios com aquisição de gêneros diretamente da agricultura familiar dessas comunidades tradicionais, como os quilombolas, sendo uma forma de promover o processo de desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar nesses grupos.

No entanto, será que apenas a aplicação dessas políticas, programas e resoluções é suficiente para que acabe com a fome e a pobreza desses grupos? Será que aplicar o que é dito saudável, sustentável e moderno de sociedade atual é capaz de atender aos anseios dessas comunidades? Será que o resgate de seus valores culturais é algo desejado por essas comunidades que estão inseridos num mundo globalizado? Questões como estas precisam ser levantadas e respondidas, mas para isso é preciso uma compreensão profunda da realidade do cotidiano desses grupos, que muitas vezes, no mundo atual, preferem abdicar dos seus hábitos culturais e alimentares e aderirem a uma cultura globalizada como forma de sentirem-se parte dessa sociedade, da qual foram excluídos por muito tempo, o que acaba favorecendo a situação precária de vida e de insegurança alimentar em que se encontram.

A comunidade remanescente de quilombo de Tijuaçu, localizada no município de Senhor do Bonfim, na Bahia, Estado com maior presença negra, reflete as características peculiares das comunidades tradicionais do país como a falta de energia elétrica, água encanada, precárias condições de moradia, acesso à educação e a serviços de saúde e constante conflitos pela posse de suas terras. Sendo assim, Tijuaçu representa o cenário ideal para um estudo aprofundado da realidade cotidiana de seu povo, a fim de levantar as suas necessidades prioritárias e propor a prática de ações que visem à melhoria da qualidade de vida dessa população, como garantia de acesso ao conjunto de bens e serviços sociais necessários ao seu desenvolvimento, considerando sempre a realidade sociocultural desta comunidade.

A abordagem etnográfica é um estudo que nos permitiu a análise profunda dessas questões, pois possibilitou ao observador uma análise densa da realidade observada, já que há uma forte interação entre os sujeitos envolvidos na pesquisa com o investigador. A partir dessa análise, foram encontrados os elementos

necessários para elucidar a construção de ações que realmente atendam as necessidades desses grupos, já que a comunidade é parte integrante dessa construção e pode dar sua contribuição.

Desta forma, este estudo contribuiu para fornecer subsídios para a criação de estratégias políticas, técnicas e operacionais que permitam à melhoria das condições de vida da comunidade.

2 JUSTIFICATIVA

Segurança alimentar e nutricional (SAN) é uma questão amplamente debatida em todo mundo. É um direito humano que fortalece a condição de cidadania e está articulada a diversas políticas sociais. Mas a insegurança alimentar atinge milhões de pessoas ao redor do mundo, que não possuem renda suficiente para ter acesso a uma alimentação adequada tanto no aspecto qualitativo quanto no quantitativo. No Brasil, o problema da fome não é diferente, principalmente ao se tratar de grupos com alta vulnerabilidade social como as comunidades tradicionais quilombolas, que sofrem as conseqüências oriundas do processo histórico de colonização dos seus ancestrais em nosso país e encontra-se em constante e grave situação de insegurança alimentar e nutricional, principalmente no público infantil. A Bahia representa o estado de maior presença negra no Brasil com a existência estimada de 300 a 500 comunidades quilombolas, sendo o Quilombo Tijuaçu uma delas, que pode retratar fielmente a precária situação de saúde e nutrição desses povos. Diante desse cenário faz-se necessário analisar as potencialidades locais existentes, para estabelecer estratégias, que favoreçam o fortalecimento da agricultura familiar, como eixo sustentador do desenvolvimento da comunidade. Nesse aspecto, o Programa de Aquisição de alimentos (PAA) pode trazer grandes contribuições, permitindo o desenvolvimento sustentável e a promoção da segurança alimentar e nutricional da comunidade quilombola de Tijuaçu.

3 PERGUNTA CONDUTORA

Quais as percepções da comunidade quilombola de Tijuaçu frente à possibilidade de realização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para oferecer alimentos ao programa nacional de alimentação escolar, como estratégia de promoção a segurança alimentar e nutricional local?

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Analisar as percepções simbólicas e sociais relacionadas à oferta de alimentos de produção da agricultura familiar, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de promoção a segurança alimentar e nutricional, na comunidade quilombola de Tijuaçu, Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil.

4.2 Objetivos específicos

- a) Apresentar o processo histórico social de desenvolvimento da comunidade;
- b) Descrever as características simbólicas e sociais da produção agrícola familiar;
- c) Caracterizar o conhecimento da comunidade sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos proposto pelo Governo Federal;
- d) Avaliar as principais dificuldades encontradas na produção de alimentos para o Programa de Alimentação Escolar;

5 MARCO TEÓRICO CONCEITUAL

5.1 A Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil

A segurança alimentar pode ser entendida como a “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (BRASIL, 2008). Quando se discute segurança alimentar, está-se falando de condições de vida e nutricionais adequadas e que nenhum indicador, isoladamente, consegue dar conta das múltiplas dimensões que fazem parte desta mensuração. Qualquer alteração destas questões que ocupam o campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como: o acesso a terra, à água, à renda, à alimentação, ao emprego e a serviços públicos, associados à vulnerabilidade socioeconômica, alimentar e nutricional, levam a precariedade de condições sociais de vida e a um quadro de insegurança alimentar e nutricional, que pode comprometer o pleno potencial de desenvolvimento e crescimento humano (BURLANDY; COSTA, 2007).

O problema da fome e da insegurança alimentar tem uma dimensão global e cerca de mais de 01 bilhão de pessoas no do mundo, particularmente, em países em desenvolvimento, não tem alimentos suficientes para a satisfação das suas necessidades nutricionais básicas. O Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e no Caribe em 2009 destaca que os avanços no combate à fome nos últimos 20 anos foram perdidos pelos problemas dos anos recentes. A FAO notou que entre os grupos mais afetados estão os afrodescendentes, 150 milhões de pessoas na região, localizadas, sobretudo, em Brasil, Colômbia e Venezuela, e os indígenas, concentrados, sobretudo na Bolívia, onde são 62% da população, na Guatemala (41%) e no México (10%) (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2009). A pobreza é considerada a maior causa da insegurança alimentar, pois dificulta o acesso aos alimentos e aos meios de

produção, como a terra e a água, impedido o cumprimento de um direito humano básico, que é a alimentação (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1996).

No Brasil, a fome não é um problema contemporâneo. Sua raiz existe desde os primórdios do período colonial constatada pela escassez de alimentos e pela desigualdade na distribuição do que era produzido pela população. A fome no Brasil e no mundo foi, por muitas décadas, encarada como um fenômeno natural e inevitável, como forma de ocultar as verdadeiras causas que foram, no passado, o tipo de exploração colonial imposto à maioria dos povos do mundo, e, no presente, o neocolonialismo econômico a que estão submetidos os países de economia primária, dependentes, subdesenvolvidos, que são também países de fome (CASTRO, 2003). A fome em meados de 1946 era tratada como um tabu, por isso, Josué de Castro quando lança o seu livro Geografia da Fome nessa época, acaba com essa mistificação, afirmando que a fome tornou-se um tema proibido ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado por conta dos interesses e preconceitos de ordem moral, de ordem política e econômica da chamada civilização ocidental da época (CORRÊA, 2006). A fome foi criada artificialmente pelo modelo adotado e estava associada à questão da raça. No Brasil, o pensamento era que a fome deveria fazer parte do dia-a-dia do brasileiro, pois era um país de mestiços, indolentes, de gente de cor (CORRÊA, 2006).

Josué de Castro realizou um dos mais profundos estudos brasileiros sobre a insegurança alimentar presente no Brasil, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. Neste estudo constatou que a falta de nutrientes, na comida cotidiana de tais povos, se dá por características climáticas, culturais e do solo, próprias de cada localidade, além do motivo principal: a concentração de terra na mão de poucas pessoas (CORRÊA, 2006).

Na Nação Brasileira, cerca de 10 milhões de famílias não possuem renda suficiente para garantir a segurança alimentar (INSTITUTO CIDADANIA, 2001). Além disso, o mapa da fome brasileiro reflete as desigualdades econômicas entre as diversas regiões, sendo o Nordeste e Norte, as que concentram a maior proporção de pessoas com dificuldade de acesso a alimentação (IBGE, 2006). Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 constata-se que, no país, 14 milhões de pessoas passaram pelo menos um dia inteiro sem ter com o que se alimentar com destaque para a região Nordeste, onde a fome atingiu

12,4% dos domicílios e a região Norte com 10,9%. Nas regiões Sul e Sudeste, a fome atingiu 3,5% e 3,8% dos domicílios, respectivamente (BRASIL, 2004).

A insegurança alimentar pode ser definida como a limitação ou a incerteza de ter acesso a alimentos adequados, em qualidade e quantidade suficientes, sem que essa restrição tenha, necessariamente, afetado suas condições biológicas, como, por exemplo, o desenvolvimento físico da pessoa (BICKEI et al., 2000). Estudos têm mostrado que a insegurança alimentar é um processo contínuo, composto por uma seqüência de estágios, que na maioria das vezes, inicia-se como uma preocupação com quantidade de alimentos disponíveis no domicílio para consumo e pode vir a culminar em restrição alimentar de todos os membros do domicílio, caso a situação que a deflagrou não se altere (BUKHARI et al., 2004; WEBB et al., 2006). No entanto, se essa situação perdura por um longo período começa a afetar a condição nutricional e de sobrevivência, principalmente de crianças menores de 5 anos, uma vez que condiciona o seu desenvolvimento tanto físico quanto cognitivo, influenciando na incidência e prevalência de morbidade e na potencialização de riscos de contração de doenças na vida adulta (PELLETIER; FRONGILLO, 2003). Uma alimentação insuficiente em quantidade e qualidade é responsável pela elevada ocorrência de doenças nutricionais, como a desnutrição protéico-calórica e deficiência de micronutrientes.

As carências nutricionais, em especial a desnutrição energético-proteica (DEP), representam um dos principais problemas de saúde infantil (ASSIS; BARRETO, 2000) com alta prevalência em determinados grupos populacionais, atingindo principalmente crianças que vivem em regiões menos desenvolvidas (CONDE, 2007). Para Monteiro et al. (2000), a desnutrição infantil, expressa pelo comprometimento do crescimento linear e/ou ponderal, é ainda um dos principais problemas de saúde pública em alguns países, pois representa uma síndrome biológica e social, que extrapola a deficiência alimentar propriamente dita e se associa às condições de desenvolvimento econômico e social. No Brasil, desde a década de 70, observa-se um declínio da desnutrição na infância em todo o país, sobretudo nas áreas urbanas, mas com intensidades diferentes dependendo da região e do estrato social (OLIVEIRA, 2007). O nordeste brasileiro apresenta as mais elevadas prevalências de déficits antropométricos, segundo dados do Ministério da Saúde. Na avaliação realizada com crianças menores de 07 anos,

beneficiárias do Programa Bolsa Família em 2004, na qual cerca de 15,1% apresentam déficit de crescimento linear e 10,7% déficit ponderal.

Os determinantes dos déficits antropométricos na infância configuram-se como uma estrutura complexa e variada, na qual a privação das satisfações básicas de vida impostas por condições inadequadas do ambiente social e econômico, podem levar a uma restrição alimentar. Associada a elevada carga de morbidade e a iniquidade em saúde, promovem um retardo do crescimento na infância (AERTS et al., 2004; OLIVEIRA et al., 2007). O crescimento linear expressa, cumulativamente, à influência das condições ambientais sobre a saúde e nutrição na infância, pois persiste como seqüela epidemiológica, possibilitando uma visão retrospectiva do processo nutricional (CARVALHO et al., 2000). O atraso do crescimento esquelético, conhecido como nanismo, representa uma das manifestações biológicas mais características da desnutrição crônica e traz como conseqüências o aumento do risco de morbidade e mortalidade, deficiência no desenvolvimento, problemas reprodutivos e compromete o potencial de desempenho na idade adulta (MONTEIRO et al., 2000). A altura é reconhecida como a melhor medida que resume o estado de nutrição e saúde de uma comunidade, representando um excelente indicador da qualidade de vida e uma fiel resposta à soma das condições ambientais que a determinam e do potencial genético do indivíduo (LAURENTINO et al., 2003).

Estudiosos, desde o século XIX, afirmam que a estatura final alcançada por uma população é o resultado direto das condições ambientais e socioeconômicas, com o fator genético assumindo um caráter secundário, principalmente em países em desenvolvimento. Na literatura podemos encontrar bem documentado a relação entre nanismo e condições ambientais, no qual a baixa escolaridade dos pais, baixos níveis de renda e precárias condições de habitação e saneamento são apontados como os principais determinantes do déficit estatural (FRANÇA et al., 2000; KAC, 1999). Lei et al. (1997), encontraram riscos elevados entre escolares de Osasco em famílias que moravam em precárias condições, chefiadas por analfabetos e possuíam renda per capita inferior a 0,5 salário mínimo. Oliveira et al. (2007), observaram resultados semelhantes com aqueles que identificaram que a baixa renda familiar, restrito acesso a serviços de saúde, condições precárias de

saneamento básico e baixa escolaridade materna constituem condicionantes das condições de saúde e nutrição na infância.

Apesar da desnutrição ainda apresentar alta prevalência, países em desenvolvimento têm retratado uma mudança do perfil nutricional de sua população, conhecida como transição nutricional, na qual se observa uma clara tendência de declínio da prevalência de formas mais graves de desnutrição e aumento desordenado do sobrepeso e da obesidade (MARTORREL et al., 2000; FILHO, 2007; ANJOS, 2003). A obesidade é considerada atualmente um dos problemas mais grave de saúde pública, aparecendo como um problema mais frequente e grave que a desnutrição nos setores mais pobres da população. No Brasil, esta situação é evidenciada pela crescente ocorrência de problemas nutricionais relacionados ao excesso de peso e às doenças crônicas como, diabetes tipo 02, hipertensão arterial, doença coronariana e diversos tipos de câncer (GIGANTE, 2009), principalmente em populações com grande vulnerabilidade econômica e social como as comunidades tradicionais: indígenas e quilombolas, que apresentam modificações nos seus padrões alimentares e de vida.

Comunidades tradicionais quilombolas, são núcleos populacionais étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição com trajetórias histórica própria, dotadas de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Sua distribuição no país é evidenciada em todas as regiões, principalmente no nordeste e sudeste (BRASIL, 2005). Nessas comunidades podemos observar fortemente a influência dos fatores ambientais impossibilitando que as pessoas desenvolvam seu potencial genético, por não possuírem as condições mínimas de vida.

Fruto de todo processo histórico sofrido de escravidão, exclusão social e dos atentados ao direito à vida e à integridade física, psicológica e moral, essa população enfrenta problemas crônicos de insegurança alimentar com comprometimento do crescimento linear devido à baixa escolaridade, péssimas condições de moradia e acesso a serviços, renda muito baixa e principalmente por sua invisibilidade social e estatística (COIMBRA; SANTOS, 2000). Em certas populações, a herança genética pode ser relevante na estatura, mas o nanismo nessas comunidades pode ser produto da fome crônica, da desigualdade social e da miséria em que vivem, já que se encontram incluídos nos 4% mais pobres da

sociedade brasileira e 57% das famílias quilombolas hoje pertencem à classe social E (BRASIL, 2001).

Nessas comunidades é evidenciada uma grave situação de insegurança alimentar que está associada à constante ameaça ao domínio e preservação dos seus territórios, onde exercem suas atividades de subsistência e ao precário acesso as políticas públicas propriamente ditas. Silva et al. (2008), em seu estudo com comunidades quilombolas em Santarém, no Pará, identificou que essas comunidades reconhecem que estão em situação de insegurança alimentar e consideram os fatores causais de maior relevância para esta situação a falta de posse de terra, a ausência de uma renda monetária, o aumento das doenças, os fatores ambientais, a falta de tecnologia apropriada, a marginalidade e o analfabetismo. Segundo a concepção dessas comunidades, a não-titulação das terras quilombolas, pode influenciar o estado nutricional das coletividades pela forma como se dão à oferta e a disponibilidade, o acesso e o consumo dos alimentos.

Na chamada nutricional realizada em comunidades quilombolas em 2006, apenas 30% das famílias possuíam água encanada, 3,2% rede de esgoto, 90% sobreviviam com menos de 01 salário mínimo e 47,3% dos chefes de família possuíam escolaridade inferior a 4ª série. A prevalência de desnutrição infantil crônica representa 11,6% para os menores de 05 anos igualando-se às crianças do Nordeste urbano de uma década atrás (BRASIL, 2007). Pesquisadores em Santarém encontraram uma taxa de mortalidade infantil de 38,6 óbitos por mil nascidos vivos, representando uma taxa de mortalidade elevada em comunidade quilombolas em relação às estimativas para o conjunto do país e regiões, mas inferior às encontradas para os povos indígenas em nível nacional (GUERRERO, 2007).

Hoffmann (2008) encontrou que a proporção de domicílios com pessoas com insegurança alimentar grave é quase três vezes maior entre aqueles cuja pessoa de referência é preta ou parda, mesmo quando ocorre o controle do efeito da renda domiciliar, da escolaridade e de outras variáveis, sugerindo a existência de efeitos específicos associados à discriminação. Outro problema prevalente nas comunidades remanescentes de quilombo é a anemia falciforme que apresenta significativa importância epidemiológica em virtude da prevalência e da morbimortalidade que apresenta, e por isso, tem sido comumente apontada como

uma questão de saúde pública (PAIVA; SILVA et al., 1993). Além da anemia, as doenças crônicas não-transmissíveis, como hipertensão arterial e diabetes, tem alta prevalência nessas populações. Estudos apontam o fator genético como um dos principais contribuintes dessa situação, mas de acordo com Zago (2004), embora o agravo predomine ainda entre afro-descendentes, a miscigenação crescente vai tornando essas doenças sem um vínculo claro com a "etnia". Essas questões precisam ser consideradas, pois a alimentação de forte influência na prevalência dessas doenças.

Na comunidade quilombola de Tijuaçu, no município de Senhor do Bonfim, na Bahia, habitam cerca de 5000 pessoas, em condições de vida muito precária, com a população bastante pobre que vive basicamente da agricultura. Poucas casas possuem banheiro e em alguns povoados, a energia e a água encanada ainda não chegaram. Há um grande número de analfabetos, muitas crianças estão nas ruas e famílias são numerosas. Além disso, outro problema que tem preocupado bastante os moradores é o grande número de alcoólatras. Apesar das conquistas da Associação Agropastoril e os benefícios que têm chegado através dos órgãos oficiais, principalmente da Fundação Cultural Palmares, muito ainda precisa ser feito em prol da comunidade (MIRANDA, 2008).

Diante desse contexto, com sérios problemas de saúde e precárias condições de sobrevivência que comprometem o pleno desenvolvimento humano, existe a real necessidade de programar ações políticas que possibilitem o desenvolvimento da economia solidária, promoção da saúde, educação, valorização da cultura e construção de infra-estrutura adequada, direcionadas a erradicar os fatores condicionantes da insegurança alimentar no país, como a pobreza, com atendimento às peculiaridades, principalmente dos grupos mais vulneráveis.

5.2 O Programa Nacional de Alimentação Escolar

No Brasil, desde a década de 30, várias políticas sociais de alimentação e nutrição foram implementadas com o intuito de reduzir as diferenças sociais e enfrentar o problema da fome, que é a principal expressão da insegurança alimentar,

e com a finalidade de articular programas e projetos que modificassem as condições de nutrição e assegurassem o direito humano à alimentação adequada a toda a população brasileira, com atuação integrada de outros setores. No transcurso do Estado Novo, registra-se a emergência da política social de alimentação e nutrição a partir da criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), que promulgou o primeiro Plano Nacional de Alimentação. No decorrer dos anos, a questão da intervenção estatal em alimentação e nutrição se materializava pela continuação das ações do SAPS, da criação do embrião do atual Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do início de programa de assistência nutricional às gestantes, nutrizes e crianças menores de cinco anos, da criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), a constituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e por fim a aprovação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) (VASCONCELOS, 2005).

A PNAN que foi instituída pela portaria nº 710 de 10 de junho de 1999, atesta o compromisso do Governo Federal com os males relacionados à escassez de alimentos e à pobreza, principalmente nas regiões de atraso econômico e social. Ela integra a Política Nacional de Saúde, inserindo-se, ao mesmo tempo, no contexto da SAN, tem suas ações voltadas para garantia da segurança alimentar e nutricional como consequência prática do direito humano à alimentação e nutrição, que extrapola o setor saúde e alcança um caráter intersetorial. Seu propósito é a garantia da qualidade dos alimentos colocados para consumo no País, a promoção de práticas alimentares saudáveis e a prevenção e o controle dos distúrbios nutricionais, bem como estímulo às ações intersetoriais que propiciem o acesso universal aos alimentos (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2004).

Analisando o eixo longitudinal da trajetória da política social de alimentação e nutrição no Brasil, pode-se observar que o PNAE, criado desde 1954, é o maior e mais antigo programa de alimentação e nutrição do Brasil. Tem por objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos da educação básica e das modalidades de ensino da educação de jovens e adultos, mediante a oferta de suplementação alimentar, durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, bem como

promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. O emprego da alimentação saudável e adequada compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, em conformidade com a faixa etária, o sexo, a atividade física e o estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica (SANTOS, 2008).

O PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com transferência dos recursos federais aos demais entes da federação, no valor de R\$ 0,60 para alunos de creches, de escolas indígenas e daquelas localizadas em áreas remanescentes de quilombos e de R\$ 0,30 para os demais estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Além disso, tem como princípios norteadores a universalização, a continuidade, a descentralização e a participação social, dessa forma beneficiando todos os alunos cadastrados no Censo Escolar, independente da condição social, raça, cor e etnia, buscando o tratamento igual para os alunos sadios e o tratamento diferenciado para os alunos portadores de necessidades especiais. Esse programa em relação às comunidades tradicionais apresenta como especificidade a recomendação de atender no mínimo de 30% das nutricionais diárias destes escolares (BRASIL, 2010). Estima-se que cerca de 129 mil crianças quilombolas no país são atendidas pelo PNAE e que, para muitas delas, a alimentação escolar representa a única refeição diária. Entretanto, embora essas crianças possam estar protegidas contra a desnutrição, a insegurança alimentar ameaça e atinge suas famílias (PEREIRA, 2009).

Recentemente, foi publicada a Resolução 38/FNDE de 16/07/2009, que, em seu artigo 18, estabelece que, no mínimo 30% dos recursos transferidos pelo FNDE aos municípios para o programa de alimentação escolar, deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diversificados, diretamente da Agricultura Familiar e o Empreendedor Familiar Rural e suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o artigo 14, da lei 11.947/2009. Além disso, estabelece que a aquisição, desses alimentos, deverá promover a alimentação saudável e adequada à clientela do PNAE, de forma a contribuir com o fortalecimento do desenvolvimento sustentável e conseqüentemente propiciando a geração de empregos e renda, segurança alimentar e melhores condições de vida

(BRASIL, 2009). Dessa forma, o PNAE é visto como uma estratégia capaz de contribuir para redução na insegurança alimentar dessas comunidades.

Esse fato representa um grande avanço para trazer algum benefício às comunidades tradicionais, principalmente aos quilombolas, e pode ser fruto do reconhecimento das desigualdades por razão de gênero, étnico-raciais e geracionais na sociedade brasileira que possibilitou a proposição de ações que assegurem os direitos humanos no âmbito da alimentação e nutrição atendendo as diferenças, apoiados na instituição do Programa de Combate ao Racismo Institucional no Brasil, que tem um dos seus componentes focalizado em ações em saúde, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, na busca da equidade e do combate ao racismo (BRASIL, 2007).

A resolução também prevê que para o agricultor participar desse programa, que favorece a compra da agricultura familiar sem necessidade de licitação, os mesmos devem estar organizados em grupos sociais como as associações e as cooperativas. Segundo Wanderley (2001), a produção em assentamentos rurais beneficia a vida local, elevando a condição dos trabalhadores rurais com ampliação de acesso à educação e à habitação, além de diversificar a produção agropecuária e ampliar a oferta de alimentos. No entanto, apesar da produção da agricultura familiar representar 85,2% do total dos estabelecimentos e ser responsável por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional, ela ocupa 30,5% da área total e recebe apenas 25,3% do financiamento destinado a agricultura. Para Oliveira (2006 apud VEZALLI, 2006), uma forma de fortalecer a agricultura familiar, como atividade geradora de recursos financeiros e desenvolvimento social local, e torná-la competitiva com a agricultura patronal, principalmente nas regiões mais empobrecidas, é a criação de cooperativas.

O cooperativismo entre pequenos produtores rurais tomou força na década de 80, em resposta ao longo ciclo de estagnação econômica nacional, e deu um salto nos últimos cinco anos. Segundo levantamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, os quase 15 mil empreendimentos foram criados como alternativa ao desemprego e como possibilidade de complementar a renda da família. Quase metade das cooperativas e empreendimentos solidários no país está ligada à agropecuária, extrativismo e pesca. Mas o índice de cooperativismo ainda é muito baixo: no país somente 13%

das famílias participam, enquanto na Itália, que é uma referência nesse assunto, esse número chega a 82%. Alguns estudiosos acreditam que as cooperativas no Brasil ainda enfrentem dificuldades para conseguir crédito, vender seus produtos ou receber assistência técnica, além de serem recentes as políticas desenvolvidas pelos governos para incentivar o segmento. No caso das comunidades tradicionais, além dos fatores acima citados, existe o acesso limitado às políticas públicas e a constante ameaça ao domínio e preservação de seus territórios, que podem limitar o desenvolvimento social dessas comunidades (SANTOS et al., 2009). Sendo esta realidade enfrentada pela comunidade de Tijuçu.

No entanto, até aqui partimos de suposições que podem impedir o desenvolvimento social dessas comunidades, considerando o olhar de um espectador externo a essa realidade, que muitas vezes não conseguem captar densamente os significados de uma realidade que não é vivenciada por ele. Nesse sentido, é importante partir de um estudo que possa analisar a aceção dessa comunidade em relação à alimentação, mas especificamente a alimentação escolar, numa perspectiva do processo de desenvolvimento sustentável e promoção da segurança alimentar, de forma a eliminar os obstáculos que impeçam o alcance desses objetivos e permitam encontrar subsídios necessários para torná-los realidade.

5.3 A Agricultura Familiar e o agronegócio no Brasil

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, embora com a abrangência que lhe tem sido atribuída nos últimos anos, assume ares de novidade e renovação. Ela ostenta papel fundamental no contexto agropecuário brasileiro tanto na produção de alimentos quanto na geração de empregos. No entanto, devido a sua invisibilidade estatística, não é destacada como categoria socioeconômica, diferentemente do que é observada na economia Americana, na qual a agricultura familiar participa com mais da metade do valor das vendas, evidenciando que uma economia de mercado na dispensa a agricultura familiar e esta não ignora o mercado (EVANGELISTA, 2000). Abramovay (1992), explica que os países que

mais prosperaram na agricultura são justamente aqueles cuja atividade teve como base a agricultura familiar e não a patronal, os que partiram pelo caminho contrário, adotando esse modelo, apenas obtiveram uma imensa desigualdade no país.

Uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1994, para estabelecer as diretrizes para um modelo de desenvolvimento sustentável, classificou os estabelecimentos agropecuários brasileiros em patronal e familiar. Os primeiros teriam como característica a completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada e ênfase na completa especialização. Já o modelo familiar teria uma relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.

A partir dos anos 90 vem se observando um crescente interesse pela agricultura familiar no Brasil, que se materializou em políticas públicas como o Programa de Fortalecimento da agricultura Familiar (PRONAF) e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do revigoramento da Reforma Agrária (ROCHA, 2007). Contudo, não se pode afirmar que este segmento fora reconhecido como prioridade pelos governos, haja vista que a agricultura patronal tenha concentrado, nos últimos anos, mais de 70% do crédito disponibilizado para financiar a agricultura nacional. Mesmo assim, foi o segmento que mais cresceu mesmo em condições adversas para o setor (CEPLAC, 2009).

A escolha da agricultura familiar está relacionada à sua multifuncionalidade, que além de produzir alimentos e matéria-prima, gera mais de 80% da ocupação do setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. Nos países da União Européia, a agricultura se apresenta não apenas como fornecedora de bens, mas de serviços ambientais e procura responder também a certas aspirações simbólicas da sociedade, como a preservação da paisagem e da cultura local (CEPLAC, 2009).

É consenso a necessidade de construir uma agricultura mais sustentável, que considere os aspectos sociais e ambientais, além dos econômicos e sobre a

importância dos agricultores familiares na construção desse novo modelo (CEPLAC, 2009).

O Brasil é a maior reserva de terras agricultáveis do mundo, segundo Frei Betto, 2005. No entanto, a heterogeneidade e a desigualdade na distribuição de estabelecimentos e na produção são marcantes na agricultura familiar. Dos 851 milhões de hectares em que se divide o território brasileiro, 70% desta área não há atividade agropecuária, que incluem as reservas florestais, as cidades, estradas e represas. Dos 30% restantes, 220 milhões de hectares são pastagens e criação de animais, 40 milhões produzem grãos e a maior parte dos produtos agrícolas; 20 milhões produzem cana, incentivados pelo biocombustível, laranja, café e outras culturas permanentes.

Ainda de acordo com o mesmo autor, há no país aproximadamente 04 milhões de imóveis rurais com menos de 200 hectares e os de maior extensão, que chegam a 2000 hectares, representam 32000 imóveis, ocupando uma área de 132 milhões de hectares, comprovando a permanência de latifúndios.

O país apresenta o maior rebanho comercial bovino, ocupando o primeiro lugar na exportação de carne e na produção de café e de laranja. Conquista o segundo lugar na produção mundial de soja e fica na terceira colocação na produção de milho. Boa parte da produção agropecuária é exportada (BETTO, 2005).

Segundo o IBGE (2006a), das 4,9 milhões de propriedades rurais existentes no país, 4,1 milhões dependem da mão-de-obra familiar, responsável por 38% da produção agropecuária do país, empregando 17,9 milhões de pessoas. De cada dez trabalhadores rurais, oito estão na produção familiar. A média propriedade rural absorve cerca de 10,2% dos trabalhadores, enquanto o latifúndio fica apenas 2,5% destes.

No censo agropecuário de 2006, foram identificados mais de 04 milhões estabelecimentos de agricultura familiar, representando aproximadamente 85% do total, no entanto ocupando apenas 25% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, que corresponde a 80,25 milhões de hectares. Desses 80,25 milhões de hectares da agricultura familiar, 45% eram destinados a pastagens, 28% a florestas e 22% a lavouras. Mesmo assim, a agricultura familiar mostrou seu peso na economia nacional, sendo responsável por 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz,

21% do trigo, entre outros, contribuindo para garantir boa parte da segurança alimentar do país, como importante fornecedor de alimentos para o mercado interno.

Na agricultura familiar é registrado mais de 12 milhões de pessoas trabalhando, sendo a maioria representada pelos homens, mas com um número expressivo de mulheres (1/3) dirigindo os estabelecimentos. Essa modalidade do agronegócio respondia por 1/3 das receitas dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, sendo provenientes da venda dos produtos vegetais, que representava mais de 67,5% das receitas obtidas. A segunda principal receita era a venda de animais e de seus produtos, correspondendo a 21% (IBGE, 2006a).

O MDA separa os agricultores em três grupos. O primeiro corresponde aos que estão inseridos no campo de atividades econômicas integradas ao mercado, classificados como capitalizados e responsáveis por 71% do valor da produção familiar; o segundo diz respeito aos descapitalizados ou em transição, mas com algum nível de produção destinada ao mercado, respondendo por 19% da produção familiar, e por fim os residentes no espaço rural, assalariados agrícolas e não agrícolas com produção agropecuária voltada quase que exclusivamente ao auto-consumo, que produzem apenas 10% da produção familiar (TOSCANO, 2003).

O Nordeste é a região brasileira que detém a maior parcela dos estabelecimentos agrícolas familiares do país (49%) e que possuem a maior fração da área. O segmento detém 20% das terras e responde por 30% da produção global, no entanto não há uma participação correspondente no valor bruto da produção (SANTOS, 2010). Possuem também a menor área média por estabelecimento na agricultura familiar e a segunda menor na agricultura patronal. Em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade e diversificam os produtos cultivados pra diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra. Nessa região, a agricultura familiar sofre de forma mais acentuada a restrição ocasionada pela qualidade dos recursos naturais disponíveis e o acesso a terra, que influenciam decisivamente os sistemas produtivos adotados e condicionam a relação do produtor com o mercado (EVANGELISTA, 2000).

A Bahia é o estado mais populoso da região Nordeste e com a população rural de aproximadamente 04 milhões de habitantes, sendo a mais numerosa do país, representando 29,1% do total de moradores rurais de todo o Nordeste, de

acordo com o Censo 2000. Dentre os estados, a Bahia possuía o maior número de estabelecimentos familiares e que apresentou a maior participação na área total dos estabelecimentos familiares e o maior valor bruto da produção do Nordeste (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2000).

O espaço rural do Estado é marcado pela diversidade, com regiões sendo referência de modernidade e outras onde predominam a agricultura de subsistência. Muitos municípios baianos têm na agricultura a sua principal fonte de renda econômica. A agropecuária é um segmento de relativa importância, visto que sua participação no PIB estadual total é significativa. O nível tecnológico utilizado nos procedimentos agrícolas é bastante baixo na maioria das regiões produtoras (ROCHA, 2007). Conforme Ribeiro (2002), em cerca de 95% dos 150 municípios baianos mais pobres, a população residente é predominantemente rural, revelando o elevado índice de pobreza localizado nesse meio.

A criação de cooperativas de produção representa uma forma de auxiliar no desenvolvimento da agricultura familiar, ao permitir que os agricultores tenham maior liberdade de negociação, mas com regras de funcionamento que sejam democráticas e estimulantes, para evitar que a mesma se torne uma empresa disfarçada de cooperativa. Outra forma seria a cooperativa a crédito, que tem como principal desafio atingir o público que, em função da pobreza, não tem acesso aos agentes financeiros, e esta atuaria como um agente intermediário entre os bancos e seus programas de crédito e os pequenos agricultores. As cooperativas têm a vantagem de estar mais perto dos agricultores e de conhecer melhor suas dificuldades, pelo fato de serem geridas no seio da própria comunidade (MADER, 2006).

Enfim, este segmento do contexto agropecuário brasileiro tem contribuindo expressivamente para a economia das pequenas cidades, através da oferta de empregos e serviços. A melhoria da renda deste segmento, através da sua maior inserção no mercado, depende de tecnologia e condições político-institucionais, representadas pelo crédito, informações organizadas, canais de comercialização, transporte, energia, que em conjunto, tem sido a principal limitação do desenvolvimento, apesar do esforço do Governo Federal com os programas como o PRONAF e o PAA, entre outros.

5.4 A Agricultura sustentável

A agricultura é definida como a arte de modificar os ecossistemas, em termos econômicos e sem produzir danos irreversíveis. Nos últimos anos discute-se, cada vez com mais intensidade a agricultura sustentável.

A sustentabilidade deve considerar as mudanças temporais nas necessidades humanas relacionadas a uma população crescente, como uma adequada percepção da relação ambiental com a agricultura (PATERNIANI, 2001). A agricultura sustentável deve envolver o manejo eficiente dos recursos disponíveis, mantendo a produção nos níveis necessários para satisfazer às crescentes aspirações de uma também crescente população, sem degradar o meio ambiente (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1989).

O desenvolvimento rural, sob a ótica da agroecologia, representa uma tentativa de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares que buscam sua reprodução, mas não apenas de subsistência. Os objetivos desse programa seriam a segurança alimentar com valorização de produtos tradicionais e a conservação das variedades cultivadas, juntamente com o resgate do conhecimento das tecnologias camponesas e a promoção do uso eficiente dos recursos locais (SCHNEIDER, 2003).

A agricultura sustentável pode ser desdobrada em três aspectos: sustentabilidade do ponto de vista econômico que implica na obtenção de produtividade e rentabilidade da unidade de produção, que assegurem a sua permanência no mercado; do ponto de vista social que implica em relações de produção estáveis e modernas e em maior homogeneidade na rentabilidade em determinada área, o que para alguns requer uma distribuição da posse de terra e dos fatores de produção mais homogênea; do ponto de vista ambiental que implica no controle no tempo da degradação do solo e da deterioração na qualidade das águas, o que significa, entre outros aspectos, o controle da erosão, da salinização e outros aspectos que possam afetar os lençóis freáticos (SAMPAIO, 1998).

Alguns autores têm destacado que na agricultura familiar, dada a maior disponibilidade relativa ao trabalho há maior possibilidade de utilização de práticas agrícolas que controlem a degradação, o que não ocorreria na grande agricultura,

uma vez que o custo de correção excede as vantagens econômicas no curto prazo (SAMPAIO, 1998).

O modelo dominante de agricultura se contrapõe à realização de uma reforma agrária ao concentrar a propriedade de terra, da renda e produção nas mãos de poucos e ao mesmo tempo se traduz no aumento da exploração dos pequenos agricultores, assalariados que trabalham na agricultura de subsistência. Isso gera endividamento de grandes massas de produtores, causa e acelera o êxodo rural e intensifica a explosão urbana. Esse modelo desqualifica e tende a destruir a diversidade cultural e o saber acumulado pelos povos e comunidades tradicionais no manejo sustentado de ecossistemas diversificados (PATERNIANI, 2001).

É necessário romper como modelo de agricultura dominante em favor de novos modelos de sustentabilidade, fundamentados nos princípios de equidade e participação, para garantir o controle total dos meios de produção e dos recursos naturais por aqueles que trabalham a terra, assegurando-lhes uma fonte permanente de renda e elevados níveis de produtividade.

5.5 O Programa de Aquisição de Alimentos

No Brasil, o debate sobre segurança alimentar e nutricional emergiu no início deste século. A partir de 2003, as políticas públicas direcionadas à Segurança Alimentar tomaram novas dimensões sociais e políticas, ganhando uma maior importância como política de Estado, de forma que a Segurança Alimentar foi alçada à principal política da área social de governo. A partir desse período, destaca-se: a criação do extinto Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a elaboração de um Plano de Safra da Agricultura Familiar, que contribuiu para ampliar e diversificar as linhas de atuação do componente crédito para a produção, através do PRONAF e o estabelecimento de um Programa Nacional de Combate à Insegurança Alimentar e Nutricional, o Fome Zero, que se coloca como um marco histórico da intervenção do Estado nesta área (VOGT; SOUZA, 2007).

O Programa Fome Zero atua a partir de quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda e articulação, mobilização e controle social. O eixo fortalecimento da Agricultura Familiar busca o desenvolvimento de ações específicas para promover a geração de renda no campo e o aumento da produção de alimentos para o consumo. Desta forma, esta política está desenhada para ir além do mero combate a fome, pois busca quebrar o ciclo vicioso da fome, provocado pela falta de políticas de geração de emprego e renda (BRASIL, 2009).

O conceito de Agricultura Familiar no Brasil surgiu nos anos 80, com a necessidade de substituir a definição de pequena produção, marcando o processo de modernização no qual se submetia este segmento. Segundo o documento “Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto, publicado em 2000, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o universo familiar é considerado aquele em que os estabelecimentos atendem, simultaneamente, às seguintes condições: a direção dos trabalhos do estabelecimento ser exercida pelo produtor o trabalho familiar ser superior ao trabalho contratado. Adicionalmente, utiliza-se o critério de área máxima regional para que possa ser definido como “estabelecimento familiar”.

A Agricultura Familiar representa a ocupação socialmente equitativa do espaço agrário, bem como favorece a valorização das dimensões social, ambiental e cultural da produção agroalimentar (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Assim, Ela estabelece várias relações com a SAN como: provedora de alimentos para população, criação de oportunidades de trabalho e de apropriação de renda às famílias envolvidas, melhorando a oferta e a qualidade de alimentos em âmbito regional e nacional.

Historicamente, as políticas públicas voltadas para a agricultura promoveram uma crescente marginalização dos agricultores familiares, reproduzindo um padrão de desenvolvimento rural excludente e desigual, concentrado na agricultura patronal, com supremacia da função exportadora sobre a produção de alimentos, a valorização das atividades rurais pela capacidade de gerar lucros e a depreciação de outras funções, como a de alimentar a população. Essas características possuem influências históricas, herdadas do período colonial, no qual o ruralismo português foi imposto pelas contingências da época e a principal motivação era a obtenção de lucros rápidos por meio da exploração de metais preciosos ou especiarias, enfim

para a exploração da terra. Sendo assim, a agricultura no Brasil foi conduzida a uma grande concentração de terras, que condicionou poder financeiro e políticos àqueles que receberam tais vantagens, tornando a agricultura familiar limitada e com grandes dificuldades para subsistir (ALTAFIN; ROCHA, 2005).

Devido ao reconhecimento da existência de diferentes formas de agricultura familiar foi necessário o estabelecimento de uma tipologia, no qual Baiardi, (1999 apud SANTOS et al., 2009a, p. 3) identifica cinco tipos: o tipo A cuja gênese tem relação com a migração de pequenos produtores das regiões de colonização européia; o tipo B, cuja gênese tem relação com a implantação de agroindústrias em regiões de colonização européia; o tipo C, que seria a agricultura tipicamente colonial; o tipo D, que seria a agricultura familiar semi-mercantil, encontrando-se suas raízes em dois grupos: nos descendentes de homens livres e nos descendentes de uma minoria de escravos e finalmente o tipo E, que seria aquela agricultura familiar completamente não assistida e com a mesma gênese histórica do tipo D, mas que se estabeleceram em áreas com menor dotação de recursos naturais ou em condições de grande carência de infra-estrutura. Normalmente, os tamanhos medianos desses estabelecimentos rurais são maiores de 100 hectares para o tipo A, entre 20 e 60 hectares para os tipos B, C e D e menos de 10 hectares para o tipo E.

Analisando o histórico da agricultura familiar podemos destacar que a mesma enfrentou um quadro macroeconômico adverso, marcado pela instabilidade monetária e inflação elevada, presença de uma política agrícola favorável aos produtores patronais em detrimento de iniciativas voltadas para a agricultura familiar, políticas comerciais e cambiais desfavoráveis e serviços públicos deficientes de apoio ao desenvolvimento rural (BUAINAIN et al., 2003). No entanto, a agricultura familiar brasileira sempre esteve em luta contra o bloqueio fundiário e formulou estratégias de reprodução que mantiveram sua importância no espaço rural nacional. De acordo com Santos, (2009a), a emergência da expressão “agricultura familiar” surgiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 90, quando a política agrícola perde a sua eficácia enquanto instrumento de regulação do setor e surgem as discussões sobre o papel dos pequenos produtores rurais no processo de integração comercial e econômica dos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Essa década pode ser considerada um período de transição, com

surgimento de outros instrumentos de política agrícola, que marcam uma nova estratégia de desenvolvimento para o rural brasileiro.

A criação do Plano Safra, da Agricultura Familiar 2003/2004, mostrou a vinculação existente entre as políticas de fortalecimento da agricultura familiar e a questão da segurança alimentar, buscando incorporar, ao conjunto de instrumentos de política agrícola, tradicionalmente utilizados no planejamento da safra anual, um conjunto de diretrizes de desenvolvimento agrário e segurança alimentar, visando “fomentar” a produção dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, em resposta à demanda de alimentos subvencionada pelo Programa Fome Zero (SCHIMITT, 2005). Nesse contexto surge o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PAA é uma das ações do Programa Fome Zero e constitui-se em mecanismo complementar ao PRONAF, definido pela Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2010, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, que concentra grande parte dos focos de vulnerabilidade social. É um instrumento de política pública, que consiste numa estratégia de desenvolvimento econômico local, que foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 6447 de 07 de maio de 2008, alterado no artigo 5º pelo Decreto nº 6959, de 15 de setembro de 2009, bem como pelas resoluções do Grupo Gestor do PAA, em especial as Resoluções nº 28/2008 e nº 39/2010, aplicáveis à modalidade Compra para Doação Simultânea. O Programa é coordenado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e com participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que, juntamente com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Educação e Ministério da Fazenda formam o Grupo Gestor, que define entre outros aspectos, o preço, as modalidades de aquisição dos produtos agropecuários e outras medidas necessárias à implementação e operacionalização do Programa (MDS). O PAA ainda conta com a participação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar (Conseas), como mecanismo de controle social

dos projetos, conferindo maior confiabilidade à sua fiscalização e execução (BRASIL, 2009b).

O Programa tem operado atualmente por meio de distintas modalidades de compra para cumprimento de suas duas finalidades essenciais: formação de estoques estratégicos de alimentos produzidos pela agricultura familiar, para regulação do mercado de seus produtos, com manutenção de preços mínimos, e doação de alimentos a pessoas em situação de insegurança alimentar. Vinculadas à primeira finalidade opera-se, hoje, as modalidades Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) e Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque), e vinculadas à segunda finalidade, opera-se as modalidades Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea, Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar e a Incentivo à Produção e Consumo do Leite (IPCL ou PAA-Leite). Os dois primeiros são executados por meio da Conab e os demais por meio de convênios com as prefeituras, estados da Federação e o MDS. Segundo o Decreto nº 6959, de 15 de setembro de 2009, os limites de valores máximos por agricultor familiar por ano civil são: R\$ 9.000,00 para atendimento da alimentação escolar; R\$ 8.000,00 para compra direta da agricultura familiar e para formação de estoque pela agricultura familiar; R\$ 4.500,00 para compra da agricultura familiar com doação simultânea e compra direta local da agricultura familiar com doação simultânea e de R\$ 4.000,00 para o incentivo à produção e ao consumo de leite (BRASIL, 2009a).

Apesar das peculiaridades, as diversas modalidades têm objetivos em comum como simplificar e agilizar o escoamento da produção; promover e ampliar a inserção socioeconômica dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária; disponibilizar alimentos adequados à nutrição das populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar; habilitar os agricultores familiares para controlar a comercialização de seus produtos, o que resulta no aumento real de suas rendas e no abandono de uma relação de desvantagem com as redes de atravessadores (BRASIL, 2009b).

A Compra Direta da Agricultura Familiar destina-se à regulação de preços de uma lista dos principais gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar, visando o fortalecimento desses agricultores, a constituição de estoques estratégicos de alimentos, e a composição de cestas de alimentos para distribuição

gratuita a comunidades em vulnerabilidade social. Os fornecedores devem estar organizados em grupos formais como cooperativas e associações. Já a modalidade Formação de Estoques pela Agricultura familiar destina-se à melhoria da comercialização da produção da agricultura familiar por duas formas: formação de estoques para a venda fora da safra com melhores preços ou visando à obtenção de melhores preços pela agregação de valor ao produto com seu processamento, e visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para o consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoque em suas próprias organizações (BRASIL, 2009b).

A Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea destina-se à aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, de origem agrícola, pecuária, extrativista ou da indústria familiar, visando à doação a populações em situação de risco alimentar atendidas pela rede de proteção social de caráter governamental ou não-governamental. Visa promover a articulação entre a produção familiar e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional e os programas de combate à fome. A modalidade de Incentivo à Produção e o Consumo de Leite busca-se assegurar o consumo de leite a gestantes, crianças, nutrizes, idosos e outros públicos prioritários através da aquisição da produção leiteira de agricultores familiares com produção média diária de até 30 litros, podendo chegar a até 100 litros, caso isso atenda às necessidades do programa. No entanto, sua implantação encontra-se restrita à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE (BRASIL, 2009b).

O Programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até os limites estabelecidos pelo Decreto nº 6.959 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no PRONAF, nos grupos “A”, “B”, “A/C” e “Agricultor Familiar”, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral. Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens (BRASIL, 2009b).

O PAA para atendimento ao Programa de Alimentação Escolar estabelece através da Resolução 38/2009 do FNDE que os fornecedores poderão ser os Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais detentores de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) física e/ou jurídica, conforma a lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), organizados em grupos formais e/ou informais. Os grupos formais são constituídos por agricultores inseridos em cooperativas e Associações e os grupos informais por agricultores em situação oposta, que devem ter uma Unidade Articuladora para assessorar todo o processo de compra e venda dos produtos destinados à Alimentação Escolar. Tanto um como outro grupo deve atender uma série de exigências previstas na resolução que vão desde a emissão de documentos até o padrão de qualidade dos produtos oferecidos (BRASIL, 2009).

Segundo a Conab (2008a), a criação do PAA representou um marco na política agrícola brasileira. A sua implementação revela de forma inédita, a presença do Estado, na comercialização da pequena produção familiar. Assegurando aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo transmite-lhe segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor (LOPES; LONGHI, 2007). Conforme, BRASIL (2007a), melhores remunerados, os agricultores familiares tendem a recuperar a infraestrutura de sua produção, passando a produzir mais ou agregar valor a seus produtos. Dentre outras vantagens do Programa para os agricultores familiares estão às facilidades ligadas ao transportes dos produtos, como a ausência de despesas e a certeza da realidade da venda. Há registros de diversos benefícios para a economia local, movimentando o comércio de bens duráveis e melhoria da renda tanto da família produtora, quanto de outros segmentos da economia (VIEIRA, 2009).

O Programa assume importância considerando a magnitude da agricultura familiar no meio rural brasileiro e na superação dos problemas enfrentados por esse segmento, sobretudo, relacionada com a comercialização, que consiste em um dos maiores entraves para o desenvolvimento econômico. A atuação do Programa está justamente focada nesta etapa da cadeia produtiva, caracterizada como um dos principais gargalos da agricultura familiar (CERQUEIRA et al., 2006). Vieira (2009)

destaca que a qualidade, a regularidade e escala são as características recomendáveis para a inserção dos agricultores familiares no mercado de produtos e acabam tornando-se alguns dos principais problemas para a comercialização. Uma das fragilidades do PAA é sua instabilidade política mesmo sendo criado como um programa prioritário de governo, mas não adquiriu o status de programa orçamentário, apesar de ter ocorrido uma evolução do volume de recursos aplicados desde o seu início. Constata-se também que ainda há um descompasso entre a liberação do orçamento e o prazo para execução dos recursos liberados. Há falta de conhecimento do público-alvo em relação ao Programa, já que sua divulgação não tem sido muito eficiente, além disso, a demanda para a venda do PAA é maior que o recurso disponível e de sua capacidade de operação, segundo os relatórios das Oficinas de Documentação do PAA realizadas nas cinco regiões do Brasil (BRASIL, 2006).

Enfim, mesmo o PAA não sendo uma política permanente e apresentar inúmeras dificuldades, tem contribuído bastante para mudar o panorama do homem do campo, fazendo com que os pequenos produtores se fixem no campo e diminua o êxodo rural dos mais jovens, além de promover à produção sustentável, a geração de emprego e renda, a promoção da segurança alimentar dos grupos de maior vulnerabilidade, como as comunidades tradicionais quilombolas.

5.6 A História do Negro no Brasil

A escravidão de africanos nas Américas consumiu cerca de 15 milhões ou mais de homens e mulheres arrancados de suas terras. O tráfico de escravos através do Atlântico foi um dos grandes empreendimentos comerciais e culturais que marcaram a formação do mundo moderno e a criação de um sistema econômico mundial. Para o Brasil, estima-se que vieram perto de 40% dos escravos africanos (REIS; GOMES, 1996). Entre os historiadores existem muitas dúvidas quanto ao total de africanos trazidos durante a diáspora negra para o Brasil, não apenas pelas deficiências estatísticas, mas especialmente, pela existência do contrabando negreiro, que minimizou as reais proporções dessa população. Acredita-se que essa

quantidade varie 55000 a 15.000.000. No entanto, todos concordam que, na América, o Brasil foi o país que teve a maior porcentagem de escravos desembarcados. (MOURA, 1987).

Estima-se que grande parte dos africanos escravizados trazidos ao Brasil pertencesse a dois grupos: os sul-africanos bantos, provenientes de Angola, Moçambique, Congo e Guiné, e os sudaneses da Nigéria e da Costa do marfim (CARRIL, 2001). Para Moura (2004), os primeiros negros do Brasil eram da Costa da África Ocidental: guinês, minas, congos, cabindas, benguelas, nomeados em portos de embarque ou via povos a que pertenciam, já do noroeste vieram os geges, nagôs e iorubas, de cultura e modo de viver, próprios (MUNANGA et al., 2004). O tráfico negreiro foi sem dúvida uma das maiores tragédias da história, sendo incomensurável o causado pela ruptura cultural e desestruturação da nação africana no século XV.

No Brasil, essa massa negra não ficou apenas concentrada em uma única região, diferente de outras regiões da América do Sul, como Peru e Colômbia, onde o escravo negro ficou circunscrito a áreas determinadas, regionalizando-se o sistema escravista. Aqui, fincou-se a escravidão em toda extensão territorial, distribuída em proporções variadas, conseguindo estabelecer, no país, uma sociedade escravista que durou quase quatrocentos anos. Foram os africanos e os seus descendentes que constituíram a força de trabalho principal durante os mais de trezentos anos de escravidão, penetrando em cada um dos aspectos da vida brasileira, imprimindo sua marca na cultura material e espiritual, na agricultura, culinária, língua, música, entre outras (REIS; GOMES, 1996).

Foi exatamente a uniformidade da presença do escravo nas diversas regiões que proporcionou a continuidade da escravidão, sua duração e a formação, já que os escravos foram distribuídos de acordo com os interesses da economia colonial. Na Bahia, os negros escravos foram distribuídos para os campos e plantações de cana-de-açúcar, de fumo e de cacau, para os serviços domésticos urbanos e posteriormente, para os serviços de mineração; no Rio de Janeiro e São Paulo foram para as fazendas açucareiras e cafeeiras; em Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Maranhão para as plantações de algodão e em Minas Gerais foram trabalhar com mineração (MOURA, 1987).

A introdução do escravo negro na política comercial mercantilista do Brasil enquadrava-se perfeitamente a estrutura econômica baseada na exploração das matérias-primas destinadas à metrópole portuguesa. Para alcançar esse objetivo, a estrutura econômica baseava-se no poder do proprietário de terras e escravos (CARRIL, 2001). Assim sendo, o negro perdeu o poder sobre o seu corpo e os senhores de engenho criaram uma estratégia de dominação, na qual se cristalizou o racismo, ao afirmarem que os escravos, por serem negros, eram inferiores e por isso passíveis de serem escravizados (MOURA, 1987). A Igreja católica foi um dos principais braços do processo de dominação colonial, pois Ela tinha como tarefa convencer a população negra escravizada aos padrões políticos de dominação colonial, além de sujeitá-los aos valores do cristianismo, sendo destruída qualquer manifestação espontânea no nível cultural e social destes. Daí, as religiões dos negros passaram a ser consideradas como heresias e ameaças contribuindo para intensificar o sofrimento desses povos fora de sua nação (MUNANGA et al., 2004).

Inconformados com esta situação de oprimidos, que lhe retirava a condição de seres humanos, os negros criaram várias formas de resistência, como guerrilhas, insurreições urbanas e quilombos, a fim de se salvaguardarem social e biologicamente do regime que os escravizava. De todos os tipos de resistência negra, os quilombos foram o foco de preocupação constante dos senhores de escravos e das milícias, devido à grande ameaça que significam para a ordem da época.

5.7 Os Quilombos no Brasil

Os quilombos eram os locais onde os negros fugidos procuravam concretizar seus sonhos de liberdade. No Brasil, o quilombo marcou sua presença durante todo o período escravista e existiu em praticamente todo território nacional, sendo o maior e mais conhecido o Quilombo de Palmares, no estado de Alagoas. Muitos foram destruídos, mas conseguiam se reconstituir (CARRIL, 2001).

Os quilombos brasileiros ocuparam sertões e florestas, cercaram e penetraram em cidades, vilas, garimpos, engenhos e fazendas. Dedicavam-se ao

roubo, ao recrutamento e seqüestro de escravos, à agricultura, caça, coleta, além da mineração, atividades que variavam de intensidade a depender da época e da área em que se estabeleciam os fugidos. Todas essas atividades ameaçavam a estabilidade da escravidão e o maior perigo estava por serem grupos politicamente estruturados, contando com lideranças consagradas e uma rede de alianças com diversos segmentos da sociedade (REIS; GOMES, 1996).

Ao longo da história, o quilombo ganhou várias definições. Ney Lopes (1987 apud LEITE, 2000, p. 7), afirma que “quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificada através dos séculos”. Já para o Conselho Ultramarino Português de 1740 é “toda habitação de negros fugidos que passem de inço, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (LEITE, 2000). Contemporaneamente, esse conceito tem ganhado novos significados na literatura especializada. Ainda que tenha conteúdo histórico, quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica, nem se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de modos de vida característicos e na consolidação de território próprio (MUNANGA et al., 2004).

Atualmente, os quilombos são territórios de resistência cultural e deles são remanescentes os grupos étnicos raciais que assim se identificam, que possuem trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada à luta à opressão histórica sofrida. Eles se autodeterminam comunidades remanescentes negras de quilombo, dados os costumes, as tradições e as condições sociais, culturais e econômicas específicas que os distinguem de outros (LEITE, 2000).

A organização quilombola é vista como um recurso útil para sobrevivência física e cultural desse povo, mas que vai muito além, sendo um instrumento de preservação de dignidade dos descendentes dos africanos traficados para o Brasil, que lutaram para reconquistar o direito à liberdade, inerente à sua condição humana, mas também conviver de acordo com a sua cultura tradicional. Além dos quilombos remanescentes do período da escravidão, outros foram formados após a abolição

formal da escravatura, em 1988, pois para muitos era a única possibilidade de viver em liberdade (MOURA, 1987).

Constituir um quilombo, então, tornou-se um imperativo de sobrevivência, visto que a Lei Áurea os deixou abandonados a própria sorte. Desprovidos de qualquer patrimônio, vivendo na mais absoluta miséria, os negros recusaram-se a conviver no mesmo espaço com aqueles que os consideravam inferiores e não respeitavam sua humanidade. Além disso, enfrentaram resistências e preconceitos de uma sociedade que desprezava sua cultura e sua visão de mundo. O seu reconhecimento não se materializa mais pelo isolamento geográfico, nem pela homogeneidade física ou biológica dos seus habitantes. A sua identidade étnica, base para sua organização, consiste na manutenção de práticas de resistência e reprodução do seu modo de vida num determinado local, onde prevalece à coletivização dos bens materiais e imateriais, sua relação com os demais grupos e sua ação política. A maneira pelo qual os grupos sociais definem a própria identidade é resultado de uma confluência de fatores, escolhidos por eles mesmos: de uma ancestralidade comum, formas de organização política e social, elementos lingüísticos e religiosos (LEITE, 2000).

Nos países da diáspora, os descendentes dos africanos escravizados continuam sendo ainda as grandes vítimas dos preconceitos e discriminações, alimentados por uma ideologia racista, que embora hoje não exista oficial e institucionalmente, existem de fato no tecido social e na estrutura mental de todas as sociedades contemporâneas (MUNANGA et al., 2004). A teoria da mestiçagem adotada pelo Brasil como estratégia de embranquecimento e ascensão social, contribuiu para a invisibilidade do grupo social advindo da vertente africana, fazendo com que permanecessem nos índices de marginalidade social, criando vários subgrupos hierárquicos segundo as gradações da “cor” (LEITE, 2000). Segundo os quilombolas, algumas ameaças rondam as comunidades onde residem, visto que a abolição não alterou a situação de fato da população negra no Brasil, que permaneceu excluída dos mais elementares direitos do cidadão. O fato de não terem a titulação de terra, para garantir o domínio e a posse desta assegurando simultaneamente, alternativas viáveis para sua sobrevivência com dignidade seria o principal problema. Outro seria em relação às escolas em funcionamento, que não

têm a manutenção garantida nem valorizam a cultura local, impossibilitando a recuperação e renovação de sua cultura.

Na Assembléia Constituinte de 1988, a expressão - “remanescentes das comunidades quilombolas” é tributária não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas como uma reivindicação da dívida que a nação brasileira teria com os afro-brasileiros em consequência da escravidão. Desde a década de 30, é defendida a idéia de reparação da abolição, como um processo inacabado, que resultou numa identidade negra fragmentada pelo modelo de desenvolvimento do Brasil após a abolição da escravatura (MUNANGA et al., 2004).

Nos últimos anos, os descendentes de africanos, em todo território nacional, organizados em Associações Quilombolas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade. No entanto, diferentemente dos indígenas, os negros enfrentaram muitos questionamentos sobre a legitimidade de apropriarem-se de um lugar, cujo espaço pudesse ser organizado conforme suas condições, valores e práticas culturais. Em diferentes partes do país, os negros têm sido desqualificados e os lugares em que habitam são ignorados pelo poder público, ou mesmo, questionados por outros grupos recém-chegados, com maior poder e legitimidade junto ao Estado (LEITE, 2000).

A Conferência Mundial de Durban contribui, no caso do Brasil, para que as demandas territoriais dos descendentes de escravos fossem reconhecidas como legítimas pelo Estado brasileiro, por meio do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, e são desdobradas em diversas ações governamentais na política afirmativa. As comunidades remanescentes de quilombo são incluídas como casos especiais no plano de aplicação de programas redistributivos universalistas como o Fome Zero e são o foco de programas específicos no interior das políticas de educação, saúde e crédito agrícola, sendo contemplados por um programa transversal a vários ministérios, o Programa Brasil Quilombola, que conta com um orçamento próprio (LEITE, 2000).

O Governo Federal assumiu as responsabilidades do Estado Brasileiro com o cumprimento dos preceitos constitucionais e criou a Secretaria Especial de Políticas

de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com a tarefa institucional de coordenar e articular a formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade racial e de combate à discriminação racial ou étnica, como forma de reparar, ainda que parcialmente, as distorções históricas vigentes há mais de um século em nosso país (BRASIL, 2005).

Os gestores públicos então estabeleceram quatro eixos para o delineamento das ações junto às comunidades remanescentes de quilombos: a regularização fundiária, que é a base para a implantação de alternativas de desenvolvimento, além de garantir a reprodução física, social e cultural da comunidade; a infra-estrutura e serviços, que consolida os mecanismos efetivos para destinação de obras de infra-estrutura e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas; o desenvolvimento econômico e social, baseado no modelo de desenvolvimento sustentável, considerando as características territoriais e na identidade coletiva, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política e por fim o controle e a participação social, que é um estímulo à participação ativa dos representantes quilombolas nos fóruns locais e nacionais de políticas públicas, promovendo o acesso ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implantadas em cada município (BRASIL, 2005).

O Programa Brasil Quilombola segue a orientação dos princípios que norteiam a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial como a transversalidade, a gestão descentralizada e democrática. Suas diretrizes centrais são a racionalização dos recursos naturais, enfatizando métodos de produção agro-ecológicos; incorporar a dimensão gênero nas diversas iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável; fortalecer a implantação das ações governamentais junto às comunidades remanescentes de quilombo, estimulando seu protagonismo, enfim, garantir direitos sociais e acesso à rede de proteção social (BRASIL, 2005).

Na sociedade em que vivemos, não apenas do ponto de vista legal ou formal, mas do conteúdo da existência social, políticas públicas de igualdade são fundamentais para promover a verdadeira liberdade, pluralidade e participação.

Vencer a desigualdade racial é, também, lutar por soberania. Não a soberania baseada na dominação de um povo sobre o outro. Mas aquela baseada no estreitamento de relações comerciais, políticas e culturais com aqueles povos e continentes, que aspiram, como nós, a um futuro de independência e dignidade [...] essa é a verdadeira globalização

humanitária; essa é uma forma de desenvolvimento pela qual vale a pena viver e lutar: aquela na qual a cor de um ser humano não define o seu caráter, a sua inteligência, os seus sentimentos e a sua capacidade, mas apenas expressa a maravilhosa diversidade racial e cultural da qual somos feitos. (SILVA, 2003)

5.8 O Quilombo de Tijuçu/Bahia

Segundo Machado et al. (2004), Tijuçu está situada na região do semi-árido, a 452 metros acima do nível do mar, localizada geograficamente na área do Polígono das Secas. O Distrito e a região apresentam uma grande deficiência de água, havendo chuvas predominantemente no período de fevereiro a abril. Nesse local, os mananciais ou recursos hídricos são considerados pouco efetivos, não sendo observada a presença de rios ou barragens de grande porte, apesar deste distrito localizar-se na bacia hidrográfica do rio Itapicuru.

Quanto ao clima, este varia entre o semi-árido e seco a sub-úmido, predominando o primeiro. Já o relevo, segundo o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Itapicuru (1995), é formado sobre sedimentos arenosos, inconsolidados e mal consolidados, formando um plano suavemente ondulado, em forma de tabuleiros, que se estende até a cidade de Capim Grosso, com uma largura variando entre 30 e 50 km.

A comunidade negra de Tijuçu é formada pela vila e pelos povoados que a cercam: Quebra Facão, Alto Bonito, Olaria, Água Branca, Lajinha, Macaco 01, Macaco 02, Anacleto, Pato, Conceição, Barreira, Fazenda Canassista e Queimada Grande. A Vila e a maioria dos povoados estão localizadas no município de Senhor do Bonfim, mas alguns povoados se encontram nos municípios de Filadélfia e de Antônio Gonçalves. As famílias negras de destaque são: Damasceno, Rodrigues, Fagundes e da Silva, sendo o casamento realizado geralmente entre eles. Existem também em Tijuçu pessoas da raça branca, descendentes dos portugueses ou seus descendentes que constituíram fazenda na região, e que pertencem geralmente às famílias Vicente, Muricy, Lola, Angelim e Félix.

Tijuçu é um nome indígena, que significa um grande lagarto, comumente chamado na região de “teiú”, mas que também recebe os nomes de Tiú, Teiuguaçu, Teiú-açu, Temapara, Teju. O teiú é o maior dos animais dessa espécie na fauna

brasileira, chega a ter dois metros de comprimento, incluindo-se a calda que mede o dobro do tamanho do corpo. Em língua indígena, Tijuaçu significa “Lagarto Grande” e durante muito tempo, antes da oficialização do nome, o local foi chamado de “Lagarto”.

Para alguns, Tijuaçu surgiu após a abolição da escravatura, quando as famílias proprietárias de negros, que trabalhavam nas minas de ouro de Jacobina, lhes deram tarefas de terra na antiga Vila Nova da Rainha, terras onde surgiu este povoado. No entanto, para a comunidade a origem de Tijuaçu começou quando três mulheres negras, escravas, fugitivas de uma senzala do litoral baiano, depois de uma longa e muito desgastante caminhada chegaram à beira de um pequeno lago para descansar. Entretanto, duas mulheres sumiram e só uma, Maria Rodrigues, popularmente conhecida como Mariinha Rodrigues continuou nesse local e deu origem a toda história desse povo.

De acordo com Nei Lopes (1988 apud MACHADO, 2000, p. 24), para Bahia e a Pernambuco teriam vindo negros da África Ocidental, dos países como Nigéria e Costa do Ouro. Eram negros sudanenses, a maioria pertencente à nação Ketu e Nagô e à nação Jeje. A Bahia e Tijuaçu herdaram elementos culturais dessas duas grandes nações como o culto religioso e a língua “ioruba”, o hábito de comer com as mãos. Segundo o mesmo autor, a Bahia não recebeu negros bantos, já que estes eram levados diretamente para o Rio de Janeiro. No entanto, existem fortes traços da cultura banto, que se fazem presentes nesse Estado, como o maculelê, a capoeira, o samba e as artes marciais.

A formação dos primeiros quilombos só foi possível graças à associação que o negro fez com o índio, na causa da resistência a escravidão. No século XVIII foram grandes os protestos do povo africano, quando se formaram os maiores e mais tremendos quilombos. Tijuaçu foi um espaço de liberdade e de terra para viver e trabalhar para os negros inconformados com a escravidão.

Por volta de 1998, D. Ilca, ativista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, começou a participar de alguns seminários e eventos do Movimento Negro em Salvador e Brasília, passando a conhecer as lideranças do movimento negro do Brasil e da Bahia. Incentivada pela Fundação Cultural Palmares foi organizado os primeiros encontros em Tijuaçu, nesse mesmo ano, com a participação inicial de no máximo três pessoas. No ano de 2000 com a contribuição de um antropólogo e dos

agentes comunitários foi possível elaborar um laudo, que foi fundamental para o reconhecimento das terras de Tijuaçu como remanescente de quilombola. Nesse mesmo ano foi fundada a Associação Agropastoril Quilombola de Tijuaçu e Adjacências. O principal trabalho desta Associação é o de fortalecer a auto-estima do povo negro e ajudá-lo a defender-se diante de todo tipo de discriminação e de domínio da minoria branca.

Além da Associação Quilombola, que é a principal organização comunitária do Distrito, ainda existem a Associação de Desenvolvimento Comunitário, que conta com o apoio do FUNDEC e a Associação de Moradores.

Hoje em Tijuaçu, há uma economia enfraquecida, predominando a pequena produção, nas roças, onde cultiva milho, melancia, feijão de corda e de arranca, andu, umbu, maxixe, batata doce, abóbora, mandioca e palma. Segundo informações dos representantes da comunidade, alguns moradores criam animais como cabras, gado, porcos e aves, mas em pequena quantidade. Esses produtos são à base da alimentação deles e uma parte é vendida para adquirir os demais produtos, não produzidos por eles. Muitos vendem milho assado e principalmente, acarajé na cidade de Senhor do Bonfim. Boa parte sobrevive do extrativismo do ouricuri, uma importante fonte de renda.

Quanto a Educação, a comunidade possui duas escolas que oferecem educação infantil e ensino fundamental, sendo que para cursar o ensino médio, os estudantes devem-se deslocar até a cidade de Senhor do Bonfim. Ainda é bastante forte a educação pela oralidade, na qual vão sendo cultivados antigos costumes e gerados novos hábitos. Desde criança aprendia-se com os mais velhos a trabalhar na roça, em casa e a praticar alguns trabalhos úteis como preparar os bolinhos de acarajé.

As pessoas de Tijuaçu sempre foram muito religiosas. Na comunidade existem duas igrejas católicas: uma na vila, que é a igreja do padroeiro São Benedito e outra em Quebra Facão, que é a igreja de Bom Jesus da Lapa. Além dessas, existem cinco igrejas evangélicas. O candomblé só apareceu em Tijuaçu nos anos 30 do século XX, com a fundação do terreiro, em Quebra Facão.

As principais comemorações religiosas são: a Semana Santa, as festas dos santos do mês de junho (Santo Antônio, São João e São Pedro) e do padroeiro São Benedito, um santo católico, de cor negra, celebrada em 01 de novembro. Além

desses, esses cultivam uma forte devoção à santa negra, Nossa Senhora de Aparecida e a Senhor do Bonfim e por influência do candomblé e da cultura baiana, cultivam também os santos católicos São Cosme e São Damião.

As principais manifestações culturais são: o Samba de Lata, que teve seu começo relacionado aos tempos de seca, quando as pessoas iam com as latas vazias, buscar água nos tanques dos fazendeiros brancos. As letras do Samba de Lata retratam a vida das pessoas dessa comunidade, o que observavam, como se relacionavam com os outros, como viviam naquele momento; a Dança do Parentesco, que é uma forma diferente de quadrilha, dançada de forma rápida, pelos jovens, que representam situações específicas, expectativas, valores e problemas do cotidiano da comunidade; a Roda do Arco-Íris; o Corta Cana e a Lata de Mamãe dançada pelas crianças.

5.9 A abordagem etnográfica como método

Uma abordagem etnográfica nos dá a possibilidade de mergulhar profundamente na realidade, para analisar e descrever a estrutura significativa da cultura a partir da percepção dos indivíduos nela presentes, podendo diferenciar ações, as quais, no nível fenomênico, parecem ser iguais, mas que tem significados diferentes (GEERTZ, 1989).

A etnografia desenvolveu-se no final do século XIX e início do século XX, como uma tentativa de observação mais holística dos modos de vida das pessoas, tendo seu marco conceitual no interacionismo simbólico, que representa uma das principais escolas de pensamento da sociologia e tem como característica incorporar a reflexividade na análise da ação. A etnografia é a especialidade da antropologia, que tem por fim o estudo e a descrição dos povos, sua língua, raça, religião, e manifestações materiais de suas atividades, é parte ou disciplina integrante da etnologia, que designa estudos comparativos dos modos de vida dos seres humanos, ou seja, é a forma de descrição da cultura material de um determinado povo (MATTOS, 2001).

A maior preocupação da etnografia é obter uma descrição densa, a mais completa possível, sobre o que um grupo particular de pessoas faz e o significado das perspectivas imediatas que eles têm do que eles fazem. O objeto da etnografia é esse conjunto de significantes em termos dos quais os eventos, fatos, ações, e contextos, são produzidos, percebidos e interpretados, e sem os quais não existem como categorial cultural (OGBU, 1981 apud MATTOS, 2001)

Praticar etnografia não é somente estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário “o que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa” (GEERTZ, 1989).

A etnografia é um processo conduzido principalmente pelo senso questionador do etnógrafo, com utilização de técnicas e procedimentos etnográficos que não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o pesquisador desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Como abordagem de investigação científica, a etnografia traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas que se interessam pelo estudo das desigualdades e exclusões sociais por se preocupar com uma análise holística da cultura, ou seja, a cultura que não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e a ação humana e por introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais (MATTOS, 2001).

Etnografia também é conhecida como pesquisa social, compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas, associadas de alguma maneira, formada por poucos ou muitos elementos. Ela estuda preponderantemente os padrões mais previsíveis do pensamento e comportamento humanos manifestos em sua rotina diária. Estuda ainda os fatos e/ou eventos menos previsíveis ou manifestados particularmente em determinado contexto interativo entre pessoas ou grupos (MATTOS, 2001).

Segundo Mattos (2001), tanto a etnografia mais tradicional quanto a mais moderna envolvem longos períodos de observação, que se faz necessário para que o pesquisador possa entender e validar o significado das ações dos participantes, de

forma que este seja o mais representativo possível do significado que as próprias pessoas pesquisadas dariam a mesma ação, evento ou situação interpretada.

6 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho foi utilizada a abordagem etnográfica, e seus instrumentos como a técnica de observação participante, os diários de campo e as entrevistas em profundidade, que conduzem a uma descrição densa dos fenômenos no campo do social, do simbólico e da cultura, que possibilita ao investigador compreender as práticas culturais dentro de um contexto social mais amplo, estabelecendo as relações entre fenômenos específicos e uma determinada visão de mundo. Para isso, o pesquisador deve considerar o real em suas diferentes manifestações e dar conta das áreas que constituem a totalidade da vida social cotidiana dos sujeitos e os pontos de vista e opiniões expressas que impulsionam a ação desses (VÍCTORA, 2000).

Segundo Geertz (1989), praticar a etnografia é descrever densamente, ou seja, retirar, através de um peneiramento acurado, grandes interpretações de fatos extremamente pequenos, mas fortemente entrelaçados e apoiados no papel da cultura, na constituição coletiva e individual. Ela tem como uma de suas principais características a busca pelo significado do evento. Para tanto, ela exige um refinamento extremo dos dados que estão sendo coletados. O pesquisador, ao utilizar esse método, não visa procurar diretamente respostas às suas indagações mais profundas, mas colocar as respostas fornecidas pelos informantes à disposição do estudo.

A etnografia oportuniza interpretações que contemplam as particularidades dos fatos, das situações, em momentos singulares. Ela está fundamentada sob o conceito de cultura, no entanto não busca uma coerência, mas a revelação das diferenças, o que faz dela um método de produção eclética e contestável (GEERTZ, 1989).

A observação participante é um procedimento metodológico que se caracteriza por um período de interações sociais intensas entre o pesquisador e os sujeitos estudados, no meio destes, por isso, foi estabelecida como caminho de aproximação desta pesquisa. Nesta técnica, a coleta de dados é feita de forma sistemática, provenientes de fontes diversas. O observador apreende vivendo com as pessoas e partilhando as suas atividades e possibilitando que os nativos revelem

os seus pontos de vista pessoais sobre sua vida ou sobre eles próprios (MALINOWSKI, 1975). Essa observação deu-se em diferentes momentos: nas reuniões da Associação, nas manifestações religiosas, na feirinha local, na escola e no dia-a-dia da comunidade.

Para Gil (1995, p. 104), o principal inconveniente da observação participante está, em que, a presença do pesquisador pode provocar alterações no comportamento dos observados, inibindo a espontaneidade dos mesmos e produzindo resultados pouco confiáveis. Para evitar que isso fosse um viés no estudo, procurei criar uma aproximação com a comunidade, tornando freqüente a minha presença, através de visitas, participando dos eventos, prestando atendimento nutricional ou simplesmente caminhando pelas ruas da vila.

6.1 A comunidade Quilombola de Tijuaçu

A comunidade tradicional remanescente de quilombo Tijuaçu, está localizada no município Senhor do Bonfim, Bahia. A abordagem etnográfica da pesquisa foi realizada entre Fevereiro e Julho de 2010.

Esta comunidade está situada a 23 km da cidade de Senhor do Bonfim – Bahia, sede do município, cuja população é de aproximadamente 72.000 habitantes, segundo IBGE, 2007, localizado as margens da BR 407 (Feira de Santana – Juazeiro), a 375 km de Salvador, na região norte do Estado.

Segundo relatos, esse quilombo baiano de Tijuaçu foi fundado na primeira metade do século XIX, quando negros fugidos do recôncavo passaram a viver nessa localidade. Mariinha Rodrigues, para os moradores mais velhos, é considerada a escrava fugida iniciadora de toda essa trama, que com sua sabedoria, constitui família e ocupou todo o território com seus filhos e netos.

O distrito de Tijuaçu tem interação territorial entre três municípios – Senhor do Bonfim, Antônio Gonçalves e Filadélfia (Figura 1). Os povoados que cercam a comunidade são todos formados por parentescos: Alto Bonito, Olaria, Quebra Facão, Barreiras, Macaco 01 e 02, Lajinha, Queimada Grande, Fazenda Capim, Água Branca, Conceição, Anacleto, Pato e Canassista. Está numa região seca,

composta por uma serra de mata fechada, conhecida como Monte, que no seu topo está o Cruzeiro, local aonde as pessoas vão, na época da semana santa, rezar e acender velas para fazer promessas ou agradecer as graças alcançadas. Sua vegetação é classificada como caatinga arbórea aberta, predominantemente formada por umbuzeiro, ouricurizeiro e cactos, por serem plantas resistentes ao clima semi-árido. Na maior parte do ano, durante o dia o calor é forte, devido à alta insolação e a pouca incidência de ventos. No final das tardes, a temperatura cai para níveis amenos, chegando a fazer frio à noite, em algumas épocas do ano.



Figura 1: Mapa de localização de Tijuacu

FONTE: *Google maps*

Tijuaçu foi reconhecido como remanescente de quilombo em 1998 e em 2001 teve, sua Associação Agropastoril Quilombola de Tijuaçu e adjacências, fundada. A luta foi iniciada quando a Fundação Cultural Palmares mostrou as lideranças de Tijuaçu que era necessário dar uma identificação às comunidades do distrito e conseguir um laudo antropológico reconhecendo-as como quilombolas. Ainda em 1998, duas antropólogas começaram o trabalho, mas não conseguiram completá-lo, por falta de financiamento e pelos impasses impostos pelos comerciantes locais, que não desejavam a organização da Associação. Só no ano de 2000, outro antropólogo, juntamente com algumas pessoas das comunidades e dos agentes comunitários, elaborou um laudo que resultou nesse reconhecimento.

A economia do distrito vem do que é produzido na agricultura, que geralmente é em pequena escala, voltada para a subsistência familiar, já que a falta de terra e de insumos agrícolas são problemas encontrados pelas comunidades remanescentes de quilombo, não sendo diferente nesta. A atividade agrícola desenvolvida é o cultivo da mandioca, do milho, feijão e de algumas frutas em suas pequenas roças ou até mesmo na beira da estrada. Parte do que é produzido é comercializado nas feiras livre em Senhor do Bonfim e no próprio distrito. Em algumas épocas do ano, ao chegar ao distrito, encontramos um tapete de melancia exposto a comercialização para todos aqueles que trafegam pela BR 407. Além da agricultura, há a produção de suínos, caprinos, gado e aves tanto para o consumo como para comercialização.

A prestação de serviços e o comércio também movimentam a economia local. Os assalariados são aqueles que trabalham como empregadas domésticas ou no comércio em Senhor do Bonfim. O comércio dentro de Tijuaçu limita-se as pessoas que não são naturais da comunidade.

A partir da década de 40, Tijuaçu passou a ser habitado por algumas pessoas consideradas brancas, por possuírem a pele clara e que de certa forma passaram a interferir na comunidade, mudando alguns hábitos do povo. Foram descendentes de portugueses, da família Muricy e Lola, que foram donos de senzalas na região. Com apoio dos políticos, construíram seus comércios e enriqueceram. Eles apenas empregam familiares, não sendo dado nem tipo de credibilidade a população nativa.

[...] Aqueles comerciantes ali da praça, eles não são da comunidade. Eles foram pra lá com 60, 70 anos atrás com o objetivo de comercializar e aí os políticos foram dando força a eles pra representar a comunidade... Eles tem um poder aquisitivo maior e eles mesmos administram seus comércios, não empregam. (informação verbal)¹

Em Tijuçu pode-se chegar de várias formas. Existem linhas de ônibus exclusivas da sede para o distrito, bem como para outras localidades, como Filadélfia e Ponto Novo, que também fazem esse transporte. Além desses, utilizam principalmente a Van como meio de locomoção alternativo, por facilitar o transporte de suas mercadorias.

Ao chegar à localidade, encontra-se uma estrada de barro, com casas de alvenaria bem diante da rodovia. A comunidade inicia-se ali, com a visão das primeiras ruas calçadas com paralelepípedo. São 13 ruas: Contorno, Campinho, José Genário (Figura 2), Matadouro, Lagoa, Petrolina, Nova (Figura 3), Cemitério, Chafariz, Lito, Senhor do Bonfim, Comércio e José de Souza. A principal é a Rua do Comércio, onde está localizada a Igreja de São Benedito (Figura 4). É uma rua calçada e segundo os quilombolas, é nela que acontecem todos os eventos do distrito. Possui uma praça bastante espaçosa que subdivide-se em três partes: a primeira, que fica ligada a igreja possui um enorme espaço, que serve de palco para apresentações culturais e religiosas, além de bancos de cimento, em seu entorno para acomodar a platéia. Esses bancos pintados com as cores amarelo, verde, vermelho, preto e branco, que representam a diáspora africana e constituem uma identidade internacional contra o racismo e a favor dos povos descendentes da África. O verde representa as florestas equatoriais da África, o vermelho o sangue da raça negra, o amarelo o ouro da África, o preto o orgulho da raça negra e o branco a paz mundial; a segunda também possui uma ampla área, mas não possui bancos ou qualquer outro tipo de assento. Nesse local acontece a pequena feira livre de Tijuçu em todas as manhãs de segunda-feira (Figura 5). É um espaço destinado às barracas que são armadas para exposição das frutas, verduras e outros produtos; na terceira e última parte temos uma praça aconchegante, onde prevalece o verde das poucas plantas e das árvores que sobrevivem à seca do semi-árido, e, que contrastam com as pequenas pedras coloridas em vermelho e

¹ Entrevista Homem Quilombola, 35 anos.

branco, que compõem o chão da praça e alguns bancos de cimento, que formam um local agradável para encontros de amigos, namorados e passeios.



Figura 2: Rua José Genário em Tijuacu
Fonte: Autoria Própria



Figura 3: Rua Nova em Tijuacu
Fonte: Autoria Própria



Figura 4: Praça do Comércio em Tijuauçu
Fonte: Autoria Própria



Figura 5: Feira pública em Tijuauçu
Fonte: Autoria Própria

Nesses arredores também estão às escolas públicas municipais (Figura 6), que atendem à aproximadamente 700 estudantes, desde a pré-escola até o ensino fundamental II, o cartório desativado e as igrejas evangélicas. A vila não possui terreiros de Candomblé, só existindo um terreiro no povoado de Alto Bonito, que fica a 5 km da vila.

Os comércios, tantos particulares como os públicos, também se concentram na Praça. Os primeiros pertencem aos descendentes de portugueses, como falado anteriormente. São comércios pequenos como bares, padaria e mercados que vendem quase tudo, principalmente alimentos. O comércio público em Tijuáçu se resume no Açougue municipal, que tem um movimento muito pequeno, visto que grande parte da carne é adquirida na feira em Senhor do Bonfim.

O pequeno cemitério de Tijuáçu (Figura 7) também está nas imediações da Praça e faz parte do trajeto percorrido na procissão das festas religiosas, principalmente na Semana Santa.



Figura 6: Escola Municipal Antônio José de Souza em Tijuáçu
Fonte: Autoria Própria



Figura 7: Cemitério de Tijuacu
Fonte: Autoria Própria

Na Comunidade, as casas são antigas, simples, carentes de sanitário, possuindo, às vezes, de forma rudimentar, fossas abertas no quintal. Foram construídas numa época em que as condições de vida eram bastante difíceis, onde, segundo relato de membros da comunidade a fome e a miséria prevaleciam.

Trabalhava na roça, morava na roça, o povo não acredita, porque tá vendo minha casa ajeitadinha assim, tá vendo? Mas nós já passamos coisa difícil, mas agora graças a Deus, digo que sou rica, porque já tenho uma casinha. Mas, antigamente, nós chorava aqui em Tijuacu [...].(Informação verbal)²

Atualmente, muitas dessas casas sofreram adaptações superficiais. A frente da casa passou a ser de alvenaria, ganhou um novo reboco e cores alegres, mas no restante da casa, as paredes continuam sendo de pau a pique.

As pessoas aqui só construíram a frente da casa, porque por dentro elas são todas de taipa. Se você derrubar uma parede cai tudo. Aqui são contadas as casas que são de alvenaria e de bloco. Acho que nessa rua

² Entrevista Mulher Quilombola, 50 anos

minha não tem nenhuma. Essa aqui não é nem de adobe, nem de bloco. É de taipa, de vara. (Informação verbal)³

A comunidade revela que as reparações realizadas nas casas atualmente, demonstram que após tanta luta e sofrimento, a vida está melhor, como revela a quilombola de 50 anos: “Agradeço a Deus e a São Paulo minha casinha que tenho hoje, porque era um sonho que eu tinha de fazer minha própria casa”. Nessas casas, observa-se a presença de bens de consumo como televisão, rádio, que são os principais meios de comunicação da comunidade, além de geladeira e fogão a gás.

Existem outras ruas da comunidade, que se assemelham a Rua da Praça, pois são calçadas, com suas casas coloridas, uma colada na outra, nas quais ao final do dia, os parentescos se reúnem, sentados no batente da porta, para conversar e relembrar o passado, enquanto as crianças brincam. Ao se afastar da Praça, centro do distrito, observa-se ruas com estrada de barro, onde o vento levanta a poeira que se deposita nas roupas lavadas estendidas nas cercas de arame nos quintais. As casas de pau a pique, com chão de terra batida e sem banheiro, são afastadas uma das outras. As crianças brincam descalças e nuas pelos arredores, onde o esgoto corre em céu aberto, juntamente com o lixo espalhado em frente das casas.

A única Unidade de Saúde que existe fica afastada do centro, isolada, em uma rua sem calçamento e sem saneamento básico. Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) desenvolvem um grande trabalho na comunidade fazendo seu acompanhamento familiar mensal e encaminhando as famílias até a unidade e que foram muito importantes no processo de reconhecimento da comunidade como remanescentes de quilombo. São pessoas da própria comunidade e por isso sabem identificar mais facilmente os problemas, tanto político-sociais, quanto de saúde da população quilombola. Na comunidade não possui farmácia e por isso, as pessoas quando não encontram seus medicamentos na unidade de Saúde, tem que se locomover até Senhor do Bonfim para adquiri-los.

³ Entrevista Mulher Quilombola, 42 anos

6.2 Os quilombolas de Tijuçu

A família é sinônimo de união e de respeito para a comunidade quilombola de Tijuçu. Geralmente, o núcleo familiar é composto pelos pais, filhos, e às vezes pelos netos. O comando da família é responsabilidade tanto do homem quanto da mulher, mas esta é quem domina realmente, pois ela que está voltada para o cuidado com a casa, com os filhos, com a alimentação.

A presença negra está na pele, nos rostos e do corpo dos moradores de Tijuçu. Encontram-se pessoas que se orgulham de ser negros, que tem sua autoestima elevada, após tantos anos tentando esconder suas origens raciais, por sofrerem com a discriminação. No entanto, as marcas do passado de opressão sempre ditas, não impediram o sorriso alegre no rosto e um olhar penetrante, atento a tudo e todos que fogem da sua rotina. Eu fui identificada pelos alunos quilombolas como a “Negra branca de Salvador”, forma encontrada por eles pra dizer que sou negra, mas que possuo características físicas e comportamentais distintas das deles.

São pessoas que pertencem a 4ª geração de negros que fugiram da escravidão, no início do século XIX, como Mariinha Rodrigues e outros que foram em busca de um local em que pudessem viver em liberdade, resgatando suas crenças e tradições, que mesmo após a abolição, continuaram sendo as grandes vítimas dos preconceitos e discriminações. São em sua maioria adultos jovens, mas tem uma parcela significativa de idosos que alcançam seus 90 anos, jovens, mulheres e crianças que unidos por parentescos e por ideais transmitem a história e reproduzem os ensinamentos deixados por seus ancestrais.

Minha mãe pra não deixar acabar a raiz, sempre ensinava a gente, pra quando ficasse cansada, como agora mesmo não saiu mais e entregou pra mim. E aí vai passando de tradição, de pai pra filho, pra neto, porque é a única tradição que a gente tem é o samba de lata. (Informação verbal) ⁴

Organizam-se na defesa de seus interesses e direitos, mostrando a sociedade, através de sua cultura, se reconhecem e se valorizam como quilombolas. São representados por lideranças locais, principalmente na figura do presidente da

⁴ Entrevista Mulher Quilombola, 42 anos

Associação Agropastoril de Tijuáçu e no representante político eleito pela comunidade na eleição geral do município.

Muito cedo, observa-se o movimento na comunidade, o sol nem ameaça aparecer e as pessoas, principalmente os adultos e idosos, já estão acordados para buscar a matéria-prima do seu trabalho, que na maioria das vezes necessita recorrer a outras cidades, visto que a produção local é pequena, devido aos fatores já citados anteriormente. Madrugam para mexer a massa do acarajé ou para se deslocar até o centro do Município e montar suas barracas. Há a produção de acarajé e de milho assado, tanto nas ruas e praças de Senhor do Bonfim quanto no distrito, também. Os vendedores são formados por pessoas de todas as idades e de ambos os sexos. Desde crianças, eles já vão aprendendo o ofício de mexer a massa e comercializar os bolinhos ou de assar o milho, desenvolvendo essa atividade até o momento que seu corpo dê condições para isso.

Ir às roças para tentar plantar ou colher alguma coisa ou tomar conta dos seus animais, para buscar o alimento e a água limitados, está no cotidiano dos moradores de Tijuáçu. Outros vão para a consulta agendada no postinho de saúde do distrito ou mesmo em Senhor do Bonfim, já que muitas vezes os problemas não podem ser solucionados por lá, vão para municípios próximos.

As crianças e os mais jovens que ainda estudam vão para o colégio e os que já completaram os estudos ficam pelas praças ou pelos bares, jogando sinuca e/ou consumindo bebida alcoólica.

6.3 Primeiras aproximações

O trabalho de campo foi iniciado com o envio de uma carta da pesquisadora responsável pelo Projeto à Associação Agropastoril Quilombola de Tijuáçu, em Fevereiro de 2010, com descrição dos objetivos da pesquisa e a forma de abordagem para sua execução. Em seguida, foi realizada uma reunião na comunidade, no dia da reunião mensal da Associação Agropastoril de Tijuáçu e adjacências, para que a população fosse esclarecida sobre as etapas de execução e objetivos da pesquisa e ao mesmo tempo, para convidá-las a participar do estudo.

Como sou nutricionista, responsável técnica do Programa de Alimentação Escolar (PNAE) no município, e sempre estou fazendo visitas técnicas às escolas, bem como em contato com as associações e cooperativas do município, o que facilitou o meu contato com a comunidade e a identificação dos possíveis informantes-chave. Isso também possibilitou que eu conhecesse um pouco a realidade de Tijuaçu, especialmente no que se refere ao PNAE. Dentre os distritos de Senhor do Bonfim, Tijuaçu é o único que não possuía uma cooperativa formalizada, que pudesse oferecer gêneros para alimentação escolar, mesmo existindo estratégias de governo que facilitassem esse processo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que dá prioridade as comunidades tradicionais. Juntamente com essas características ainda existia o repasse de verba diferenciado para as comunidades quilombolas, o que me instigava bastante, no sentido de ser um fator a mais a contribuir para o desenvolvimento da comunidade, mas que pelos entraves relatados não podiam ser utilizados.

A aceitação do pesquisador pelo grupo e como ele vem ser definido pelos observados é uma das dificuldades freqüentemente encontradas no trabalho de campo (LIMA, 1999). Tinha consciência da necessidade de haver empatia, confiança e respeito entre o pesquisador e os pesquisados, por isso durante esse período que estive na comunidade, realizando a pesquisa, participei de eventos festivos como casamento, a comemoração da Semana Santa, além de ser convidada pelas lideranças para ser voluntária do “Projeto Quilombonito⁵” dando apoio técnico na composição do cardápio. A participação nesse projeto possibilitou uma maior interação minha com a comunidade, no qual pude mostrar que tinha conhecimento técnico, experiência e capacidade para intervir e não estava lá apenas para observar.

⁵ Projeto Quilombonito é desenvolvido pela Associação de pequenos produtores rurais e artesãos quilombolas da fazenda Alto Bonito, em Tijuaçu, no qual os produtores rurais plantam e beneficia a mandioca e os produtos são distribuídos para as escolas e as famílias carentes da comunidade.

6.3.1 Identificação e Perfil de Informantes Chaves

Os informantes chaves foram identificados, inicialmente, na comunidade pelo contato com as lideranças políticas, culturais e das escolas, pois eram pessoas que eu já conhecia e mantinha contato.

O presidente da Associação e seu assessor foram os primeiros informantes-chaves. Com a indicação deles e mediante contatos formalizados, fui identificando e selecionando as pessoas que seriam entrevistadas, através de participação nas reuniões da Associação, em visitas domiciliares e participação em eventos. Como afirma Minayo (1994), os sujeitos sociais selecionadas foram aqueles que detinham os atributos que eu pretendia conhecer e que tivesse alguma relação com a comunidade como os produtores rurais e a comunidade escolar.

A participação do representante da Associação na divulgação dos objetivos e na metodologia do projeto nas reuniões mensais da Associação Quilombola contribui bastante para que as pessoas tivessem credibilidade e confiança na pesquisa.

O contato com os possíveis entrevistados sempre foi feito com a presença de alguma liderança local. Em algumas situações tentei manter esses contatos sem intermediários, já que fui apresentada a todos da comunidade na reunião da Associação, mas na maioria deles não fui bem sucedida. Tive algumas dificuldades, pois as pessoas de lá vivem em sinal de alerta, principalmente no momento de assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), por terem sido enganadas no passado e pagarem até hoje por esse ato de ingenuidade, em acreditar na palavra de algumas pessoas, que chegaram à comunidade prometendo vários benefícios e na verdade apenas se beneficiou das experiências apreendidas no convívio neste território. Mesmo com a presença de uma liderança tive dificuldades para manter o contato ou porque o momento era inadequado ou pelo fato das entrevistas serem gravadas causarem constrangimento.

O primeiro informante-chave foi o quilombola presidente da Associação Agropastoril da comunidade. Uma jovem liderança, que desde cedo aprendeu a lutar pelos direitos do seu povo, após passar tanto sofrimento pela falta de terras. O segundo informante chave foi o quilombola secretário de cultura e irmão do presidente da Associação, que seguindo os passos do irmão, luta para que o Samba

de Lata passe a ser reconhecido como patrimônio cultural e para que as manifestações culturais permaneçam vivas dentro da comunidade, principalmente entre os mais jovens. Finalmente a terceira informante-chave, uma quilombola de 59 anos, ex -merendeira da escola do próprio distrito, que conseguiu criar quatro filhos diante de tanto sofrimento e da exploração do seu trabalho.

6.3.2 As Entrevistas em Profundidade

Foram realizadas as entrevistas mediante contato inicial com cada informante-chave para definir a data, o local e o horário, pois não adiantava chegar a casa sem avisar, mesmo falando que a entrevista não atrapalharia a sua rotina. Para eles, era preciso um momento exclusivo para depor, sem pressa ou sem compromisso de qualquer natureza. Outro detalhe importante é que muitos precisavam conversar antes com o presidente da Associação para se certificar do que realmente poderia falar, mesmo sempre eu deixando bem claro que o presidente da Associação tinha ciência sobre a pesquisa.

As entrevistas em profundidade foram realizadas com apoio de um roteiro semi-estruturado (Apêndice B), contendo questões norteadoras que tem sua origem no problema de pesquisa, apoiados em teorias e hipóteses, relacionados à segurança alimentar, identidade quilombola e políticas públicas direcionadas aos remanescentes de quilombo, a exemplo do PAA. É um tipo de entrevista flexível, não havendo seqüência pré-determinada de questões e parâmetros de respostas. Flui livremente, a partir de um tema amplo, sendo aprofundada de acordo com os aspectos significativos identificados pelo entrevistador, utilizando como referência o conhecimento, a percepção, a linguagem, a realidade e a experiência do entrevistado. É um tipo de entrevista muito rica em descobertas, sendo conduzida, em grande medida, pelo entrevistado, valorizando seu conhecimento (DUARTE, 2010).

Considerando que a fala tem significado direto, literal e explícito, deu-se voz aos produtores rurais, aos membros do núcleo familiar central e ampliado na comunidade, chefes de família de ambos os sexos, estudantes das escolas

quilombolas, mães e donas de casa, lideranças comunitárias, jovens e representantes do poder público local, para que dessem sua contribuição no desenvolvimento desse trabalho.

Portanto, foram entrevistadas 14 pessoas, desde lideranças políticas e culturais, produtores agrícola, bem como integrantes do núcleo escolar como alunos e merendeira, no período de Fevereiro a Julho de 2010. As entrevistas, em sua maioria, foram realizadas no próprio distrito de Tijuaçu ou em uma das localidades pertencentes ao quilombo, sempre na casa do entrevistado, para transmitir maior conforto e assim, poder apreender o máximo de significados. Apenas os estudantes tiveram suas entrevistas realizadas no ambiente escolar e o representante do poder público que foi entrevistado no seu local de trabalho.

A primeira entrevistada foi uma Quilombola de 42 anos e outra de 59 anos, integrantes do samba de lata. A primeira sustenta a família com o trabalho na roça e com a venda de acarajé, já a segunda apenas cuida da casa e às vezes vai trabalhar na roça; também foi ouvido o representante de governo, que não é quilombola, mas que já atua há mais de 08 anos nesse cargo no município e que colaborou bastante a respeito das associações e cooperativas municipais e em particular, do distrito de Tijuaçu. Além desses, foram entrevistados um agricultor quilombola de 57 anos, que reside no povoado de Anacleto e que tira o sustento para sua família trabalhando na roça dos outros e plantando alguma coisa à beira da rodovia e uma agricultora quilombola do povoado de Alto Bonito, que tem seus filhos ainda na escola; de uma merendeira que atua há mais de 25 anos na escola do distrito, que reside na comunidade desde pequena, mas é descendente de portugueses. Foram ouvidos jovens quilombolas, de ambos os sexos, tanto da vila como dos povoados. Três ainda estão estudando e outros quatro já concluíram os seus estudos. Apenas um destes estudou em uma escola agrotécnica.

Para registrar os dados, utilizei a gravação em mídia digital e o diário de campo, que foi um elemento bastante utilizado nas visitas realizadas à comunidade, para registrar os acontecimentos antes, durante e após a atividade.

O diário constou de um pequeno bloco de anotações de uso pessoal, em que eu anotava, em ordem cronológica, todos os acontecimentos dos encontros, durante as observações e as minhas percepções e emoções. Procurava registrá-las logo após o término do evento, protegendo assim, a fidedignidade delas, anotando dados

como: data, local, tempo de duração do evento e outros registros adicionais, referentes a lembranças posteriores depois de cada encontro já registrado e que merecia ser pontuados. Posteriormente, esses registros foram todos digitados para facilitar o entendimento nas consultas futuras.

Conforme Victora et al. (2000), o registro no diário de campo do pesquisador pode até alterar a forma de interpretação de um evento, se contiver informações com subsídios suficientes para analisar os dados por outro viés.

A gravação foi um procedimento útil para o registro dos dados obtidos na comunicação verbal, pois possibilita o registro literal e integral, oferecendo maior segurança a fonte. O uso do gravador foi essencial durante as entrevistas, pois possui a vantagem de evitar perdas de informação e minimizar distorções, no entanto, só foi utilizado com a concordância prévia dos participantes, conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Após cada encontro houve a transcrição imediata, cuidadosa e fidedigna dos diálogos em meio digital, a fim de aproveitar melhor o conteúdo, pois o ambiente e as respostas e a contextualização estavam mais vivos na memória e as inferências e as análises puderam ser imediatas. A necessidade de retorno à comunidade para realizar novas entrevistas, dessa vez com informantes jovens, foi identificada a partir do surgimento de novas categorias, que precisavam ser testadas.

Para delimitar a suficiência dos dados e encerrar essa etapa, foi utilizado o ponto de saturação, quando se considerou que as informações se tornaram reincidentes e deram mostras de exaustão. De acordo com Glaser e Strauss (1967 *apud* FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008) a escolha do ponto de saturação depende de critérios como a sensibilidade teórica do pesquisador aliada a integração dos dados com a teoria configurando os limites de observação da realidade. A saturação designa o momento em que o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa não altera a compreensão do fenômeno estudado (MINAYO, 1994; THIRY-CHERQUES, 2009). De fato, quando se procedeu às sucessivas leituras do material para sua classificação, o ponto de saturação teórica foi reafirmado através de certa redundância e repetição das informações de novos participantes da pesquisa, sem nenhuma nova informação que contribuísse para compreensões adicionais.

6.4 A análise dos dados

Após a leitura exaustiva de todas as entrevistas foram realizadas três fases de análise: (a) identificadas as expressões chaves (ECH) de cada discurso; (b) formuladas as idéias centrais (IC); (c) descrição dos significados.

Segundo Lefèvre (2005), as ECH são transcrições literais do discurso, que devem ser destacadas pelo pesquisador e que revelam a essência do depoimento. Com a descrição das ECH, são formuladas as idéias centrais (IC), que segundo o mesmo autor, é a expressão que revela e descreve, de maneira mais sintética, precisa e fidedigna possível, o sentido de cada um dos discursos analisados. No entanto, a IC não é uma interpretação, mas uma descrição do sentido de um depoimento. Por fim, foram estabelecidas as categorias, que são as expressões adequadas para representar os depoimentos. A submersão nos conteúdos possibilitou o aprofundamento e a compreensão analítica, que estimulou a identificação dos significados/categorias de cada fala, a fim de aproveitar a riqueza dos dados. Os significados tornam os depoimentos e demais discursos equivalentes, porque expressam a mesma idéia. Minayo (1994), afirma que nessa fase é preciso compreender que os dados não existem por si só, eles são construídos a partir do questionamento que fazemos sobre eles, com base nos fundamentos teóricos.

Procurando uma visão mais realista do contexto estudado foi utilizada a perspectiva de análise hermenêutica-dialética, a partir da síntese elaborada por Minayo (1994, p. 231), que é o mais capaz de dar conta de uma interpretação aproximada da realidade. Essa metodologia coloca a fala em seu contexto para entendê-la a partir do seu interior e no campo da especificidade histórica e totalizante, em que é produzida.

A hermenêutica é considerada a disciplina básica que se ocupa da arte de compreender textos. Sua unidade temporal é o presente, onde se marca o encontro entre o passado e o futuro, ou entre o diferente e a diversidade dentro da vida atual, mediada pela linguagem. Possui a compreensão como categoria metodológica mais potente na atitude de investigação e possui como categorias filosóficas fundantes a liberdade, a necessidade, a força e a consciência histórica e como balizas do pensamento o significado, o símbolo, a intencionalidade e a empatia. A dialética, por

sua vez, é desenvolvida por meio de termos que articulam as idéias de crítica, de negação, de oposição, de mudança, de processo, de contradição, de movimento e de transformação da natureza e da realidade social.

A hermenêutica e a dialética possibilitam uma reflexão que se funda na condução do processo ao mesmo tempo compreensivo e crítico de análise da realidade social, por isso segundo Minayo (1994, p. 227):

A união da hermenêutica com a dialética leva a que o intérprete busque entender o texto, a fala, o depoimento como resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem) ambos fruto de múltiplas determinações, mas com significado específico.

E nessa fase de análise, na qual são trabalhadas mais intensamente as informações obtidas segundo o referencial teórico, que se dá “o verdadeiro momento dialético através do movimento incessante que se eleva do empírico para o teórico e vice-versa, que dança entre o concreto e o abstrato, entre o particular e o geral, visando o concreto pensado” (MINAYO, 1994, p. 230-238).

6.5 Questões Éticas

Os aspectos éticos foram contemplados em conformidade com o item IV da resolução do Conselho Nacional de Saúde 196/96, do Ministério da Saúde (MS), para pesquisa em seres humanos (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 1996). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, sob o parecer nº 72/2009 em 15 de Dezembro de 2009 (Anexo A).

Na abordagem aos participantes da pesquisa, inicialmente procurei informá-los a minha identidade e meu papel nesta pesquisa, bem como sobre os objetivos do trabalho. relatei o tipo de colaboração que desejava receber, a forma como os dados seriam registrados e usados para publicação. Esclareci que todos os procedimentos utilizados zelariam pela segurança, integridade física e idoneidade dos envolvidos e que eles teriam a liberdade de desistir a qualquer tempo da pesquisa, sem qualquer ônus em relação à continuidade da mesma. Foi utilizado

para todos os sujeitos participantes um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os participantes estavam cientes que as informações são confidenciais e que serão utilizadas para fins exclusivos da pesquisa. Para assegurar o anonimato dos entrevistados, utilizei apenas o termo “quilombola” acompanhado do gênero correspondente e da idade para identificar os diálogos e assim manter preservada a identidade dos mesmos, em conformidade com Minayo (1994).

A Instituição de aplicação do projeto foi informada e autorizou formalmente através de uma Carta de Anuência Institucional.

As determinações da resolução 196/96, do MS, levam a entender que o pesquisador tem o compromisso ético com o grupo de participantes envolvidos na pesquisa, devendo retornar os resultados para eles, propiciando uma oportunidade de mudança da realidade deles, por isso a comunidade teve o retorno das informações através de um relatório técnico, contendo subsídios para implantação de programas que promovam o desenvolvimento local.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO:

7.1 A formação histórica da comunidade quilombola de Tijuáçu

“Essa terrona toda era de minha avó, Mariinha”. (Informação verbal)⁶

Segundo conta os mais velhos da comunidade, Tijuáçu, que na primeira metade do século XIX, chamava-se Fazenda Lagarto, formou-se, quando viram nessas terras, uma negra escrava fugitiva de Salvador, sentada debaixo daquele juazeiro, onde hoje é a igreja na praça do Comércio, a principal da comunidade, na companhia de outras duas mulheres, também negras escravas, que fugiram na busca por liberdade. As duas seguiram viagem, mas Mariinha, a desbravadora desse território, resolveu ficar nesse lugar, inicialmente na região de Alto Bonito, de onde pode ter uma visão estratégica de todo o território. Anos depois conheceu um rapaz chamado Austácio Rodrigues, cuja origem era do Congo, com o qual se casou e teve 12 filhos. Ele já era dono daquele lugar, aquele morro enorme era todo dele e quando morreu ficou tudo para os filhos, pelo uso de ocupação. As outras famílias foram chegando depois e foram casando primo com primo. O sistema de parentesco é a referência fundamental do africano. Assim, a instituição familiar era a base da organização social dos quilombos e uma garantia de perpetuação da família. São as mesmas famílias vivendo nesse distrito secularmente, e até a contemporaneidade formando os laços matrimoniais entre parentes. Habitam em seu território as seguintes famílias: os Rodrigues, os Santanas, os Damascenos, os Fagundes e os Santos. Como afirma a quilombola de 59 anos: “Termina todos sendo parentes aí em Tijuáçu”.

Nesse período, “o Lagarto era só dos negros, só era dos negros. Só tinha o João Guilhermino, que era branco, o resto todo era negrada”. Mas, em Senhor do Bonfim havia pessoas que queriam escravizar todos os negros do Lagarto, mas esses mostraram sua força, se organizando e lutando. Lutaram, lutaram, mas como as terras eram de Mariinha Rodrigues, ficaram todas para os negros. No entanto, os negros não possuíam apenas inimigos visíveis, como aqueles que acreditavam ser

⁶ Entrevista Mulher Quilombola, 93 anos

de uma raça superior, e por isso queriam escravizá-los. Possuíam também uma inimiga invisível, a Fome. Logo, Tijuacu situa-se numa região do semi-árido, de clima seco, solo de baixa capacidade de infiltração, sendo a estação seca a mais prolongada de todas, onde a taxa de precipitação pode cair a níveis baixíssimos, juntamente com os rios que são intermitentes, dificultam o desenvolvimento da agricultura e da pecuária e que dá origem a sua paisagem típica, a caatinga. O sertão nordestino é sinônimo de fome e pobreza (FARIA, 2008). As secas ocorreram nos anos de 1900 e 1932. Foram anos de seca e de muita fome, “fome de arriar a barriga”, de todos caírem fracos. A seca era grande demais e só tinham aqueles espinhos pequeninhos, “que quando encaixa na roupa pra tirar é difícil”. Muita gente morreu de fome neste tempo, pois ninguém sabia o que era farinha, “não conhecia nada, precisando sair atrás de pedir”. Algumas pessoas corriam para feira de Senhor do Bonfim e compravam um osso (grifo do autor), para ser retirado o tutano e misturado na farinha para alimentar a família, que no final da refeição, esse mesmo osso era lavado e guardado para ser utilizado na alimentação do outro dia. Outros tentavam alimentar-se catando mamona seca, que era colocada na água para inchar, para depois ser vendida na feira, e poder comprar rapadura e farinha. Muitas famílias sobreviveram consumindo o Bro⁷ e o Sorogo⁸ e, além disso, cavavam profundamente até alcançar a batata do umbuzeiro ou do mamão de veado⁹, para extrair a água para saciar a sede e a massa para acalmar a fome.

O termo bró, deriva do orifício grande que se faz no caule do ouricurizeiro, é narrado como uma espécie de remédio, pelo aspecto de cor roxa, cheiro forte e sabor amargo. Descobriram seu uso comestível a partir de experiências e observações em animais e passaram a adotar como alimento, quando não se tem mais nada pra comer (ASSIS et al., 1999).

Para Gilberto Freyre, as determinadas condições físico-geográficas, tais como solo, clima e pluviosidade, contribuíram para a formação do padrão de consumo e dos hábitos alimentares brasileiro, considerado como um dos mais deficientes e instáveis (VASCONCELOS, 2001). Josué de Castro, em “Geografia da Fome” relata

⁷ Um tipo de farinha produzida a partir do caule do ouricurizeiro.

⁸ Espécie de besouro branco e gordo, tipo morotó, que era extraído 15 dias após o caule do ouricurizeiro ter sido derrubado. Esse besouro era frito e comido juntamente com o bro.

⁹ Espécie de arbusto delgado, encontrado na caatinga, possuindo uma raiz principal que se transforma em tubérculo e armazena água. É assim chamada pelo fato de ser consumida pelos veados.

que nos períodos de seca, quando desorganizava completamente a economia regional e instalava-se a fome epidêmica, ocorria um regime alimentar de subalimentação, limitando a quantidade e a variedade de alimentos. Quando a seca persistia e esses recursos alimentares se esgotavam, era necessário lançar mão de outras estratégias de sobrevivência, passando a consumir as “iguarias bárbaras” do sertão como as raízes e o palmito de algumas árvores resistentes a seca (VASCONCELOS, 2008).

A fome é um fenômeno geograficamente universal e não é um produto da superpopulação, como afirmava a teoria de Robert Malthus, que considerou o crescimento populacional em progressão geométrica e o da produção de alimentos em progressão aritmética. Josué de Castro, pesquisador brasileiro, em suas observações percebeu que as medidas para acelerar o crescimento econômico dos países após a segunda guerra mundial relegavam ao plano secundário a questão da equidade e estavam promovendo uma crescente desigualdade, o aumento da pobreza e o alastramento da fome, tornando mais vulneráveis e dependentes os países em desenvolvimento (ARRUDA, 1997).

Castro afirma que: “a fome no Brasil era consequência, antes de tudo, de um passado histórico, com seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia, com os quadros naturais” (BIZZO, 2009). O objetivo do seu estudo foi analisar o fenômeno da fome coletiva, que atinge endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total de verdadeira inanição, mas a fome oculta, na qual pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, as pessoas morrem lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. Esse fenômeno da fome crônica que ocupa um lugar na dimensão sociocultural do mesmo corpo biológico que a sente e que faz transcender à imagem corpórea a carência de alimentos, indo de encontro de outras concepções sustentadas por um sistema de símbolos e geradas pela insegurança concreta de alimentar-se (FREITAS, 2002), e com isso corrói silenciosamente inúmeras populações do mundo. Assim, partindo de uma realidade regional, Josué de Castro defendeu a concepção de fome coletiva como um fenômeno geograficamente universal, que favoreceu a ruptura com as posturas de mascaramento das situações observadas em alguns países (VASCONCELOS, 2001).

Hoje, a presença da Fome no quilombo de Tijuaçu é muito mais sutil. “Hoje em dia não, tá tudo no conforto. Passar precisão todo mundo passa, mas passar fome mesmo, sem ter o que comer, não. Tem aquelas pessoas que não sabe administrar seu pão de cada dia, mas fome, fome como eu passei não tá não”. Os quilombolas acreditam que, atualmente, a situação melhorou, porque o Governo investe em Programas como o recebimento do benefício Bolsa Família, que tem uma cobertura de 70 a 80% das famílias na comunidade, segundo o presidente da Associação Quilombola, e o recebimento de cestas básicas pela Conab a cada 06 meses. Nesta cesta, eles recebem 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 1 kg de leite, 2 kg de açúcar, 2 kg de farinha de mandioca, 1 kg de fubá e 2 litros de óleo. Essa quantidade de gêneros para algumas famílias, as com mais de 5 integrantes, dura até 15 dias, para outras com apenas duas pessoas dura cerca de 2 meses.

A Geografia da Fome em 1946 denunciava que entre dois terços e três quartos da população latino-americana não ingeriam o suficiente para cobrir suas necessidades básicas. No Brasil, Castro constatou em 1959, que os operários no Recife possuíam uma alimentação de péssima qualidade, imprópria sob todos os aspectos. Segundo Abramovay (2008), estudos mostram que no país, mesmo em regiões historicamente problemáticas como o semi-árido do Nordeste, a subalimentação deixou de fazer parte do cotidiano dos mais pobres.

Naquela época de seca do início do século XX, a única fonte de água para beber, cozinhar e tomar banho, era proveniente de uma cacimba, no Rio do Mastruz, que os negros conseguiram cavar em 1900. As pessoas saíam de suas casas de madrugada e caminhava cerca de 9 km para encher suas latas d’água, que eram trazidas na cabeça. Enquanto caminhavam longos trechos em busca de água, eles paravam para descansar debaixo da sombra de um pé de Juazeiro ou de Umbuzeiro, aproveitando o momento para descontrair com o próprio sofrimento de fome e seca, cantando versos, batendo nas latas, formando roda e sambando. Dessa forma nasceu o Samba de Lata, principal representante da cultura da Comunidade de Tijuaçu, da transformação de uma necessidade em cultura. Hoje, o Samba de Lata¹⁰ (Figura 8) é reconhecido como patrimônio imaterial e ganhou o mundo, mas até isso acontecer foram muitas dificuldades, desde as péssimas

¹⁰ Tipo de samba produzido com o som de apenas uma lata de querosene. Apenas uma pessoa bate a lata enquanto outras quinze dançam.

condições que eram submetidas estes bravos negros para se apresentar até desvalorização da sua cultura pelo próprio povo da terra.



Figura 8: Samba de Lata de Tijuçu
Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA, 2010

Além da fome, a seca também contribuiu para que os parentescos de Mariinha Rodrigues começassem a perder suas terras, isso porque, com a situação de calamidade social em que a comunidade se encontrava, muitos descendentes tiveram que viajar para o sul do Estado, para a região de Itabuna, Ilhéus e Jequié, a procura de condições de sobrevivência e só retornariam quando tivessem notícias de chuva na comunidade. Enquanto isso, para manter os filhos e a esposa que ficaram, fazia acordos verbais com os fazendeiros, deixando uma área de terra para eles colocarem o seu gado em troca de um prato de comida para sua família. No entanto, quando retornavam eram surpreendidos com suas terras completamente cercadas e pelas incessantes ameaças de morte. A ambição dos fazendeiros circunvizinhos e a falta de documentação legal por parte de seus legítimos donos foram encolhendo as propriedades em proporções que determinam o território de ocupação atual. Muitos moradores reclamam da dimensão do povoado que foi invadido pelas cercas dos fazendeiros e da pequena parte de terras que possuem para cultivar.

A terra sempre foi o único bem dessa comunidade. Segundo Gusmão (1996), a relação com a terra estrutura diferentes visões de mundo e constitui o direito de nela estar e nela permanecer. A terra-território tornou-se um valor de vida, um espaço importante na história particular de cada grupo, tornando-se polissêmica, dinâmica e mutável. A terra não é apenas realidade física. Antes de tudo, é um patrimônio comum e, enquanto tal difere de outras terras, de outros lugares e de outros grupos. A terra é sinônimo de relação vivida, fruto do trabalho concreto dos que lá estão, da memória e da experiência pessoal e coletiva de sua gente - presente e passado.

Desde então, muita coisa mudou. Na década de 40, o Lagarto passou a se chamar Tijuaçu, que significa Lagarto Grande, de origem indígena, devido à forte influência exercida por esses povos na comunidade. Os índios saíam da região de Feira de Santana, na Bahia e para chegar à região de Missão do Shay, outro distrito de Senhor do Bonfim, precisavam passar por dentro de Tijuaçu e assim, muitos deles acabavam ficando por lá. Nessa época, a comunidade só tinha onze casas inteiras, todas de palha. A primeira igreja, a do padroeiro São Benedito, também foi feita de palha. O lugar era pequeno assim como o seu comércio, não tinha movimento nenhum.

A comunidade foi crescendo, mas as pessoas ainda precisavam ir buscar água na fonte com seus potes de barro para colocar água do poço. Saíam bem cedinho, cantando aquela alegria e dizendo versos. Elas viviam de dia de trabalho na roça, que chamavam “dia de macaco”, pois era um trabalho árduo, das sete horas da manhã até as dezoito horas da noite, que não oferecia nenhum tipo de segurança, contra acidentes de trabalho. Todos iam pra roça andando, felizes, na maior alegria da vida, levando uma cabacinha com água, um pouquinho de farinha, um pedacinho de carne assada no espeto e um pedacinho de rapadura numa mochila. Nesta época, a fome atacava de outra maneira, como pela exploração do trabalho como conta uma quilombola de 59 anos: “Fui escravizada e minha doença foi arrumada dentro desse prédio, eu tenho certeza [...]. Meu salário era muito baixo, não era conveniente não e meus fios chegaram a passar com esse salário”.

O racismo sempre foi um elemento de presença constante na comunidade, que foi intensificado na década de 40 do século XX, com a chegada de descendentes de portugueses, que queriam dominar as terras, assim como

acontecera na época em que alguns fazendeiros de Senhor do Bonfim queriam transformá-los em escravos.

Aqueles comerciantes ali da Praça como são chamados pelos quilombolas, os descendentes de portugueses das famílias Muricy e Lola, que eram donos de senzalas na região, não são da comunidade e nem fazem parte da história dela, mas chegaram com a intenção de se aproveitarem da necessidade local e dominar. Tentaram, segundo relatos, de toda maneira impedir que o quilombo prosperasse, alegando que nego nunca tinha conseguido nada, que nego não tem moral pra nada [...] quero ver a partir de hoje os negros estar tudo debaixo do meu pé. (Informação verbal)¹¹

Mesmo assim, com toda essa força opositora que teve o apoio de políticos da época, com intuito de dificultar o estudo antropológico de determinação do território como remanescente de quilombo, a comunidade não desanimou e continuou a luta em busca da certidão e na luta contra o racismo. Esse reconhecimento faz parte do ressurgimento da comunidade, considerando como ponto principal a criação da Associação Agropastoril Quilombola de Tijuaçu e adjacências, depois de muitos anos de luta em busca da valorização da sua própria história. Segundo o quilombola presidente da Associação, a sua criação “[...] foi se como tivesse arrancado uma lona, em que todo mundo tava sufocado”. Hoje, há mais de 10 anos de trabalho da Associação, a comunidade considera que mais de 70% dos seus objetivos foram alcançados, com a melhora, principalmente, da auto-estima da população, que antes desse período não se auto-reconhecia, não queria ser negra pelo sofrimento que enfrentava com a discriminação. Conforme Miranda (2006), vários estudos têm demonstrado que outras comunidades negras rurais também negam essa ligação com a escravidão. Mesmo sendo evidente na cultura, nas tradições, nas relações de trabalho e a própria cor da pele, ainda assim negam a sua ancestralidade.

A comunidade enfrentou um racismo intenso, no qual um branco não podia se quer conversar com um negro, muito menos pensar em casamento. Uma quilombola de 93 anos diz que “hoje, apesar de tudo misturado, o branco ainda tem carrancismo com o negro”. A comunidade relata que a discriminação de décadas atrás não está mais da mesma forma, diminui, mas ainda sofrem do preconceito no comércio em Senhor do Bonfim, seja para conseguir emprego ou para comprar como deixa claro o depoimento da quilombola de 42 anos: “Eu sinto discriminação. [...] Em Bonfim, muitas coisas eles querem entrar na discriminação, tanto faz pela cor como pela condição financeira, [...] ainda hoje tem, mas não tá como antes não [...]”.

¹¹ Entrevista Homem Quilombola, 33 anos

No comércio em Senhor do Bonfim não se vê negras ou negros de Tijuáçu trabalhando em lojas. Aquelas pessoas da comunidade consideradas brancas, essas sim, conseguem emprego no comércio facilmente como descrito neste trecho pela quilombola de 50 anos: “Até hoje não tem nenhuma negra de Tijuáçu trabalhando no comércio em Bonfim. Minha sobrinha mandou um bocado de currículo lá, mas quando vê que é negra, não aceita. Aceitaram a branca que era daqui, mas não aceitaram ela”.

Por conta disso, muitas meninas quilombolas quando concluem seus estudos e não possuem perspectivas de emprego tanto na comunidade como no comércio em Senhor do Bonfim, e não querem se afastar da família para trabalhar em outras localidades, em geral, acabam trabalhando como empregadas domésticas, tipo de trabalho que é considerado insatisfatório para quem já conclui seus estudos.

Se você ver aqui é 50% trabalhando em casa de família em Bonfim. Tudo coitadinha tão trabalhando em casas de família. Essas duas sobrinhas mesmo, formadas em professora, com bons estudos trabalhando em casa de família. Casa de família é um trabalho digno, não é? Mas trabalhando numa loja, de carteira fichada, tudo bonitinho, não é melhor? (Informação verbal)¹²

A principal atividade de Tijuáçu é trabalhar na roça, com a agricultura de subsistência e com uma pequena parte é destinada a comercialização (Figura 9). Segundo o Relatório do INCRA, 2010 a produção agrícola e renda anual de Tijuáçu, em 2009 foram 1086 sacas de milho, 1179 sacas de feijão de arranca, 345 sacas de mandioca, que foi transformada em farinha, 301 sacas de feijão de corda, 264 de mamona e 41 de andu, correspondendo a uma área plantada de 510.9432 Ha e uma renda de 152.170,00.

Existem pessoas da comunidade que sobrevivem da venda do milho assado e da acarajé. “O acarajé foi que melhorou um pouco. Vende acarajé, que acarajé dá dinheiro e eles se viram [...]” como comenta essa Quilombola de 93 anos.

Depois do reconhecimento, Tijuáçu se consagrou como a matriz das comunidades quilombolas, com uma área de 8,4 mil hectares, abrangendo 828 famílias entre as 13 localidades: Alto Bonito, Olaria, Quebra Facão, Anacleto, Barreiras, Pato, Macaco 01 e 02, Queimada Grande, Canassista, Lajinha, Água Branca e Conceição. Além disso, ao seu redor possui 39 propriedades particulares e

¹² Entrevista Mulher Quilombola 50 anos

37 propriedades de posseiros (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA, 2010). Olhando para Tijuáçu, podemos afirmar que os quilombos são semelhantes e são diferentes. São semelhantes na medida em que, constituídos por escravos fugidos, na sua maior parte, todos eles configuram uma mesma modalidade de expressão de “rebeldia” escrava e são diferentes, porque cada quilombo tivera sua época de existência, sua região e seus mecanismos de sobrevivência e de desenvolvimento constituindo uma configuração histórico-cultural específica. Assim, quem chega pela primeira vez em Tijuáçu não acredita estar em uma comunidade remanescente de quilombo, pelo menos nas quais estamos acostumados a ouvir e/ou ver. Primeiramente, o acesso é bastante facilitado, já que se encontra a margem de uma rodovia bastante movimentada; as ruas calçadas com paralelepípedos, as casas de alvenaria, pelo menos na fachada, já que muitos moradores disseram que a frente estava bonita, mas que o restante era feito de taipa. A maioria das casas possui bens de consumo como geladeira, televisão e rádio. Apenas com a presença de seus moradores é que percebemos as características peculiares de uma comunidade quilombola, rica em tradições e costumes.



Figura 9: Roça de milho em Tijuáçu
FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA, 2010

As pessoas da comunidade são facilmente identificadas por serem altas, corpulentas, fortes e trabalhadoras, além de usarem seus cabelos trançados, principalmente as mulheres, e utilizarem torços. Através da oralidade dos mais velhos vai sendo expressa a vida social, os valores e os pensamentos por mecanismos informais, ampliando horizontes sobre as experiências históricas. Sua identidade cultural é revelada através do modo de ser de seus habitantes, de seu cotidiano e da sua religiosidade. Desde cedo se aprende as tradições religiosas, para que a mesma possa ser perpetuada, mas infelizmente, de acordo com o depoimento de alguns membros da comunidade muita coisa tem se perdido no tempo. Na época da seca tinha a reza para São José e faziam procissões por toda a comunidade para a chuva cair e segundo relatos: “caía mesmo”. Agora o povo tem medo da reza e fica apenas na igreja. Além disso, a procissão acabou, porque não se vê a seca como antigamente e as pessoas já têm água encanada em suas casas. Mesmo assim, a tradição da reza na sexta-feira da paixão como antigamente está sendo mantida. Cobrem-se as imagens; reza-se até de madrugada na igreja e sobe-se o monte para rezar e acender velas no cruzeiro (Figura 10). O candomblé, devido às perseguições, não existe em Tijuáçu. Setenta por cento dos quilombolas frequentam o único terreiro que fica no povoado de Quebra Facão, localizado à esquerda de Tijuáçu, na direção a Salvador ou então, frequentam os vários terreiros pela região.

Na chegada a Comunidade, temos logo um banquinho em baixo de arvoredo, para as pessoas que ficam esperando transporte, como um ônibus para São Paulo ou uma Van- Besta para Senhor do Bonfim ou outra localidade próxima. Perto desse banquinho, temos uma figura típica do local: uma baiana, de vestido colorido sem rendas e apenas um turbante na cabeça, a fritar em azeite quente seus bolinhos de feijão, os famosos acarajés (Figura 11). Em seguida, temos logo um pequeno bar, no qual é oferecida, ao consumo, bebida alcoólica como forma de distrair àqueles que esperam por transporte. Nesse mesmo local temos o serviço de moto táxi para aqueles que chegam à comunidade e não estão dispostos a caminhar até o centro da vila. Ao caminharmos mais um pouco chegaremos a Praça do Comércio, onde fica a Igreja do Padroeiro São Benedito (Figura 12) e local onde tudo acontece na comunidade, inclusive a feira-livre, nas manhãs de segunda-feira. A feira atualmente está muito reduzida. Alguns quilombolas comentam que é por conta do grande fluxo

de transportes para Senhor do Bonfim, facilita o transporte das mercadorias para vender na feira livre de lá, onde as pessoas aproveitam realizam suas próprias compras. Outros acreditam que seja por conta da baixa produção agrícola, porque faltam terras e recursos para plantar. Dessa rua principal, a Vila dividi-se em doze ruas transversais, algumas de calçamento outras de terra batida.



Figura 10: Reza no Cruzeiro na sexta-feira da Paixão em Tijuauçu
FONTE: Autoria Própria

Atualmente Tijuauçu possui duas escolas, que oferecem ensino da pré-escola até a 8ª série do ensino fundamental e ainda oportuniza que membros da comunidade participem do processo educacional dando palestras sobre a história do quilombo, enquanto buscam inseri-la como disciplina escolar, pois acreditam ser uma maneira de acabar com o preconceito. Negros e brancos já estudam juntos. Mas há 10 anos nenhum branco queria estudar em Tijuauçu, porque só eram famílias de negros. Outro aspecto é que no Distrito de Tijuauçu havia somente ensino até a 4ª do ensino fundamental e as crianças que tiveram oportunidade de completar seus estudos em Senhor do Bonfim sofriam todo tipo de discriminação como aconteceu com uma jovem quilombola que sofreu rejeição de outras colegas e foi vítima de brincadeiras preconceituosas.

[...] Quando chegava lá ainda tinha alguns que tinha preconceito, porque teve uma vez que teve, não sei quantos anos tem, uma menina foi estudar num colégio modelo, uma daqui, mas parece que umas quatro era negra estudava no modelo, teve uma aluna, que não sei se era de Bonfim ou da microrregião, chegou e falou com a coleguinha: ei fulana, agora nós já estamos na África! E a Bichinha tava junto, ficou coitadinha, sem graça, chorando e as amigas perguntando o que era [...]. (Informação verbal)¹³



Figura 11: Tabuleiro de Acarajé em Tijuçu
Fonte: Aatoria Própria

Os quilombolas comentam que depois da criação da Associação muita coisa melhorou na comunidade. Como a educação e os serviços de saúde. A comunidade conta com uma Unidade do Programa Estratégia Saúde da Família, que tem entre seus integrantes médico, enfermeiro, dentista e agentes comunitários de saúde, que atende a todos povoados do território quilombola. No entanto, segundo o relato dos próprios quilombolas, o serviço ainda enfrenta muitos problemas como ausência de profissionais capacitados para atender as especificidades deste grupo étnico, precário atendimento e falta de medicamento. Outros quilombolas, principalmente os mais velhos, relataram que não gostam de procurar a Unidade de Saúde, pois não acreditam no trabalho realizado pelos profissionais que lá trabalham, porque sempre

¹³Entrevista Mulher Quilombola, 50 anos

curaram as suas doenças com o auxílio das “folhas do mato”, como a Caçatinga¹⁴, e com isso conseguiram uma sobrevivência maior do que muitos outros grupos étnicos.



Figura 12: Igreja de São Benedito em Tijuáçu
Fonte: Autoria Própria

De acordo com os dados da Secretaria de Saúde de Senhor do Bonfim, em 2009, na única Unidade de Saúde da comunidade, os principais problemas enfrentados pelos quilombolas de Tijuáçu são a hipertensão e a diabetes, que representam, respectivamente, 7,7% e 2,4% de prevalência, acompanhados de poucos casos de anemia falciforme em tratamento (0,5%). Não há nenhum estudo para determinar a prevalência de obesidade na comunidade, mas observa-se um número elevado de pessoas obesas, principalmente as mulheres.

Assim os quilombolas de Tijuáçu vão lutando para construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo. É um desafio a ser enfrentado para mostrar que brancos e negros são iguais do ponto de vista genético, porém ao longo da experiência histórica, social e cultural, a diferença entre ambos foi construída, pela cultura, como uma forma de poder e dominação.

¹⁴ Arbusto típico da caatinga usado comumente nos rituais de umbanda

7.2 Aspectos simbólicos sociais da produção agrícola: o desencantamento da roça

A agricultura sempre foi uma atividade desenvolvida pelos negros desde o período colonial, época da escravidão, e representava o seu modo de sustentabilidade. Na contemporaneidade, os descendentes de escravos, os quilombolas, procuram manter forte e valorizar suas tradições culturais nas tradições religiosas, nas danças e no cuidado com a terra. Entretanto muitos desafios são enfrentados por esse povo há mais de 122 anos, desde quando foi promulgada a abolição da escravatura, quando foram largados a própria sorte. Marginalizados, sobrevivem da extração vegetal e animal de baixa intensidade, que tem por finalidade a subsistência ou comercialização para obter renda. “O potencial de Tijuacu na agricultura é muito forte, mas já foi mais, mas até hoje continua forte, porque é um pessoal que a fonte de sobrevivência dele é a agricultura [...]. Tijuacu já teve realmente período de safra para abastecer Bonfim [...]”, afirma o quilombola de 26 anos.

Assim como nas demais comunidades tradicionais, no Quilombo de Tijuacu, a principal atividade econômica é a agricultura tradicional familiar. Essa comunidade há tempos, produzia o bastante para suprir, praticamente sozinha, a feira de Senhor do Bonfim e do próprio distrito. No entanto, segundo os relatos nas entrevistas, as transformações ocorridas no país resultaram em mudanças no ritmo interno dessa comunidade. Subordinados às regras impostas pelo capital no campo, estes pequenos agricultores encontram-se desestimulados a plantar, embora confiantes que, superando as dificuldades, são capazes de produzir como outrora, pois a “roça é uma mãe, se você tiver fome e for na roça, você traz comida pra dentro de casa”.

O universo da roça não é apenas uma identificação geográfica, mas uma produção política e cultural, em que seus moradores estabelecem, a partir da relação espaço – tempo, uma lógica que mistura sentimentos, imaginação, fatos naturais que sobrepõem à lógica cartesiana racionalista na delimitação de limites e fronteiras, forma de ser e de estar como sujeitos sociais. Mudanças de hábitos, na forma de se relacionar com a natureza, com os outros e com o mundo vem

ocorrendo cotidianamente na roça, mas sem favorecer uma ruptura no tempo e no espaço (RIOS, 2005).

Durante o período de estudo, através da observação do cotidiano dos quilombolas e da suas falas e gestos pudemos chegar a um conhecimento mais próximo possível da sua realidade, através das representações que a pesquisa qualitativa nos possibilita, apreendendo a dimensão histórica e prática com a qual estas se elaboram e conseqüentemente o papel do PAA na promoção da segurança alimentar.

Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa "trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis". Essa construção das representações é complexa e está imersa num movimento dinâmico, a das relações coletivas, que se modificam apresentando elementos opostos. Sendo assim, a união da hermenêutica com a dialética conduz que o intérprete busque entender a fala como resultado de um processo social e de conhecimento, com múltiplas determinações, mas com significado específico. A hermenêutica em profundidade favorece tanto a contextualização quanto a apreensão da constituição significativa da forma simbólica, permitindo interpretar as representações e as práticas relacionadas à segurança alimentar, considerando o referencial histórico e social dos sujeitos que falaram na pesquisa, bem como os aspectos estruturais de suas falas (BEZERRA, 2009).

Partindo desse "casamento", fica evidente que essa comunidade reconhece que possuem condições de sobreviver do que é produzido na roça, tanto para a subsistência, quanto para a comercialização e obtenção de renda, e com isso suprir as outras necessidades que a roça não é capaz de fornecer. Os quilombolas de Tijuacu deixam claro que essas limitações precisam ser superadas, mas que sozinhos eles não conseguiriam resolvê-las e por isso clamam por ajuda.

Os problemas são inúmeros e são reconhecidos pela sociedade brasileira, que por muitas vezes adotou soluções paliativas sem impacto. Desde 1988, o Estado Brasileiro tem produzido políticas públicas buscando ajustar e corrigir injustiças, bem como garantir direitos através da promulgação de leis específicas e programas de governo, que não foram suficientes, fato que se verifica pelo grande

número de comunidades que ainda não possuem a titulação de suas terras. No Brasil, existem mais de 2200 comunidades quilombolas, totalizando cerca de 2,5 milhões de pessoas. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2010), durante 15 anos foram expedidos 113 títulos regularizando 971.297.6881 hectares em benefício de 104 territórios, 183 comunidades e 11.506 famílias quilombolas. Ainda restam cerca de 20.000 famílias para receberem o título de suas terras. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) vem recebendo e protocolando as demandas, aumentando as estatísticas dos processos em curso sem que medidas efetivas de conclusão dos mesmos sejam tomadas. Esse quadro demonstra a falta de vontade política e de prioridade dada aos direitos quilombolas, sobretudo reconhecimento e titulação dos seus territórios. Os pouquíssimos exemplos de titulações concluídas devem-se, em sua quase totalidade, à luta persistente do movimento quilombola e de organização parceiras e também a iniciativas de órgãos estaduais (CALDAS; GARCIA, 2007).

A Carta Constitucional Brasileira em 1988, em seu artigo 68, atribuiu direitos territoriais a comunidades remanescentes de quilombo. Mas a sua aplicação começa a ser realizada a partir de 1995, quando os impactos sociais, que diante a inércia do Poder Público, estimulam as comunidades a recorrerem ao Poder Judiciário para que seja concedida a propriedade definitiva de suas terras (CUSTÓDIO; LIMA, 2009).

A regularização das terras é apontada pelos descendentes de escravos como o maior impasse para a produção agrícola, visto que é ela que propicia as condições de permanência, de referências simbólicas importantes, enfim se constitui em um suporte para a manutenção do seu modo de vida, como afirma esse quilombola de 33 anos:

O maior problema que a gente tem hoje é justamente a falta de terra para trabalhar. A gente não tem terra para trabalhar, enfim a gente não tem nada, porque é da terra que tira nosso próprio sustento e ela que da partida para todo processo de desenvolvimento de uma sociedade.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, foram editados sete atos normativos das mais diferentes espécies para regulamentar o procedimento de titulação das terras das comunidades de remanescentes de quilombos. Segundo Caldas e Garcia (2007), a maior dificuldade para a utilização de procedimentos de titulação de terras reside na impossibilidade de adequar o meio de vida comunal das

comunidades remanescentes de quilombos ao modelo individual de cultivo da terra, previsto nas normatizações. O artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) cuida da situação específica dos remanescentes de quilombo que ocupam as terras, aos quais se reconhecem a propriedade, cabendo ao Estado emitir o respectivo título que consolide uma posse atual e não institui uma nova espécie de desapropriação, além daquelas previstas no Direito Brasileiro, aplicando-se apenas a bens públicos. Se a área ocupada está sobreposta em terras cujo título legítimo de domínio pertence a terceiros deve ocorrer a desapropriação e a propriedade privada deve ceder em virtude do interesse público envolvido, com a aplicação do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado. (NESTER, 2008). Entretanto, quando a Fundação Cultural Palmares expede a certidão de auto-atribuição está apenas ratificando as conclusões da Antropologia e adimplindo dever a que se obrigou internacionalmente por meio da Convenção 169 da OIT. A expedição da certidão não concede, de pronto, o título de domínio em favor da comunidade (GAMA; OLIVEIRA, 2007). A garantia da propriedade e posse dos quilombolas é apenas uma consequência de vários motivos determinantes, e um deles é a preservação de valores culturais e sociais da etnia negra.

O Decreto 3912/2001 foi um grande obstáculo ao procedimento de titulação das terras das comunidades de remanescentes de quilombos, pois exigia para o reconhecimento da propriedade dos territórios, que os mesmos estivessem ocupados pelos quilombos desde 1888 e houvesse a presença de remanescentes. Assim, o Estado brasileiro estabeleceu critérios artificiais para a propriedade das terras, contribuindo para desqualificar análises antropológicas e sociológicas aplicáveis à identificação das comunidades e seus territórios e estabelecendo uma situação de total incompatibilidade entre as categorias “oficiais” de classificação e à realidade das comunidades remanescentes de quilombos. Diante da indefinição de critérios reais para definição de territórios, as comunidades remanescentes só conseguiam regularizar suas terras se fossem consideradas devolutas ou do patrimônio da União totalmente desobstruídas para titulação (NESTER, 2008).

Também foi editado o Decreto 4887/2003, que se tornou o maior impeditivo da eficácia do procedimento administrativo, visto que as etapas para titulação são demoradas e existe uma extrema burocratização dos órgãos responsáveis por realizar a titulação. O procedimento se inicia com o auto-definição das comunidades

enquanto remanescentes de quilombos, mas essa autodenominação não garante a imediata titulação do território reivindicado. Após a edição deste decreto, foi publicado a Instrução Normativa nº 20 pelo INCRA, que deveria estabelecer prazos para as etapas do processo de delimitação do território quilombola, previstos no decreto e garantir celeridade e eficácia aos atos. Entretanto, esta norma deixou em aberto o tempo necessário para a realização de etapas fundamentais da regularização do território pertencente às comunidades quilombolas, causando sérios danos às comunidades (NESTER, 2008).

Para a antropóloga, Ilka Boaventura Leite (1999), apesar de sua força simbólica e da oportunidade oferecidas pelo recurso constitucional, o projeto de cidadania dos negros encontra-se ainda hoje fortemente ameaçado, porque o processo em si esbarra em interesses das elites econômicas envolvidas na expropriação de terras, no desrespeito às leis e nas arbitrariedades e violências que acompanham as regularizações fundiárias. Na época, acreditavam tratar-se de alguns pequenos casos isolados, bons para produzir a visibilidade aos atos de governo e para colocar uma pedra definitiva em cima do assunto.

Deste modo, as ações dispersas e descontínuas de atuação do Estado cria dificuldades para garantir a celeridade ao processo de titulação e torna os remanescentes de quilombo alvos da ação direta de alguns empreendimentos do agronegócio e também de um pensamento preconceituoso que não admite que pobres, e muito menos negros, tenham direito à propriedade neste país (CALDAS; GARCIA, 2007).

A titulação dessas terras é reconhecida como condição indispensável para a manutenção dos seus territórios e para a efetivação de seus direitos fundamentais. A terra, o terreiro, não significam apenas uma dimensão física, mas antes de tudo é um espaço comum, ancestral, de todos que têm os registros da história, da experiência pessoal e coletiva do seu povo (BRASIL, 2005). Assim afirma o jovem quilombola de 33 anos, uma liderança local: “É por isso, que hoje em dia a gente tá lutando pra ter um taquinho de terra, pra nós plantarmos sossegado”.

Outra limitação enfrentada pela comunidade quilombola de Tijuaçu, que foi bastante comentada nos discursos dos entrevistados, foi relacionada ao alto custo que se tem para produzir, com retorno, na maioria das vezes, insatisfatório.

Trabalhar na roça hoje tá mais difícil, porque na roça tudo era mais fácil. Você plantava, você colhia, vendia por um bom dinheiro. E hoje você planta, colhe e não tem saída. Eu tenho ai produto pra vender, mas pelo preço que tá, não compensa não. (Informação verbal) ¹⁵.

No entanto, a questão do baixo preço de venda dos produtos agrícolas produzidos por eles, pode ser um fator de proteção, na medida em que evita que esses quilombolas venham a passar fome, pois se o preço de comercialização dos produtos é alto, eles vendem tudo, pensando apenas no lucro e por vezes, são obrigados a comprar os mesmos produtos com o valor reajustado, contribuindo para que a subsistência da família fique comprometida, como deixa claro a Quilombola de 59 anos:

A gente plantava para consumir e pra comprar alguma coisinha [...] hoje em dia não dá, porque o feijão tá barato demais e umas horas é até bom o feijão ficar barato, que pelo menos todo mundo fica com seu feijãozinho, não vende tudo. Quando é mais barato não vende, quando é caro, eles vendem tudo e fica passando fome, não é não? Ainda, acabam comprando esse mesmo feijão por três, quatro reais...

Sem incentivos agrícolas, os quilombolas enfrentam dificuldades para plantar, sendo obrigados a cultivar apenas o suficiente para manter a sua família, considerando que terá uma boa safra, pois os fatores climáticos na região também interferem bastante na produção.

O custo elevado da produção está relacionado com a preparação da terra, que exige a retirada do toco da terra, a aração e a gradeação¹⁶, que dependem de maquinários, como o trator, o plantio, a limpa e a colheita. A comunidade não dispõe de tratores e o custo para alugá-lo é muito alto e por isso, muitas pessoas deixam de cultivar, inclusive deixando de aproveitar a época das chuvas para o plantio como relatado:

A chuva também é um problema para agricultura, principalmente aqui que não recebe chuva regular, por exemplo, essas chuvas que tá acontecendo agora. Aquelas famílias que tem um poder aquisitivo maior já tá plantando, entendeu? Os outros estão esperando um trator para arar a terra ou tá limpando. Às vezes, a chuva vem e volta e aquelas pessoas não conseguem plantar [...] (Informação verbal) ¹⁷

¹⁵ Entrevista Quilombola Feminina, 42 anos

¹⁶ Gradear é um tipo de aração mais leve, menos profunda, só o suficiente para aplainar o solo e deixá-lo pronto para receber o plantio. Nesse processo, a terra fica bem solta, para favorecer o desenvolvimento das raízes e boa absorção da umidade.

¹⁷ Entrevista Quilombola Masculino, 33 anos

As mudanças climáticas têm interferido muito na agricultura, pois os produtores, que já conheciam o calendário de cultivo anteriormente, hoje é pego de surpresa diante de alteração da natureza. Em sua fala, a jovem Quilombola, de 21 anos deixa claro o impacto desse desequilíbrio ambiental.

Aqui mesmo estava todo mundo pensando que não ia chover, ai muita gente não plantou e muita gente plantou antes da chuva e ai o feijão não deu. Agora teve gente que esperou chover pra poder plantar. Agora todo mundo plantou e os que plantaram antes, no sol, perderam o feijão e muitos desnutriram por isso.

Quando ocorre a associação entre a incerteza de chuva e a falta de dinheiro para o plantio, a situação se torna ainda mais delicada.

Todo mundo está dizendo que o inverno vai ser bom esse ano. Tem que plantar cedo, porque os tempos tão mudando. Nós plantávamos antigamente no mês de junho, maio e julho []. Hoje em dia, se está chovendo agora, vamos nos preparar que em maio não vai ter chuva, por isso as pessoas tem que plantar logo agora, que está chovendo, mas nem todo mundo tem dinheiro para plantar. O negócio é complicado. (Informação verbal)¹⁸

O grande feito do modelo de desenvolvimento econômico, que estimula o desmatamento da floresta nativa, é as irregularidades no regime de distribuição de chuvas, altas temperaturas, ventos fortes e conseqüentemente, alto risco de incêndios. A principal conseqüência do aumento da temperatura será uma alteração no regime de chuvas. Choverá de forma mais espaçada e intensa. Ao invés de precipitações de intensidade pequena e média distribuídas pelos meses do tradicional período chuvoso, haverá algumas poucas chuvas de grande intensidade. Em termos absolutos, choverá menos. Como se sabe, a agricultura precisa de um regime de chuvas mais espaçado, com precipitações freqüentes. O solo ficará mais seco, pobre, sem condições de ser cultivado, a quantidade de espécies de plantas e animais diminuirá drasticamente, em alguns pontos ficando semelhante a um deserto nordestino (LIRA, 2010).

[...] é a questão do solo e do clima. Se trabalhou muito a questão do solo, dos plantios sucessivos, sem nenhuma cuidado com a recuperação do solo, rotação de cultura, então esse solo começou a empobrecer, então quanto mais você plantava, menor a produtividade, ai veio a questão de clima, com intemperismo de chuvas. Até a década de 70, início da década de 80, tínhamos um ciclo de chuvas praticamente normal. As secas aconteciam a cada 8, 10 anos, aquela seca mais acentuada. Hoje em dia com esse

¹⁸ Entrevista Quilombola Masculino, 33 anos

processo de desertificação, desmatamento, questões ambientais, e a natureza é sábia, ela responde, as secas estão encurtando e a chuva a gente não tem mais certeza se ela vem naquele tempo certo. Eu lembro quando era garota com 10, 11 anos, abril pra maio a gente já tinha certeza que a chuva vinha e agora mudou tudo isso ai, e ai as pessoas começaram a perder o encanto. (Informação verbal)¹⁹

As mudanças climáticas, como o aumento da temperatura e a diminuição e alteração do regime de chuvas, favorecerão mudanças nas atividades econômicas, principalmente no Nordeste, que tem a caatinga como seu bioma, que corre o risco de extinção. Com o desmatamento, o regime de chuvas foi alterado, já se percebe atraso no início do período chuvoso e chuvas muito intensas em janeiro e fevereiro, prejudicando a colheita. Os agricultores familiares também têm seus cultivos afetados por estes fenômenos e a produção de alimentos fica comprometida. A influência da temperatura e distribuição das chuvas sobre o ciclo das culturas e da vegetação nativa traz conseqüências como safras menores e produtos de menor qualidade, que para o agricultor familiar ou o extrativista trazem grandes prejuízos financeiros e põe em risco à soberania alimentar (WANDSCHEER, 2007).

Mesmo que o problema da titulação de terras, da falta de insumos agrícolas e das alterações climáticas fossem resolvidos, ainda assim os quilombolas enfrentariam como problema da incerteza da venda.

Apesar de Tijuçu localizar-se numa região de clima semi-árido, existem produtos que são cultivados o ano inteiro, como o feijão com suas variedades, a melancia e o milho, porque as terras são férteis, embora essa produção seja de pequena escala. Devido ao desgaste que sofre de sucessivas plantações, sem receber nenhum processo de enriquecimento do solo. Para o escoamento dessa produção, a comunidade se vê obrigada a aceitar o valor ofertado pelos atravessadores, que se tornam o grande gargalo da comercialização de seus produtos. “[...] os atravessadores seriam a causa principal, porque a gente não tem onde vender. Se desloca daqui até Bonfim, arriscar e vende pelo aquele preço que não tem valor. Tem deles que compra pra revender”.

Em seu estudo em três municípios baianos, Rocha (2007), observou que os agricultores entrevistados declararam que o principal destino da produção são os intermediários, o que demonstra que a produção familiar tem grande dependência

¹⁹ Entrevista representante do governo local

dos atravessadores. Essa mesma conclusão foi constatada nas oficinas realizadas nas cinco regiões do país, sobre o PAA (BRASIL, 2006).

Diante de tantos problemas enfrentados, os agricultores familiares, desanimados, estão analisando muito bem antes de fazer o plantio. Essa situação acaba alimentando o descrédito do homem do campo com a terra e esse sentimento passa a ser vivenciado por toda a família, principalmente os jovens, que seriam a garantia de perpetuação das tradições agrícolas, gerando repúdio e contribuindo para, quem sabe, o fim da roça, visto que o agricultor de hoje não terá condições de manter a atividade na roça por toda vida, necessitando de sucessores jovens. “Meus filhos vão, mas não vão de bom grado. Não é um trabalho que eles gostam. A turma nova de hoje não quer saber de roça não. Tem que estudar pra procurar uma coisa melhor, um emprego melhor. Roça vão, mas não é porque gostam não [...]”, comenta a quilombola de 57 anos.

O desestímulo dos jovens quilombolas dessa comunidade em desenvolver atividades na roça fica evidenciado em suas falas e em seu comportamento, pois se recusam a seguir as atividades agrícolas tradicionais de seus pais, por não verem, nas mesmas, a valorização que desejam e a obtenção de renda que necessitam. Os jovens estudam, sonhando em ter um trabalho bom, ter a vida boa, mas se não conseguem isso volta para roça, mas a deixa como última opção e continua sonhando.

Os jovens de hoje não tão indo mais para roça, isso é uma dificuldade, porque muitos, de verem o sofrimento de seus pais, tem buscado conseguir uma profissão que possa ter um poder aquisitivo maior [...]. Eles viajam e no retorno eles investem, por isso Tijuaçu vem crescendo. (Informação verbal)
20

Entretanto, os jovens quilombolas não querem deixar a localidade de suas famílias e desejam reforçar os valores e a cultura tradicional, visto que isto lhe propicia o sentimento de pertencimento e de identidade quilombola. É preferível abandonar a comunidade para trabalhar em outras cidades ou estados, muito freqüentemente realizando atividades desprestigiadas socialmente, para conquistar melhorias financeiras, pensando em futuramente retornar a comunidade para conviver com seus familiares.

²⁰ Entrevista Quilombola masculino, 33 anos

Eles migram da comunidade, mas não se separam. Essas pessoas, no momento que conseguem um emprego, metade do salário eles mandam para seu parentesco para construir uma habitação, porque o sonho de quem sai da comunidade é retornar. A partir do momento que consegue construir essa habitação de estrutura melhor, eles retornam para comunidade [...]. (Informação verbal)²¹

Esse jovem se vê desencantado pela roça, pois observam em seus pais, o quanto é difícil sobreviver. Atualmente, o modelo de produção agrícola é baseado nos grandes latifúndios. Além disso, com a globalização, através da mídia, principalmente da internet, as pessoas estão mais acessíveis aos avanços tecnológicos e necessidades vão surgindo através desse processo. Cada vez mais cultua-se a idéia de que é necessário estar “atualizado” para ser aceito por essa sociedade, que a cada dia, julgam mais as pessoas pelo que tem e não pelo que são. Partindo desse contexto, as comunidades tradicionais, principalmente os descendentes de escravos, que sofreram e ainda sofrem com o processo de exclusão e de discriminação social, tentam acompanhar essas evoluções para sentirem-se inseridas nessa sociedade. Então, os jovens sentem a necessidade de acompanhar essa tendência, de adquirir certos símbolos que garantam sua distinção e percebem que ficando “enclausurados” na sua comunidade, trabalhando com a roça não terão como adquirir esse “status” de pertencimento a sociedade. Para ele é importante a saída desse mundo para alcançar novos horizontes, com novas oportunidades, no entanto lá “fora” acaba encontrando grandes dificuldades. Isso porque, a instrução que receberam não é suficiente para encarar esse mundo, os trabalhos exigem tamanho esforço para desempenhá-lo e proporcionam um retorno ínfimo, muito aquém do esperado, assim como o trabalho na roça nas condições atuais.

Em um estudo com comunidades quilombolas do Vale da Ribeira, em São Paulo, Júnior et al. (2008), identificou que essas comunidades apresentaram uma intensificação agrícola com sua produção mais voltada para o comércio e com isso apresentavam o maior número de filhos auxiliando os pais na atividade agrícola. Isso pode refletir uma recompensa satisfatória do trabalho na roça para esses jovens.

Essa dificuldade enfrentada pelo jovem quilombola ou pelos afro-descendentes como afirma Domingues (2005), está enraizada numa sociedade que se diz livre do racismo, mas na verdade utiliza-o como uma arma ideológica de

²¹ Entrevista Quilombola masculino, 33 anos

dominação. Um racismo dissimulado, mascarado, velado, porém extremamente eficiente, que estabelece estereótipos vinculados à cor, fazendo com que haja uma mobilização social limitada dessa camada populacional e torna as perspectivas futuras de ascensão social frustradas, limitando efetivamente o campo de suas possibilidades, já que nem sempre o capital cultural acumulado pelos negros pode ser convertido em uma posição social correspondente (PRAXEDES, 2003). Esse mesmo autor atribui que, dentre os fatores negativos gerados pela sociedade racista, que se torna maior obstáculo a ascensão social da população negra, está a dificuldade de conversão da educação formal em posições ocupacionais compatíveis. Conforme Pastore e do Valle Silva (2000), aos dados coletados em sua pesquisa, as informações sugerem que os não-brancos experimentam uma desvantagem na conversão de sua educação formal em posições ocupacionais, o que pode estar vinculado a processos de discriminação racial no mercado de trabalho. Eles também frisam que o difícil acesso à educação de boa qualidade por parte da comunidade negra, em maior ou menor medida, dependendo do estrato social de origem, as pessoas do grupo não-branco contam com uma severa desvantagem no acesso a um recurso crucial na competição por posições na estrutura social, como é o caso da educação formal.

A educação do negro é um tema pouco explorado, com referências esparsas a respeito de aspectos, direta ou indiretamente, relacionados com o desempenho escolar. Essa carência reflete o descuido com que os levantamentos oficiais têm tratado a investigação sobre a composição racial do povo brasileiro. Geralmente, os trabalhos estão focalizados sob o ângulo restrito de escolaridade, que ajudam a configurar a situação da população negra naquela área, em contraste com a população branca, a influência da escolarização na situação e na ascensão do negro na sociedade (PINTO, 1987).

Estudiosos acreditam que o destino da população negra está associado à evolução política e estrutural da sociedade brasileira, mas, além disso, sofrem uma desqualificação peculiar e desvantagens competitivas que provêm de sua condição racial e das oportunidades desiguais de ascensão após Abolição, que resultou na marginalização. Os negros se concentram nas regiões predominantemente agrárias e economicamente menos desenvolvidas, principalmente nordeste, onde as oportunidades ocupacionais e educacionais eram muito limitadas concentrando-se

em atividades ocupacionais tais como: agropecuária, indústria/ construção civil e prestação de serviços, que são as piores remuneradas e que exigem menor qualificação (PINTO, 1987).

A situação educacional do negro, no pós-abolição, ficou mais fragilizada, pois nessa época não haviam condições para uma valorização da educação pelos negros, pois era ignorada a existência e a utilidade das escolas, associada as consequências econômicas, os problemas específicos à condição racial, como o preconceito e a consciência das dificuldades que o negro teria de enfrentar para sair-se bem, acabaram refletindo e interferindo na trajetória escolar da população negra jovem. Para alguns intérpretes dos anos 20, a necessidade de trabalhar, afastava homens e mulheres dos bancos escolares (SILVA, 2007).

Essa situação começou a mudar de conformação quando os negros passaram a se organizar e formar grupos que lutavam por justiça e igualdade, dada a situação de abandono em que se encontravam após a abolição. O preconceito e a discriminação que ocorriam dentro da própria instituição escolar, dificultando o acesso da criança negra à escola, explicam em parte, as iniciativas da comunidade negra em criar suas próprias escolas. Até a década de 80, a impressão de que havia a percepção da importância da escola no processo de libertação dos negros, mas que esta não se integrava às lutas gerais da democratização do ensino no país (PINTO, 1987).

Para Hasenbalg (1988, apud PRAXEDES, 2003, p. 1), a população afro-descendente, com relação à ascensão social “[...] sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que as dos brancos na mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas”.

A necessidade de aumentar o acesso dos negros em todos os níveis escolares e de criar condições de permanência para estes, torna-se urgente, para que também seja possível equilibrar as diferenças entre os anos escolares entre os brasileiros, independente da cor de sua pele. Para isso, é necessário políticas públicas específicas, que adotem um recorte racial na sua aplicação. A escola enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que

as representações negativas sobre o negro são difundidas, mas que é um importante local, onde estas podem ser superadas (GOMES, 2003).

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 1999, a taxa de analfabetismo entre os negros era três vezes maior quando comparado aos brancos. Desde 1929 até os dias atuais, todas as políticas públicas universais implantadas pelo governo, não conseguiram eliminar a taxa de desigualdade racial no progresso educacional brasileiro. Programas sociais ou políticas públicas universais, por si só, não têm eficácia para evitar as desvantagens que os negros levam em relação aos brancos no acesso às oportunidades educacionais. Para corrigir essas deficiências do sistema racial são necessárias também políticas públicas específicas em benefício da população, que adote um recorte racial na sua aplicação, como as ações afirmativas, que estejam respaldadas por políticas de ampliação dos direitos civis (DOMINGUES, 2005).

As ações afirmativas no Brasil são relativamente novas, porém no que tange a educação é uma das bandeiras principais de lutas do Movimento Negro. Em 09 de Janeiro de 2003 o Governo Federal sancionou a Lei 10.639, tornando obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras nos estabelecimentos de ensinos fundamental, médio e superior. Sem dúvida, um marco importante para a releitura e reedição de conteúdos históricos, suprimidos dos registros oficiais pela oligarquia brasileira (PORTILHO, 2009). Além disso, o sistema de cotas para acesso a universidade é considerado um dispositivo concreto de combate a desigualdade racial no país, que tem natureza reformista, paliativa, um caráter democratizante e um poder de proporcionar visibilidade ao povo negro quer. No entanto, acredita-se que a solução para as distorções raciais na educação é a melhoria do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino, que exige um esforço de médio a longos prazos (DOMINGUES, 2005).

Paré (2003) observou que existe a consciência das comunidades tradicionais quilombolas quanto à importância do ensino oferecido pela escola formal, sobretudo na construção de autonomia do indivíduo na sociedade, o que significa reconhecer a capacidade destas pessoas tem de tomar decisões conscientes em todos os campos de sua vida e, sobretudo, nas relações estabelecidas com as pessoas de fora da comunidade. Entretanto, da associação do que se aprende na escola e a sua aplicação no cotidiano dos quilombolas pouco se pode aferir. Os estudantes não

conseguem associar um aprendizado ao outro devido à dissociação entre os saberes aprendidos na comunidade, como os relacionados ao trato com a terra e a educação formal.

A implementação de uma educação formal que pudesse atender as especificidades dessas comunidades quilombolas, com manutenção da sua tradição agrícola, poderia reverter essa situação de êxodo e evitar que muitos jovens saíssem de suas terras para exercer profissões classificadas como “serviço de negro”, em ocupações humildes, mais desqualificadas e mal remuneradas (PINTO, 1987).

Um representante do governo local deixa claro que a juventude atualmente, não tem mais encantamento pela roça e nem vocação para usar os seus produtos, e isso acaba não dando o retorno esperado. Essa “Era” de globalização, de tecnologia da informação gera um desencantamento da juventude pela roça, criando a ilusão que as oportunidades e as condições de vida, do mundo externo ao seu, são fáceis, não se atentando para necessidade de uma qualificação diferenciada para encarar uma sociedade que ainda mascara o preconceito e a discriminação. Essa representante ainda afirma que essa situação pode ser explicada pelo modelo de ensino existente que é muito genérico, estudando muita coisa que não terá aplicabilidade na vida prática. Sugere que o ensino deve ser feito em fases, levando em consideração a contextualização ao qual está inserida cada comunidade, e no caso específico do município de Senhor do Bonfim, que possui uma Escola Federal Agrotécnica, atual Instituto Federal, que a seu ver tem uma estrutura fabulosa, teria que dar prioridade ao filho do agricultor que já tem vocação para isso e dessa forma poderia trazer o encantamento para o homem do campo.

O jovem quilombola, de 18 anos afirma que com a oportunidade de estudar na Escola Federal Agrotécnica sua visão em relação à roça mudou, percebendo que a roça poderia dar o retorno esperado, pois descobriu que tem vários aspectos da roça que lhe era desconhecido, mesmo acompanhando desde pequeno, o trabalho do seu pai com a terra. O jovem ainda complementa sua informação deixando claro que na sua concepção, os outros jovens não têm interesse em trabalhar na roça, porque não têm o contato desde cedo com a mesma, mas não no sentido de trabalhar na época do plantio e/ou da colheita, e sim a oportunidade de aprender, nos primeiros anos de ensino, a ter uma visão diferenciada dela para que tenha o

retorno esperado. Dessa forma, a opinião do jovem ratifica a visão do representante do governo local em que o ensino deveria ser direcionado aos filhos de agricultores, com vocação agrícola, possibilitando que o mesmo continuasse no campo e garantisse que a sua sustentabilidade fosse proveniente dele.

O Governo Federal, em 1968, fez uma tentativa de favorecer o ensino ao homem do campo, publicando a lei nº 5.465/68, que em seu artigo 1º, instituiu reservas de vagas nos estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, de preferência, 50% de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não das terras, que residissem com suas famílias na zona rural e 30% caso, nessas mesmas condições, residissem em cidades ou vilas que não possuíssem estabelecimentos de ensino médio. Entretanto, essa lei, ironicamente apelidada de “lei do boi”, na prática favorecia apenas aos membros da elite rural brasileira, por isso foi revogada em 1985 (SILVA, 2008). A urgência de medidas reparatórias a favor da população negra e dos pequenos agricultores é gritante, assim como a necessidade de conscientizar as comunidades tradicionais quanto à tradição oral de transmissão do conhecimento, que é típica das sociedades africanas, que favorece o aprendizado dos mais novos com a experiência dos mais velhos, deva existir em concomitância com o ensino formal, para que os mesmos possam fazer a integração da teoria com a prática, desde que esse ensino formal seja direcionado para este fim. Com isso, evitar-se-á a ilusão de que, a escola formal possa ser um elemento desarticulador de tradições, ou seja, um empecilho para manutenção da tradição agrícola, como relata essa quilombola de 93 anos: “Depois que o Lula botou essa lição, só é ruim [pausa]. O menino não trabalha, é só fazendo arte quando sai da escola, de todo jeito [...]. Antes, cedo o pai levava o filho pra roça e hoje tem que ir pra escola”.

É preciso mostrar que hoje se tem a oportunidade que não se tinha outrora, que era preciso deixar a escola para ir trabalhar para não morrer de fome.

7.3A produção de alimentos ressignificada no PNAE: alimentos tratados e não tratados

O ato de comer no contexto do semi-árido baiano é o resultante de um conhecimento prévio, que se configura como estratégias de sobrevivência, no conjunto das ações vividas. Essas estratégias representam a prioridade racional da manutenção da saúde da unidade familiar do semi-árido (ASSIS et al., 1999). De acordo com as análises dos depoimentos, percebe-se que o alimento é algo muito importante para os quilombolas de Tijuaçu, visto que é dele que provem sua sobrevivência. Mas, para eles, não pode ser consumido qualquer tipo de alimento, tem que ser alimento que tenha o cheiro, a cor, o sabor puro da natureza, nada modificado pelo homem, enfim que mantenha as características do natural, do saudável para garantir uma boa saúde. O natural refere-se a tudo que já é dado pela natureza, inerente à espécie humana e dotado de caráter universal (ROMANELLI, 2006).

Segundo a perspectiva acadêmica, o alimento natural seria aquele que não foi mudado, de qualquer forma significativa, pelo contato com humanos. Ele pode ser colhido, transportado, mas tem sua essência quimicamente idêntica ao mesmo item em seu lugar natural (ROZIN et al., 2004). Para a legislação brasileira, o alimento in natura é todo alimento de origem vegetal ou animal, para cujo consumo imediato se exija, apenas, a remoção da parte não comestível e os tratamentos indicados para a sua perfeita higienização e conservação (BRASIL, 1969). Oliveira et al. (2007) afirma que o alimento natural para os consumidores, que não são especialistas no assunto, é conceituado como aqueles alimentos brutos, percebidos como saudáveis desde que não tenha sido cultivado através do uso de produtos químicos, e que não passaram por processo de industrialização, e por isso considerados mais saudáveis.

A importância da alimentação para uma boa saúde é uma das noções mais antigas e mais significativas na cultura material humano. O conceito de alimentos saudáveis carrega com ele significados morais, religiosos, políticos e até mesmo significados que vão muito além de mera alimentação. Para muitos a seleção do que se deve comer está muito aquém da questão saúde, pois suas condições financeiras limitam muito suas escolhas. Para aqueles que vivem além da margem da pobreza,

a seleção do que se deve comer é profundamente revelador de atitudes culturais e da relação do corpo com o que entra nele (GETZ, 2010). É a cultura que molda a seleção alimentar em seu sentido mais amplo, pois muitas vezes, o consumo deste ou daquele alimento está relacionado às crenças que foram construídas por uma sociedade ao longo da história, as quais nem sempre se utilizam da ciência ou da razão (OLIVEIRA et al., 2007).

A religião tem forte influência sobre esse aspecto. Regras dietéticas estão presentes na Bíblia, no Levítico e no Deuteronômio, que conforme suas leis estabelecem que certos alimentos devam ser consumidos e outros evitados, pois assim teriam uma vida em abundância e seria santo diante do Senhor (ROMANELLI, 2006).

Os quilombolas têm muita preocupação com os alimentos que vem de “fora” da comunidade, pois fogem do seu olhar, do seu cuidado. O alimento de “fora” não é considerado natural, pois o homem engajado no modo de produção capitalista busca alternativas tecnológicas que favorecem uma produção com menor custo/benefício, visando sempre uma margem de lucro assustadora, sem mesmo se questionar sobre as consequências desse desenvolvimento tanto para a natureza como para própria saúde humana. O alimento que não provem do ambiente deles é condenado pelos quilombolas, que prezam por uma agricultura familiar orgânica, natural, justamente porque nos latifúndios da agricultura patronal usam grande quantidade de agrotóxicos, que trazem imensos impactos ambientais e a saúde.

A gente tá adoecendo é porque esses alimentos tão tudo doente. Pra você ver que esse povo da época de minha mãe, mais pra trás não tinha essas doenças que tá tendo hoje. [...] É porque essas coisas que vem de lá de fora, de regração, tudo com remédio, não adianta não. Agora a nossa é saudável. (Informação verbal)²²

A quilombola de 59 anos alega que seu pai faleceu com 97 anos e não tinha problemas cardíacos como hipertensão e hipercolesterolemia, pois mesmo com essa idade comia topo tipo de comida, seja ela rica em açúcar, gordura ou sal, mas era tudo que vinha da roça, que tinha o cuidado especial deles, que era natural.

Minha filha, tendo aqui na roça é bom. Melhor ter da roça, porque alimento sadio, porque hoje em dia tudo o que a gente come é droga né? Até a água

²² Entrevista Quilombola Feminino, 42 anos

que é pra gente beber do pote, você vê que ela vem com droga e na roça, se Deus dá, ele vem sadio, suado, não vem com veneno nenhum. Então pega o filho da gente, o neto vai pra roça, quebra melancia lá pra gente chupar, bichinho chupa a granel [...]. (Informação verbal)²³

As indústrias recorrem ao apelo do “natural” para manter uma conexão do alimento com a natureza, do ponto de vista do consumidor, tentando contornar a crítica que o mesmo faz aos produtos industrializados, considerando-os insípidos, sem sabor, descaracterizados, entre outros. Geralmente as pessoas analisam os produtos industrializados como piores do que os produtos naturais, provavelmente porque a industrialização provocou a perda das referências e pela associação do uso de recursos como os hormônios, pesticidas no campo, os antibióticos, aditivos químicos e ingredientes adicionados (OLIVEIRA et al., 2007).

A indústria alimentar desde o pós-guerra orientou suas trajetórias produtivas contra a natureza e a favor da urbanização. Contra a natureza, transformando as matérias-primas perecíveis em produtos industriais não perecíveis, com constante evolução dos métodos de conservação sempre a favor da urbanização, que reduz o tempo destinado ao consumo alimentar, necessitando de um alimento que seja rápido, de fácil preparo e duradouro, com a utilização de insumos físico-químicos (LIFSCHITZ, 1997). Com tudo isso, esse alimento acaba se tornando “não tratado”, pois sua composição natural foi modificada e foge do conhecimento daqueles que realmente vão consumi-los, sem saber ao certo quais as implicações que essas “comidas da cidade” podem trazer. Para os quilombolas, esse tipo de comida é responsável pela gama de doenças que atualmente estão matando muito mais. Já a comida “tratada”, que eles vêem crescendo ali na terra, que eles plantaram, colheiram e guardaram, que sabem como é, essa sim, é sinônimo de saúde e prosperidade. Existe a associação entre o caseiro, o familiar como sendo mais saudáveis e conseqüentemente, naturais.

Para os meninos também seria melhor, porque saindo daqui seria natural, não é? E desses outros lugares não. Vem como veneno, com tóxico, e o da roça não, dá roça seria natural, não era? Por isso que as pessoas estão adoecendo mais, pelo que eu vejo passar na televisão, que esses alimentos que vem de fora, desses outros lugares vem cheio daqueles venenos, daqueles tóxicos que eles botam pra combater as pragas, pra o alimento aumentar, eu acho mais doente. Ai como essa frutinha ai [aponta para o pé de acerola, que estava carregado de frutos], ai bota como Deus quer.

²³ Entrevista Quilombola Feminina, 59 anos

Choveu, botou, amadurece, cai do pé e nunca viu um tiquinho de veneno ai. Ai está natural. (Informação verbal)²⁴

Mesmo com o *boom* que a propaganda alimentar introduz que possui um caráter alienador e valorizador dos alimentos considerados sedutores e perfeitos, os agricultores familiares do quilombo de Tijuacu insistem em afirmar que não possuem o valor, a energia, o equilíbrio e a pureza que o alimento natural da terra tem:

Os de lá de fora não tem não. O feijão maduro de lá de fora, com os caroços deste tamanho, bota no fogo e ele cozinha, mas não tem uma isca de força, é só aquela palha. Você come aquelas goiabas de lá e não tem a cor dessas daqui do quintal. Não tem o valor que tem o da gente, que é tudo natural. (Informação verbal)²⁵

Conforme, Bourdieu (2005), a ausência de capital, tanto econômico quanto cultural, leva à priorização da função do alimento e não da forma e assim, o consumo alimentar dos indivíduos com restrições financeiras são inclinados à aquisição de alimentos que dêem força e mantenha o vigor físico para as atividades diárias.

No entanto, quando o termo natural emerge para surgir no rótulo do alimento industrializado, ele não deve ser analisado unicamente pelo prisma químico-bromatológico, pois ele vem imbricado de símbolos e representações sociais e precisa transcender os fenômenos circunscritos da ciência e preocupar-se com o espaço que a comida ocupa em mentes e corações (CARVALHO, 2009).

A categoria natural é suporte de uma diversidade de representações sociais, sendo representado tanto como objeto, quanto sujeito, ou seja, uma pluralidade de representações. Ela vem sendo utilizada frequentemente com significados distintos, sem discriminação e a naturalidade dos alimentos vem ganhando várias formas: artesanal e natureza, boa alimentação, produtos sem aditivos e signo de marca comercial (OLIVEIRA, 2007).

No campo alimentar podemos identificar pelo menos quatro saberes sobre um alimento natural, mas o que nos interessa é o saber para as tribos alimentares. O alimento natural para eles é definido pela origem dos produtos, remetendo a própria natureza, nascem da terra e se originam das misturas naturais, do contato com da matéria-prima com o calor e a pressão das mãos. Não são considerados naturais os

²⁴ Entrevista Quilombola Feminina, 33 anos

²⁵ Entrevista Quilombola Feminina, 42 anos

alimentos industrializados, que sofrem interseção de máquinas, agrotóxicos e força de trabalho. Quanto mais longe da terra e das mãos o alimento, menos natural ele é (MENESES; CARNEIRO, 1997).

A etnomedicina, hoje em dia, busca desvendar as crenças associadas a alimentos ou as formas pelas quais os grupos ou sociedades os classificam no tocante a aspectos da nutrição e saúde. Por muito tempo, os pesquisadores não desenvolveram o interesse por estudar questões relacionadas aos alimentos fora do âmbito biológico, somente a partir do século XIX os estudos começaram a analisar as implicações históricas. Os enfoques nutricionais não são suficientes para explicar a alimentação na sociedade industrial. Na verdade, trata-se de uma inadaptação nutricional, pois os padrões alimentares contemporâneos são antes de uma sociedade tipicamente agrícola. A produção contemporânea de alimentos demonstra que a indústria e o consumo criaram alimentos-signo, cuja ingestão corresponde a introduzirmos em nosso corpo biológico fragmentos do imaginário social (MENESES; CARNEIRO, 1997). Assim, o natural se constitui por meios de signos intercambiáveis que incorporam e reprocessam no plano simbólico as variadas formas do natural, para torná-las equivalentes, através de uma consistência virtual do natural, necessária para anular potenciais oposições entre produção industrial e artesanal, insumos químicos e terra (LIFSCHITZ, 1997).

Enfim, é difícil estabelecer uma definição geral do que seja realmente um alimento natural, pois a separação entre ser ou não industrializado ou ter a adição de aditivos químicos não é suficiente, mas no caso da comunidade quilombola de Tijuacu o “natural” representa a valorização do alimento da terra, do campo, o trabalho do pequeno agricultor, que tem o cuidado com alimento que garantirá sua sobrevivência. O alimento que é, antes de tudo, o reconhecimento da sua identidade.

7.4 Uma relação desconhecida: PNAE e PAA

“Era bom demais se tivesse um programa que garantisse a compra desses alimentos sem atravessadores e com preço bom. Até eu ia trabalhar desse jeito”. Com esse depoimento, de uma quilombola de 42 anos, quero explicitar que a comunidade Tijaense acredita que um Programa, que seja estruturado nessas condições, seria de grande benesse para a comunidade.

O PAA é um instrumento de política pública que contribui para o desenvolvimento econômico local, por promover a inclusão social no campo através do fortalecimento da agricultura familiar. O Programa funciona adquirindo os alimentos destes agricultores sem a necessidade de licitação, pagando preços bem melhores aos realizados nos mercados regionais. O agricultor planta já com a garantia que seu produto será comprado pela Conab. Além disso, o PAA destina os alimentos adquiridos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar.

A comunidade de Tijaçu vivenciou uma experiência de PAA, com a modalidade compra antecipada, quando vendeu 3000 sacas de feijão à Conab, com o preço duas vezes superior ao oferecido pelos atravessadores, no entanto eles demonstraram que não tiveram explicação alguma sobre o projeto nessa oportunidade, pois ficaram surpresos ao saber que existia um Programa que lhes garantia privilégios. Isso se deve, em parte, a ausência de uma sensibilização dos responsáveis pela implementação e na própria cultura dos órgãos envolvidos, que estão tradicionalmente impregnados pelo produtivismo, onde cabe pouco ou nenhuma importância à questão da segurança alimentar e ao tratamento especial que possa ser dispensado a produtores com precário controle sobre meios de produção (SILVA; COSTA, 2007).

Esse desconhecimento pode estar associado ao fato da maioria dos agricultores do quilombo de Tijaçu não estarem inseridos ou não acessarem o Pronaf. Desta forma, os objetivos do Programa podem não ser atingidos e não alcançar a parte mais significativa. O acesso a um instrumento de política pública

pode facilitar a compreensão e o envolvimento com outras iniciativas de caráter semelhante (ROCHA, 2007).

O PNAE é um bem conhecido pela comunidade, mesmo porque é um programa com aproximadamente 64 anos de atuação no país e pelo menos há 10 anos atua na comunidade como conta a quilombola de 50 anos, que atuou como merendeira:

[...] Isso faz 06 anos. Nessa época meus filhos estavam estudando e tinha merenda. Eu lembro que eu fazia em casa, ia buscar lenha no mato, bem longe daqui, pra fazer a merenda no fogo de lenha. Fazia aquele tacho de merenda, colocava dentro de uma bacia grande de alumínio, ai fazia aquela rodilha com pano grande, colocava em minha cabeça, eu ia subindo ali em cima, ai levava pra o prédio.

A Alimentação Escolar é de extrema importância para a Comunidade de Tijuacu, principalmente no povoado de Alto Bonito, onde começou o quilombo, pois nessa área residem as pessoas mais carentes da comunidade. Para eles a Alimentação Escolar representa, muitas vezes, a garantia da única refeição do dia. Uma quilombola, de 22 anos, que atuou como professora nesse povoado ano passado conta que o costume deles é fazer apenas uma refeição por dia, geralmente à noite. Ela complementa que na escola a alimentação “doce” era rejeitada pelas crianças, pois organismo não aceitava bem, mas quando essa alimentação era “salgada” eles “endoidavam”.

Uma mãe declara que se sente feliz com a alimentação escolar, pois às vezes não tem em casa o que oferecer aos seus filhos antes de irem para escola, mas tem a certeza de que lá eles encontraram o que comer, que irão voltar com “a barriguinha cheia”.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é o mais antigos dos programas de alimentação e nutrição do Brasil, que desde a sua criação em 1954 passou por várias adaptações. Foi criada com intuito de complementar a alimentação diária de crianças e jovens em idade escolar, mas atualmente assumiu um caráter suplementar, diante da quantidade de estudantes que fazem dela, a sua única ou principal refeição do dia. E assim, a partir dessa representação de que, a maioria dos alunos é carente, faminto, a Alimentação Escolar passou a ser um fator determinante da freqüência e da aprendizagem do aluno, determinando o desempenho e o funcionamento da Instituição (BEZZERA, 2009).

Para Tijuáçu a alimentação escolar é vista como uma possibilidade de perpetuação cultural deles, pois acredita ser importante a inserção de alimentos típicos da sua cultura e produzidos por eles como o aipim, o milho o vatapá, mas também um espaço de inserção do novo, do diferente daquilo que é servido em casa, visto que a alimentação escolar ganhou significado de uma alimentação feita para carentes, necessitados e famintos e por isso evoluiu de complemento alimentar para uma refeição. Segundo Zaluar (1985, apud BEZERRA, 2009), alimentação é a categoria principal de articulação do pensamento dos pobres urbanos sobre sua condição. Além de poderoso símbolo de prestígio social e riqueza, emerge como uma categoria que estabelece fronteiras entre os pobres e os que não são pobres, bem como favorece a identidade social de classe. No entanto, para alguns estudantes quilombolas a Alimentação Escolar não deveria servir “comida” como arroz, feijão, carne, mesmo tendo ciência que muitos estudantes não têm isso em casa. “No horário da merenda, tem que dar merenda”. Para outros a Alimentação Escolar “deveria ser mais coisa da roça mesmo, porque a maioria dos alunos vem da roça e eles gostam de comer essas coisas, milho, mandioca. Porque eles saem muito cedo ou porque não tem o que comer em casa”. Isso demonstra a necessidade de repensar algumas práticas no cotidiano escolar relacionado à Alimentação Escolar, em especial, em comunidades tradicionais.

O caráter dinâmico da sociedade moderna provoca transformações no modo de vida dos sujeitos, mesmo nos mais recônditos dos lugares. A adoção de novos hábitos alimentares é imposta pela mídia, no cotidiano das pessoas, traduzidos pelo mito da facilidade do preparo dos alimentos de fora, que se revestem de aspectos altamente fascinantes e sedutores. A televisão como o principal veículo de comunicação de massa fornece um repertório de informações a respeito dos novos hábitos alimentares como a expressão de transformações sociais e culturais impostas pela sociedade industrial moderna (ASSIS et al., 1999). Essas influências desencadeiam posicionamentos distintos: muitas vezes há o apego as raízes, tradições, como forma de não perder o total reconhecimento de si mesmo; outros lutam por fazer e ser parte desse novo nicho social, assimilando seus paradigmas, valores, em um movimento de negação de sua identidade de origem; enfim, outros sem perder o vínculo com as suas tradições, mantêm-se abertas para o espaço de negociação para além dos limites (RIOS, 2005). A televisão pode, de fato, ter

contribuído para a incorporação de novos hábitos na comunidade quilombola de Tijuacu, pois é um bem comum a todos da comunidade, seja na sua própria casa ou na casa do vizinho.

O PNAE é visto como uma estratégia capaz de contribuir para redução na insegurança alimentar, à medida que ele não se limita apenas a atender a clientela que está inserida na escola, mas pensa na condição de sobrevivência das famílias desses estudantes, que às vezes, nem essa refeição tem garantida. Sendo assim, em seu contexto o PNAE traz várias especificidades, principalmente em relação às comunidades tradicionais, no qual o valor do recurso é diferenciado daquelas comunidades que não se enquadram nessa categoria. Isso seria uma das formas que o Governo encontrou para “quitar” sua dívida histórica com esses povos e cumprir o princípio da equidade. Nesse processo de reparação acrescenta-se a prioridade que foi dada a essas comunidades com a criação da Resolução 38/2009 do FNDE, que prevê regalias quanto à compra de gêneros alimentícios através do PAA, sem a necessidade de processo licitatório. Esse seria um dos motivos que limitava a participação dos pequenos agricultores nesse processo, por não apresentarem capital suficiente.

A possibilidade da existência de um Programa, como o PAA, que garantisse a compra dos seus produtos, foi vista com boas perspectivas pelo quilombo. Os agricultores disseram que se sentiriam estimulados a plantar, pois os riscos da atividade produtiva estariam minimizados e teriam, principalmente, a certeza de renda para complementar as suas necessidades, que a roça sozinha não é capaz de suprir, amenizando assim, o problema da insegurança alimentar e nutricional. Eles reconhecem que um programa assim contribui para a distribuição de renda, assegura a circulação do dinheiro na economia local, favorece a preservação da cultura alimentar regional. Vieira e Viana (2007) acrescentam que o PAA ainda colabora para a exploração mais racional do espaço rural e é um incentivo à agrobiodiversidade.

O processo de operacionalização do PAA é recente e apresenta várias alternativas para sanar os principais problemas enfrentados pelos pequenos agricultores como: a logística da venda de seus produtos, para evitar a exploração demasiada dos compradores intermediários, e a realidade de preços remuneradores, pois funciona como um mecanismo de sustentação dos preços dos

produtos. No entanto, o Programa exige que sejam feitos ajustes, principalmente na divulgação, que neste caso e nesta situação pode ser considerada o entrave principal, podendo dificultar a operacionalização e a efetivação do Programa. Essa divulgação deficiente também é detectada em vários municípios em que há uma maior abrangência do PAA (LOPES, 2007).

Na recente resolução 38/2009 do FNDE foi dada a prioridade a agricultores familiares de comunidades tradicionais, como a quilombola de Tijuaçu, para fornecer alimentos para o Programa de Alimentação Escolar no município (BRASIL, 2009). Entretanto, na formatação do PAA há algumas exigências que precisam ser analisadas para verificar até que ponto elas podem ser apontadas como limitadoras ou facilitadoras da participação de muitos agricultores familiares no Programa como: a exigência de documentação adequada, estar enquadrado no perfil do Pronaf, falta de apoio técnico e a participação em cooperativas, que acabam inibindo a adesão do agricultor. Mas essa falta de organização não pode se constituir em um elemento de exclusão dos agricultores, já que são os mais frágeis e os que possuem mais dificuldades nas relações com o mercado.

A comunidade de Tijuaçu não possui cooperativa e alega que nunca ter estudaram essa possibilidade, pois acreditavam que a Associação Agropastoril seria suficiente, considerando que a cooperativa acaba sendo mais onerosa para funcionamento e manutenção. A questão da formação de cooperativa é vista como uma alternativa muito boa e importante, que ajudaria bastante na renda, mas que precisa ser discutida e amadurecida juntamente com a comunidade, pois muitos desconhecem como funciona e quais os objetivos de uma cooperativa. Esse desconhecimento pode se tornar um grande empecilho para sua concretização, na medida em que os pequenos agricultores não terão como se envolver em algo do qual eles não conhecem a sua formatação técnico-burocrática. No entanto, vale à pena salientar que o simples fato de participar de uma cooperativa ou associação não indica necessariamente que o agricultor tem todas as suas necessidades atendidas e consolidadas. Pode indicar que se encontra em um processo de organização, por meio de grupo que poderá fortalecê-lo no momento de reivindicar seus direitos. Desta forma, é necessário ponderar se a base mínima exigida para participação em algumas modalidades do Programa, caracterizada pela necessidade

de cooperativas ou associações de agricultores familiares, passou a ser excludente ou facilitadora do processo de comercialização.

A existência de uma Entidade Articuladora para assessorar a articulação do ente público com o grupo informal, composto por agricultores familiares que não estão inseridos em cooperativas, seria uma possibilidade de acesso destes ao PAA direcionado para a Alimentação Escolar. No município, caso existisse essa Entidade Articuladora, a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento obrigatório para participação dos agricultores familiares, poderia se tornar um obstáculo para esse processo.

Segundo o representante do governo local, hoje as políticas públicas de reparação começam a melhorar a auto-estima dos negros e proporcionam empoderamento ao homem do campo, rompendo com a prática de clientelismo e de políticas compensatórias. Antes ele dialoga, discute em conjunto os projetos, pois acabou com aquele modelo antigo de estabelecer programas padrão, sem atentar-se as especificidades. Entretanto, afirma que o PAA no município deixa muito a desejar e que necessita da participação de todos os atores sociais para atender aos requisitos do Programa. O município demorou muito a ser contemplado pelo Pronaf e por isso está tendo dificuldades em emitir a DAP, por questões estruturais e de logística do próprio município. Além disso, no caso dos quilombolas, sem a titulação das terras não tem como emitir as DAP's e conseqüentemente, não tem como participar do PAA. Ele complementa dizendo que a falta de conhecimento dos agricultores, de profissionalização do jovem, que perdeu o encanto pela roça e a burocratização do Programa podem estar contribuindo para que o PAA esteja tão incipiente em Senhor do Bonfim. Entretanto, ele alerta para o fato que a agricultura familiar não deve se direcionar apenas no PAA, pois ele é apenas um instrumento institucional, não se constituindo, portanto, em uma política de Estado. Assim, está susceptível a extinção caso ocorra mudança de governo que não dê continuidade a sua execução.

Segundo, Silva e Costa (2007), problemas como desconhecimento do Programa pelo público-alvo, devido a sua divulgação ineficiente; atraso na emissão da DAP, por dificuldades internas do INCRA ou ausência de assistência técnica; ausência de conselhos locais; descompasso entre a liberação do orçamento e o prazo dos recursos liberados; demanda para venda maior que o recurso disponível e

a capacidade de operação; incompatibilidade entre os padrões de qualidade e as reais condições de atendimento, entre outros, são os principais gargalos que interferem na qualidade da implementação e da aplicação efetiva do PAA, ratificando as informações dadas pelo representante do governo.

No caso específico da comunidade de Tijuaçu, além dessas limitações citadas acima, existe, a principal, que é a burocratização para a titulação das terras quilombolas, associadas à falta de implementos agrícolas. Sem a terra não há como produzir, sem produção não tem como participar do PAA, sem essa possibilidade fica mais difícil promover as mudanças que garantam a segurança alimentar e nutricional do quilombo de Tijuaçu. Mesmo assim, com todos esses obstáculos a comunidade concebe o fornecimento de alimentos para a Alimentação Escolar como uma estratégia capaz de melhorar seu futuro, gerando renda, aumentando sua auto-estima, diminuindo o êxodo rural e promovendo saúde, como afirma a quilombola de 42 anos: “Acho bom o que planta ir pra escola, porque já vai dar um rendo pra gente. [...] a gente já faz com aquele interesse, indo colher pra aquele futuro”. Opinião esta, que fora ratificada pela quilombola de 50 anos que diz o seguinte: “[...] Com a compra pra alimentação escolar [...] isso possibilitaria um renda muito boa na sua família e dali poderia mudar a história da comunidade financeiramente e poderia também mudar a história da saúde da comunidade”.

Deste modo, como afirma o representante local, a melhor solução seria incentivar a agricultura familiar a caminhar com as próprias pernas, desde que houvesse incentivos governamentais para isso. O PAA seria importante nesse processo desde que se tornasse uma política pública permanente, caso contrário a sua eficácia fica comprometida (VIEIRA e GROSSI, 2008).

7.5 Perspectivas de Segurança Alimentar e Nutricional no Quilombo de Tijuáçu pelo PAA e PNAE

A comunidade quilombola de Tijuáçu difere-se bastante das demais por diversos fatores, dentre eles a sua localização de fácil acesso, a estruturação do quilombo com suas casas de alvenaria, mesmo que seja apenas a fachada e, principalmente, pelas conquistas alcançadas até então. Entretanto, quando direcionamos para a questão da titulação de suas terras o problema é semelhante à de muitas outras comunidades remanescentes de quilombo no país. Para a comunidade quilombola a terra é sinônimo de sobrevivência e sem ela está colocando em risco qualquer possibilidade de desenvolvimento, pois é dela que provem o alimento fonte de sua subsistência. Partindo deste contexto, comprometida a promoção da segurança alimentar e nutricional no seu contexto mais amplo. O Estado reconheceu a titularidade do domínio das terras tradicionalmente ocupadas aos remanescentes de quilombo, porém foi um reconhecimento abstrato, pois a sua operacionalização se consumou num impasse institucional desse direito, fato que se verifica pelas inúmeras comunidades sem titulação. As titulações que foram, até hoje, concedidas deve-se muita mais à luta persistente do movimento quilombola, como é o caso de Tijuáçu. A comunidade relata que no início da luta pela regularização fundiária era mais complicado, porque necessitava de indicações políticas, mostrando a falta de vontade e de prioridade dada a estas comunidades, não valorizando seus pleitos, vulgarizando suas reivindicações e desrespeitando o que determina a Constituição Federal. Sem terras não há como plantar, com isso fica mais difícil gerar renda numa comunidade, na qual a sua sobrevivência depende da agricultura. Assim, com tantos entraves, vai gerando uma bola de neve que contribui para piorar a situação da população negra no Brasil.

O país tem adotado as ações afirmativas como uma forma de reparação do sofrimento histórico que esse grupo étnico foi submetido, mas parece que essas articulações servem apenas para o Estado eximir-se de suas responsabilidades, pois as suas determinações teóricas não são condizentes com a prática. No tocante ao Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, através da resolução 38/2009 do FNDE, oferece algumas prioridades, oportunizando a inclusão destes

agricultores quilombolas no mercado, do qual são excluídos por falta de estrutura, principalmente econômica, isentando-lhes do processo licitatório. No entanto, o grande gargalo dessa resolução está na determinação da obrigatoriedade de emissão da DAP para o agricultor participar do programa, pois para emissão desse documento é necessário que o agricultor seja o proprietário das terras. Isso acaba gerando uma grande contradição relacionada questão de regularização das terras quilombolas. Como o quilombo de Tijuaçu poderá participar do PAA para o PNAE se até hoje, o processo de regularização de suas terras não foi concretizado? Como poderá emitir um documento que comprove a propriedade de uma terra que é reconhecida como sua, mas não lhe é dada a posse? Sendo assim o primeiro impasse que impede a promoção da SAN nesse quilombo seria a não regularização das terras quilombolas.

A proposta de titulação das terras dos negros existe desde 1988, mas até agora milhares de famílias vivem em situação calamitosa, por não ter onde plantar. A falta de terra leva o quilombola de Tijuaçu a procurar alternativas como a “exploração” do seu dia de trabalho na lavoura, que associado a falta de terra, de implementos agrícolas e da garantia a compra com preço justo dos alimentos produzidos, contribuem para o desencantamento destes pela roça.

Os jovens atualmente aparecem como os mais desencantados, pois não querem ter o futuro limitado, por presenciarem o sofrimento de seus pais. Por isso procuram outras possibilidades fora da comunidade. Infelizmente, no sistema educacional formal brasileiro, mesmo existindo a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana no currículo escolar da educação básica e cria as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico/raciais, enfatizando que a valorização da cultura pode facilitar a aprendizagem, que está constituída de noções que estão presentes no universo cultural, sendo capaz de ancorar novos conceitos e fazer progredir a compreensão de sua própria trajetória, pode ser apontada como um grande cenário revelador das desigualdades a que estão submetidos os afrodescendentes no Brasil.

O balanço nacional da implementação da Lei 10.639/2003, que foi alterada pela lei 11. 645/2008 revela que, apesar da riqueza das experiências nos últimos anos, a maioria delas se enquadra como experiências isoladas não abrangendo a educação básica e a totalidade das redes de ensino, restringindo-se a projetos

descontínuos e de pouca articulação com as políticas do campo da educação, tais como formação de professores, materiais e livros didáticos, o que indica baixa institucionalidade (SILVA, 2008a). O nosso segregador sistema educacional sempre reservou aos negros e pobres em geral uma educação de inferior qualidade. Como poderão os jovens se encantar pela suas tradições e cultura se a escola formal não contempla esses aspectos em seu currículo? Talvez, a partir do momento que a educação formal for direcionada a atender as especificidades das comunidades tradicionais, considerando a consciência cultural do povo negro e compreendendo como os quilombolas constroem, vivem e reinventam suas tradições culturais de matriz africana na vida cotidiana, certamente contribuirá para revigorar o sentimento de encantamento pela roça. Um belo exemplo pode ser testemunhado pelo jovem quilombola que teve a oportunidade de estudar na escola agrotécnica e descobrir vários encantos da roça, até então, desconhecidos por ele e tantos outros jovens da comunidade.

O sistema de cotas aparece como uma alternativa compensatória para democratizar o acesso do negro ao ensino superior e melhorar as estatísticas e sua invisibilidade social. Ele é encarado como um dispositivo de combate à elevada desigualdade racial no Brasil, mas é preciso que a sociedade acabe com o mito da democracia racial, ou seja, o mito da ausência de discriminação ou preconceito racial no país, para que o negro conclua o ensino superior e possa encarar dignamente o mercado de trabalho e assim contribuir na luta pelos seus direitos.

No Nordeste brasileiro a sobrevivência do pequeno agricultor está subordinada à lógica imposta pelas relações sociais e econômicas que molduram politicamente a seca. Neste sentido, as condições de vida do pequeno produtor não resultam somente da combinação do tamanho da terra e dos recursos para cultivá-los, mas também das políticas governamentais destinadas à pequena produção e aos setores pauperizados do país. Os quilombolas explicitam em seus depoimentos que a forma como a agricultura brasileira está estruturada, com base na monocultura alimentar, que visa o lucro desordenado e para isso utiliza-se de meios como agrotóxico e sementes geneticamente modificadas, é extremamente comprometedor ao desenvolvimento das comunidades quilombolas, visto que estas trabalham em uma agricultura orgânica, “natural” e que sem incentivos governamentais não terá condições de encarar um mercado produtor tão competitivo. Além disso, tem os

fatores ambientais que desfavorecem a região, precisando de um sistema de irrigação e de renovação do solo, bem como o desenvolvimento de produtos agrícolas que se adéquem a essa condição climática, a exemplo das novas variedades de mandioca como declarou o representante do governo local.

Como essas comunidades viveram em desfavorecimento há mais de 122 anos, quando aconteceu a “falsa” libertação dos escravos, necessita de ações governamentais que, de fato, propiciem condições de prosperidade e não só estabelecer políticas que não se adequam a realidade destas comunidades, que não atendem às suas especificidades. A comunidade tem condições de crescer econômica e socialmente, como o exemplo do “Projeto Quilombonito”, que tem o apoio de Instituições Estaduais, fornecendo produtos beneficiados da própria produção da mandioca da comunidade para as escolas e famílias carentes do quilombo. Isso mostra que faltam apenas incentivos para favorecer o desenvolvimento das comunidades tradicionais.

Fica evidente, pelo menos para a comunidade quilombola de Tijuaçu, que a junção de um programa que garanta a compra dos alimentos produzidos organicamente, pertencentes à cultura local, por preços justos para oferecer ao Programa de Alimentação Escolar do município é uma ótima estratégia de promoção de SAN, no entanto, nas condições atuais, é uma possibilidade bem distante da realidade do quilombo de Tijuaçu.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quilombo de Tijuaçu tornou-se um imperativo de sobrevivência, pois a falsa abolição da escravatura os deixou abandonados à própria sorte, desprovidos de qualquer patrimônio, vivendo na mais absoluta miséria. Souberam enfrentar as resistências e preconceitos de uma sociedade que, segundo Domingues (2005), possui uma segregação racial não declarada, e por isso despreza a cultura e a visão de mundo das comunidades tradicionais, principalmente a negra. E assim, a sociedade brasileira logrou proceder, através das mais variadas formas de discriminação, à exclusão e ao alijamento desses negros do processo produtivo conseqüente e da vida social digna. Só com a Promulgação da Constituição em 1998, os remanescentes de quilombos puderam ser identificados como tais, e pôde-se igualmente perceber que eles compõem uma parcela significativa da população brasileira.

A experiência nesse quilombo serviu para mostrar que não bastam apenas “boas intenções”, retórica política e debates acadêmicos, mas sim ações efetivas para enfrentar o problema da exclusão social do negro no Brasil. O Estado precisa criar condições, principalmente no campo das políticas públicas, para assegurar o respeito à diversidade étnico-racial que compõe a população brasileira, fazendo adaptações nas legislações e implementando ações condizentes com as especificidades e não implantando ações políticas gerais e conduzir a situação fingindo que resolveu o que não resolveu, até que o problema ressurja.

A estratégia do PAA é encarada como uma bela alternativa para promoção de desenvolvimento social e econômico, de geração de renda, enfim de segurança alimentar e nutricional para agricultores familiares, principalmente de comunidades tradicionais, mas no caso específico de Tijuaçu, que se assemelha ao de muitas outras comunidades quilombolas no país, a burocratização e as fragilidades do próprio programa impedem que os mesmos possam ser contemplados por essa ação política. A morosidade no processo de titulação de suas terras quilombolas é o principal entrave para esse desenvolvimento, pois impede a emissão da documentação necessária para participar do Programa, além de que, sem terras não há como produzir, a não ser através da venda da sua força de trabalho por valores

ínfimos. Devemos considerar também que o Programa mostra a sua fragilidade à medida que não fornece a estruturação base para que esses agricultores possam produzir, pois falta o incentivo, como implementos agrícolas, soluções para os principais problemas climáticos, bem como melhorar a própria divulgação, para que esses agricultores tomem conhecimento das suas possibilidades.

O Quilombo de Tijuçu nos ensina que é preciso produzir, gerar renda, mas que é preciso que tudo isso venha acompanhado de condições que favoreçam a preservação da saúde e com isso fazem uma grande crítica ao modo de produção da agricultura patronal, que se baseia no uso de agrotóxicos e outras tecnologias, que provavelmente são responsáveis pela menor sobrevivência da raça humana. A produção agrícola do alimento natural faz parte da sua identidade quilombola.

O PNAE, quando contempla o PAA, é reconhecido pelo quilombo como uma ação afirmativa capaz de promover a SAN das crianças da escola e de seus familiares. Os primeiros através de uma alimentação mais saudável, rica em alimentos “naturais”, produzidos na terra, contemplando os aspectos tradicionais de sua cultura como o próprio vatapá, mas sem se eximir dos produtos ditos da modernidade, ou seja, as novidades desejadas pelos alunos. Para a família essa SAN é garantida através da geração de emprego e renda, que lhe proporcionam desenvolvimento e inserção social.

As ações como o PAA e o sistema de cotas para os negros nas universidades entre outras, são formas de romper com a barreira do silêncio que paira sobre o racismo e promover a igualdade daqueles que foram e são discriminados e marginalizados por preconceitos enraizados na cultura dominante da sociedade. Entretanto, essa ação transformadora atua apenas como um paliativo, pois não atinge as causas dessa situação. É preciso que seja trabalhada a valorização da cultura afrobrasileira, e a escola é o espaço primordial para esse processo de mudança, para que os amplos setores da sociedade civil não só se conscientizam cada vez mais do problema do racismo, como também se debruçam em busca das possíveis soluções. Vale salientar também, a necessidade de uma associação entre a educação formal e as práticas culturais dessas comunidades, para evitar idéias equivocadas como a apresentada por uma quilombola de que, a escola possa atuar como um distanciador do jovem da roça.

Recomenda-se a implantação do PAA regional para promover a inclusão do agricultor familiar ao Mercado, bem como dinamizar a economia local; que o poder público atue de forma a minimizar a burocratização na regularização e titulação das terras quilombolas, em especial o território quilombola de Tijuáçu, e que sejam feitas adaptações na resolução 38/FNDE que atendam as necessidades locais dos agricultores familiares, especificamente dos quilombolas; que o Governo antes de implementar as políticas, resoluções e/ou leis, propiciem os meios reais para que os beneficiários foco das políticas, possam participar delas. Neste caso, específico dos agricultores familiares, propiciar os implementos agrícolas, sementes, terras, entre outros.

Enfim, sugere-se a realização de novas pesquisas que possam compreender as necessidades, as representações sociais e valores culturais e simbólicos, entre outros significados dessas comunidades tradicionais, para que sejam construídas e aperfeiçoadas políticas públicas que atendam essas especificidades. Assim, poderá garantir o cumprimento do princípio da equidade e fazer valer realmente a concretização dos seus direitos e a reparação histórica das injustiças e atrocidades causadas no passado, proporcionando condições dignas de sobrevivência e respeito a suas tradições culturais. Desta forma, poderemos vivenciar uma sociedade justa, livre e solidária, promotora do bem de todos, sem preconceitos de espécie ou qualquer outra forma de discriminação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Integrar sociedade e natureza na luta contra a fome no século XXI. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n.11, p. 2704-2709, nov. 2008.

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC: UNICAMP, 1992.

AERTS, D.; DRACHLER, M. L.; GIUGLIANI, E. R. J. Determinants of growth retardation in Southern Brazil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 20, n.5, p.1182-1190, set./out. 2004.

ALIMENTOS naturais. Disponível em:

<<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/aditivos-quimicos/alimentos-naturais.php>>. Acesso em: 28 set. 2010.

ALTAFIN, I.; ROCHA, L. A. Propriedade para a agricultura familiar: por que é tão difícil? Cadernos do Ceam, Brasília, DF, v. 5, n. 17, p. 99-115, 2005.

ANJOS, L. A. dos. et al. Crescimento e estado nutricional em amostra probabilística de escolares no Município do Rio de Janeiro, 1999. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.19 (sup. 1): S171-S179, 2003.

ARRUDA, B. K. G. "Geografia da fome": da lógica regional à universalidade. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 545-549, jul./set. 1997.

ASSIS, A. M. O., et al. Bró, caxixe e ouricuri: Estratégias de sobrevivência no semi-árido baiano. Revista de Nutrição da Puccamp, Campinas, v.12, n. 2, p. 159-166, maio/ago. 1999.

ASSIS, A. M. O.; BARRETO, M. L. Condições de vida, saúde e nutrição na infância em Salvador. Salvador: UFBA, 2000.

BACKES, C. E. et al. Triagem neonatal como um problema de saúde pública. Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia, São José do Rio Preto, v. 27, n. 1, p. 43-47, 2005.

BETO, F. Agronegócio e agricultura familiar. Correio Braziliense, Brasília, 26 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.terrazul.m2014.net/spip.php?article195>>. Acesso em: 5 maio 2010.

BEZERRA, J. A. B. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. Revista Brasileira de Educação, v.14, n. 40, jan./abr. 2009.

BICKEL, G. et al. Guide to measuring household food security: Revised 2000. Alexandria: Food and Nutrition Service, 2000. Disponível em: <<http://www.fns.usda.gov/fsec>>. Acesso em: 2 ago. 2009.

BIZZO, M. L. G. Ação política e pensamento social de Josué de Castro. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de Ciências Humanas, Belém, v.4, n.3, p. 401-420, set./dez. 2009.

BOURDIEU, P. A. Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRASIL. Companhia nacional de abastecimento. Programa de aquisição de alimentos, 2008a. Brasília: CONAB. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturafamiliar/paaoquee.html>>. Acesso em: 2 dez. 2009.

BRASIL. Decreto nº 6959, de 15 de setembro de 2009. Dário Oficial [da República Federativa do Brasil], Poder Executivo, Brasília, DF, 16 set. 2009a. Disponível em: <www.planalto.gov.br/.../2009/Decreto/D6959.htm>. Acesso em: 5 maio 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0986.htm>. Acesso em: 28 set. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Alimentação Escolar. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br>>. Acesso em: 7 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de saúde da população negra: Uma questão de equidade. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Avaliação do programa bolsa-alimentação: primeira fase. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de alimentação e nutrição. 2. ed. Rev., 5. Reimpr., Brasília, DF, 2008, 48p.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política nacional da saúde integral da população negra. Brasília: Ministério da Saúde; 2007.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Programa de aquisição de alimentos. Manual operacional e de orientação ao proponente ano 2009. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; 2009b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Novo retrato da agricultura familiar. O Brasil redescoberto. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Estudo comparado sobre a efetividade das diferentes modalidades do programa de aquisição de alimentos no nordeste. In: _____. Avaliação de políticas públicas e programas do MDS: resultados: segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF, 2007a, p. 17-49.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Programas e ações do fome zero. Disponível em: <www.fomezero.com.br>. Acesso em: 12 nov. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de avaliação e gestão da informação. Departamento de Avaliação e Monitoramento. Coordenação-geral de avaliação e monitoramento da demanda. Resumo executivo: Chamada quilombola 2006. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2007.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Programa Brasil quilombola. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; 2005.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. E. Agricultura familiar e o novo mundo rural. Sociologias, ano 5, n. 10, p. 312-347, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2010.

BUKHARI, H. M.; MARGETTS, B. M.; JACKSON, A. Food insecurity in the UK: determinants and consequences. Asia Pacific Journal of Clinical Nutrition, n.13, 2004. Supplement. Disponível em: <<http://apjcn.nhri.org.tw/server/APJCN/ProcNutSoc/2000+/2004/167.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2009.

BURLANDY, L.; COSTA, R. S. Segurança Alimentar e Nutricional: concepções e desenhos de investigação. In: KAC, G. et al. (Org). Epidemiologia nutricional. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. v. 1, p. 485-501.

CALDAS, A., GARCIA, L. Direito à terra das comunidades remanescentes de quilombos: o longo e tortuoso caminho da titulação. 2007. Disponível em: <<http://global.org.br/programas/direito-a-terra-das-comunidades-remanescentes-de-quilombos-o-longo-e-tortuoso-caminho-da-titulacao/>>. Acesso em: 15 set. 2010.

APORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica, Porto Alegre, 2002.

CARRIL, L. Terras de negros: Herança de quilombos. São Paulo: Scipione, 2001, 71p.

CARVALHO, A. S. Cemitério de Tijuacu. Senhor do Bonfim, 2010. 1 fotografia, color.

CARVALHO, A. S. Escola municipal Antônio José de Souza em Tijuacu. Senhor do Bonfim, 2010. 1 fotografia, color.

CARVALHO, A. S. Feira livre em Tijuacu. Senhor do Bonfim, 2010. 1 fotografia, color.

CARVALHO, A. S. Igreja de São Benedito em Tijuacu. Senhor do Bonfim, 2010. 1 fotografia, color.

CARVALHO, A. S. Praça do Comércio em Tijuacu. Senhor do Bonfim, 2010. 1 fotografia, color.

CARVALHO, A. S. Reza do Cruzeiro na sexta-feira da paixão em Tijuacu. Senhor do Bonfim, 2010. 1 fotografia, color.

CARVALHO, A. S. Rua José Genário em Tijuacu. Senhor do Bonfim, 2010. 1 fotografia, color.

CARVALHO, A. S. Rua Nova em Tijuacu. Senhor do Bonfim, 2010. 1 fotografia, color.

CARVALHO, A. S. Tabuleiro de acarajé em Tijuacu. Senhor do Bonfim, 2010. 1 fotografia, color.

CARVALHO, A. T. et al. Cartografia do retardo estatural em escolares do Estado da Paraíba, Brasil. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 34, n.1, p.3-8, fev. 2000.

CARVALHO, M. C. V. S. Estilos de alimentação natural. CERES, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 53-56, out. 2009.

CASTRO, A. M. de. Fome, um tema proibido. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 256p.

CEPLAC. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. Disponível em: <www.ceplac.gov.br/radar/artigos/artigo3.htm>. Acesso em: 27 nov. 2009.

CERQUEIRA, P. S.; ROCHA, A. P.; COELHO, V. P. Agricultura familiar e políticas pública: Algumas reflexões sobre o programa de aquisição de alimentos no Estado da Bahia. Revista Desenharia, Salvador, v.3, n. 5, p.55-78, set. 2006.

COIMBRA JR, C. E. A.; SANTOS, R. V. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações com ênfase nos povos indígenas no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 125-132, 2000.

CONDE, W. L., GIGANTE, D. P. Epidemiologia da desnutrição infantil. In KAC, G. et al. (org). Epidemiologia Nutricional. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007, v. 1, p. 281-295.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução 196 de 10 de outubro de 1996 do Ministério da saúde. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/pesquisa_cns.pdf>. Acesso em: 20 set. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Brasil). Documento de referência da II conferência nacional de segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF, 2004.

CORRÊA, V. Geografia da fome de Josué de Castro faz 60 anos. 2006. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/geografia-da-fome-de-josue-de-castro-faz-quarenta-anos>>. Acesso em: 20 out. 2010.

CUSTÓDIO, A. V., LIMA, F. S. O direito fundamental à titulação de terras das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Espaço Jurídico, Joaçaba, v.10, n.2, p. 275-298, jul./dez. 2009.

DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. Revista Brasileira de Educação, Paraná, n. 29, p. 164-176, maio/jun./jul./ago. 2005.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. Porto Alegre, mar., 2010. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2062-1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2010.

EVANGELISTA, F. R. A agricultura familiar no Brasil e no nordeste. Banco do nordeste do Brasil: Escritório técnico de estudos econômicos do nordeste (ETENE), 2000. Disponível em: <http://www.banconordeste.com/content/aplicação/ETENE/Rede_Irrigacao/Docs/AgriculturaFamiliarNoBrasilenoNordeste.pdf>. Acesso em: 5 maio 2010.

FARIA, C. Sertão nordestino. 2008. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/sertao-nordestino>>. Acesso em: 1 Set. 2010.

FILHO, M. B.; ASSIS, A. M. O.; KAC, G. Transição Nutricional: conceitos e características. In: KAC, G. et al (Org). Epidemiologia Nutricional. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007, v. 1, p. 445-460.

FONTANELLA, B.; RICAS, J.; TURATO, E. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e plano de ação da cimeira mundial da alimentação. World Food Summit; 1996.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Brasília, DF, 1994.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe em 2009: Uma nova agenda de políticas públicas para superar a crise alimentar. Resumo executivo. Escritório regional da FAO para América Latina e Caribe, out. 2009. Disponível em: <https://www.fao.org.br/download/PSANALC_p.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Sustainable agricultural production: implications for international agricultural research. FAO Research and Technology, paper 4, 1989. 131 p.

FRANÇA, J. I.; SILVA, G. R.; MONTEIRO, C. A. Tendência secular da altura na idade adulta de crianças nascidas na cidade de São Paulo entre 1950 e 1976. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 34 (supl 6), p. 102-7, 2000.

FREITAS, M. C. S. Uma abordagem fenomenológica da fome. Revista de Nutrição da Puccamp, Campinas, v.15, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2002.

GAMA, A. M., OLIVEIRA, A. M. Propriedades dos remanescentes das comunidades quilombolas como direito fundamental. 2007. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/_temp/sites/000/6/download/brasil/artigo-quilombobrasil-01.pdf>. Acesso em: 1 set. 2010.

GEERTZ, C. A interpretação da cultura. Rio de Janeiro: LCT, 1989.

GETZ, F. World of the body: health foods. Disponível em: <<http://www.answers.com/topic/health-food>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

GIGANTE, D. P.; MOURA, E. C. de; SARDINHA, L. M. V. Prevalência de excesso de peso e obesidade e fatores associados, Brasil, 2006. Revista de Saúde Pública, São Paulo, 43(supl 2), p. 83-9, ago. 2009.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1995.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. Revista Brasileira de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, n.23, p. 75-85, maio/jun./jul./ago. 2003.

GOOGLE MAPS. Dados cartográficos: Mapa de localização de Tijuacu (figura 1). Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 21 out. 2010.

GUERRERO, A. F. H. et al. Mortalidade infantil em remanescentes de quilombos do município e Santarém-Pará, Brasil. Saúde e Sociedade, São Paulo, v.16, n.2, p. 103-110, 2007.

GUSMÃO, N. M. M. de. Da antropologia e do direito: impasses da questão negra no campo. Palmares em Revista, Brasília: Fundação cultural Palmares, n.1, p. 1-13, 1996.

HOFFMANN, R. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: Análise dos dados do PNAD de 2004. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 15, n. 1, p. 49-61, 2008.

IBGE. Censo agropecuário 2006: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2006a. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuaria.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

IBGE. Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2003.

IBGE. Pesquisa nacional de amostras de domicílios: segurança alimentar, 2004. Rio de Janeiro, 2006.

INSTITUTO CIDADANIA (São Paulo). Projeto fome zero: uma política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Novo retrato da agricultura familiar. Brasília: INCRA/FAO, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório técnico do INCRA Bahia. 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14669:relatorio-tecnico-do-incra-bahia-beneficia-828-familias-quilombolas-de-tijuacu&catid=289:destaques-randomicos&Itemid=303>. Acesso em: 24 set. 2010.

KAC, G. Tendência secular em estatura: uma revisão da literatura. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.15, p. 451-61, jul./set.1999.

LAURENTINO, G. E. C.; ARRUDA, I. K. G.; ARRUDA, B. K. G. Nanismo nutricional em escolares no Brasil. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, Recife, v. 3, n. 4, p. 377-385, out./dez. 2003.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. O discurso do sujeito coletivo: Um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). 2ª Ed. Caxias do Sul- RS: EDUCS, 2005, 256p.

LEI, D. L. M. et al. Retardo do crescimento e condições sociais em escolares em Osasco, São Paulo, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 13, p. 277-83, abr./jun. 1997.

LEITE, I. B. “Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?” Horizontes antropológicos: diversidade cultural e cidadania. Porto Alegre: PPGAS, v. 05, n. 10, maio/1999, 41p.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Florianópolis: NUER/UFSC, n.7, 2000, 40p.

LIFSCHITZ, J. Alimentação e cultura: em torno ao natural. PHYSIS. Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.7, n.2 p. 69-83, 1997.

LIMA, M. A. D. S.; ALMEIDA, M. C. P.; LIMA, C.C. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa em enfermagem. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v.20, n. esp., p. 130-142, 1999.

LIRA, I. Caatinga e mudanças climáticas, 2010. Tribuna do Norte via O Nordeste. Disponível em: <<http://nossosemiario.blogspot.com/2010/08/reportagem-caatinga-e-mudancas.html>>. Acesso em: 1 set. 2010.

LOPES, M. S.; LONGHI, N. E. Análise do programa de aquisição de alimentos – PAA nos assentamentos Roseli Nunes e Florestan Fernandes no Vale do Jauru – MT, 2007. Disponível em: <www.unemat.br/prppg/jornada2008/resumos_conic/Expandido_00647.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2009.

MACHADO, P. B.; SALGADO, J. S.; KROPIDLOWSKI, M.; SANTOS, V. Tijuaçu uma resistência no semi-árido baiano. Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim. Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Senhor do Bonfim, Bahia, dez. 2004.

MADER, H. Uma agricultura familiar e diversa: a construção de identidades no campo brasileiro, 2006. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/Sesc/conferencias_new/subindex.cfm?Referencia=4559&ParamEnd=5>. Acesso em: 10 fev. 2010.

MALINOWSKI, B. Uma teoria científica da cultura. São Paulo: Zahar, 1975.

MARTORELL, R.; KHAN, L. K.; HUGHES, M. L.; GRUMMER-STRAWN, L.M. Overweight and obesity in preschool children from developing countries. International Journal of Obesity, Atlanta, v. 24, p.959-67, August, 2000.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. UERJ, 2001. Disponível em: <www.ines.org.br/paginas/revista>. Acesso em: 11 maio 2010.

MENESES, U. T. B., CARNEIRO, H. A história da alimentação: balizas historiográficas. Anais do Museu Paulista, São Paulo, n. série, v.5, p. 9-91, jan./dez. 1997.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Uerj/ Abrasco, 1994.

MIRANDA, C. A. S. Memórias despertadas: experiências de vida Tijuacu-Ba. Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 01: História e Cultura Afro-brasileira e a contribuição das populações de matrizes africanas no Brasil, 2006. Disponível em: <www.uesb.br/anpuhba/artigos/...III/carmelia_aparecida_silva.pdf>. Acesso em: 20 set. 2010.

MIRANDA, C. A. S. Vestígios recuperados: experiências da comunidade rural negra de Tijuacu-Ba. Anuário e Pesquisa da UNEB. Salvador, BA, p. 01-18, 2008. Disponível em: <<http://www.anuarioppg.uneb.br/arquivos/ed1/12.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2009.

MONTEIRO, C. A.; CONDE, W. L. Tendência secular da desnutrição e da obesidade na infância na cidade de São Paulo (1974 – 1996). Revista de Saúde Pública, v.34, (6 supl), p. 52 – 61, 2000.

MOURA, C. Quilombos: Resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1987, 95 p.

MUNANGA, K.; NASCIMENTO, A. História do negro no Brasil. O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição. Brasília: Fundação Palmares, v. 01, 2004, 73 p.

NESTER, A. W. O artigo 68 da ADCT e a titulação de terras dos remanescentes de comunidades de quilombo. Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini, Curitiba, nº 15, maio de 2008. Disponível em: <<http://www.justen.com.br//informativo.php?&informativo=15&artigo=347>>. Acesso em: 15 set. 2009.

OLIVEIRA, L. P. M. et al. Preditores do retardo de crescimento linear em pré-escolares: uma abordagem multinível. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n.3, p. 601-613, mar. 2007.

OLIVEIRA, V. R., MALTA, M. C. M., FILHO, D. O. L. Conceito de alimento natural e alimento industrializado: uma abordagem sócio-comportamental. XXVII encontro nacional de engenharia da produção. Foz do Iguaçu, out. 2007a.

PAIVA E SILVA, R. B.; RAMALHO, A. S.; CASSORLA, R. M. S. A anemia falciforme como problema de saúde pública no Brasil. Revista de Saúde Pública, Campinas, v. 27, p. 54-58, 1999.

PARÉ, M. L., OLIVEIRA, L. P., VELLOSO, A.D. A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da comunidade Kalunga do Engenho II (GO). Caderno Cedes, Campinas, v. 27, n. 72,p. 215-232, maio/ago. 2007.

PASTORE, J., SILVA, N. V. Mobilidade social no Brasil. São Paulo, Makron Books, 2000.

PATERNIANI, E. Agricultura sustentável nos trópicos. Estudos avançados, v.15, n. 43, 2001.

PEDROSO JÚNIOR, N. N. P., et al. A casa e a roça: socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de Ciências Humanas, Belém, v. 3, n. 2, p. 27-252, maio/ago. 2008.

PELLETIER, D. L.; FRONGILLO, E. A. Changes in child survival are strongly associated with changes in malnutrition in developing countries. Journal of Nutrition,

Bethesda, v.133, n.1, p.107-119. Jan. 2003. Disponível em:
<<http://jn.nutrition.org/cgi/reprint/133/1/107>>. Acesso em: 2 ago. 2009.

PEREIRA, A. L. Política de Alimentação escolar para populações específicas: Quilombolas. Disponível em: <<http://www.rebrae.com.br>>. Acesso em: 7 maio 2009.
PINTO, R. P. A educação do negro: uma revisão da bibliografia. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 62, p. 3-34, ago. 1987.

PORTILHO, E. Educação e racismo, 2009. Disponível em:
<<http://secbahia.blogspot.com/2009/03/educacao-e-racismo.html>>. Acesso em: 20 set. 2010.

PRAXEDES, R. R. Classe média negra no Brasil: negros em ascensão social. Revista Espaço Acadêmico. Ano II, n. 20, jan. 2003. Disponível em:
<<http://www.espacoacademico.com.br/020/20rpraxedes.htm>>. Acesso em: 17 set. 2010.

REIS, J. J.; GOMES, F. S. Uma história da liberdade. In: REIS, J.J; GOMES, F. S. (Org.). Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 09-23.

RIBEIRO, S. P. Contornos e políticas – pobreza rural na Bahia. In: AVENA, A. (Org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

RIOS, J. A. V. P. Entre a roça e a cidade: discursos de identidade de alunos e alunas da roça na escola da cidade. Anuário de pesquisa da UNEB. Salvador, v.1, p. 1-10, 2005.

ROCHA, A. G. P.; CERQUEIRA, P. S.; COELHO, V.P. Um panorama do programa de aquisição de alimentos no estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. Revista Eletrônica Sociedade e Desenvolvimento Rural: Avaliação de políticas de aquisição de alimentos, v. 1, nº 1, 2007. Disponível em: <www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR>. Acesso em: 27 nov. 2009.

ROMANELLI, G. O significado da alimentação na família: uma visão antropológica. Medicina, Ribeirão Preto, v. 39, n.3, p. 333-9, jul./set. 2006.

ROZIN, P., et al. Preference for natural: instrumental in ideational/moral motivations, and the contrast between foods and medicines. Appetite, v. 43, p. 147-54, 2004.

SAMPAIO, Y. Sustentabilidade da agricultura familiar: o fator orientação empresarial. 1998. Disponível em: <http://www.portaldoagrovt.com.br/agro/diversos/agricultura_familiar_sustentavel.pdf>. Acesso em: 20 out. 2010.

SANTOS, L. A.S., et al. Programa nacional de alimentação escolar no contexto da municipalização. In: Sandra Maria Chaves (Org.). Avaliação de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição no Estado da Bahia. São Paulo-SP: Prol Editora Gráfica, 2008, v. 2, p. 185-226.

SANTOS, R. A., et al. Identificação da produção agrícola da agricultura familiar do município de Cabeceira do Paraguaçu-Ba. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/140.pdf>. Acesso em: 2 set. 2009.

SANTOS, S.R. Agricultura familiar no Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com>>. Acesso em: 2 set. 2009.

SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. Revista de Política Agrícola, Brasília, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, n. 2, p.78-88, abr./jun. 2005.

SCHNEIDER, S. Desenvolvimento rural regional e articulações extra-regionais. In: FÓRUM INTERNACIONAL TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA, I., 2003, Fortaleza. CE. Anais. Fortaleza, CE: [S.n.], 2003. p. 16-19.

SILVA, A. G., COSTA, F. B. Programa de aquisição de alimentos: uma avaliação institucional. 2007. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/5/1083.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2010.

SILVA, D. O., GUERRERO, A. F. H., GUERRERO, C. H., TOLEDO, L. M. de. A rede de causalidade da Insegurança alimentar e nutricional em comunidade quilombola com a construção da rodovia BR 163, Pará, Brasil. Revista de Nutrição da Puccamp, Campinas, 21(suplemento), p. 83s-97s, jul./ago. 2008.

SILVA, E. V. N. Políticas de inclusão de negros na educação: o dilema das cotas. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, II., 2007, Florianópolis. SC. Anais. Florianópolis, SC: NPMS, 2007.p.211-220.

SILVA, G. J. A. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais da educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. 2008a. Disponível em: <www.ciranda.net/spip/article2418.html>. Acesso em: 3 out. 2010.

SILVA, L. F. M. Políticas afirmativas para negros no Brasil: considerações sobre a compatibilidade com o ordenamento jurídico nacional e internacional. 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/.../LuizFernando_rev82.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2010.

SILVA, L. I. L. da. Discurso do presidente da república na cerimônia em comemoração ao dia da consciência negra e de lançamento da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial em Serra da Barriga, Alagoas. 2003. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/informacoespresidenciais/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-entrevistas-programas-de-radio-e-ideos>>. Acesso em: 11 set. 2010.

Sistema de Informação da Atenção Básica (Brasil), 2009.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. Revista Brasileira de Marketing, Opinião e Mídia, São Paulo, n. 03, p. 20-27, set. 2009.

TOSCANO, L. F. Agricultura familiar e seu grande desafio. Diário de Votuporanga. Votuporanga, ano 50, n. 12.769, p. 02, out. 2003.

VALENTE, F. L. S. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. Revista de Nutrição da Puccamp, Campinas, v. 10, n.1, p. 20-36, jan./jun. 1997.

VASCONCELOS, F. A. G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. Revista de Nutrição da Puccamp, Campinas, v. 14, n. 4, p. 439-457, jul./ago. 2005.

VASCONCELOS, F. A. G. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilbert Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. História, Ciências, Saúde, Santa Catarina, v. VIII, n. 2, p. 315-339, jul./ago. 2001.

VASCONCELOS, F. A. G. Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.24, n.11, p. 2710-2717, Nov. 2008.

VEZZALI, F. Agricultura familiar gera empregos, mas recebe pouco recurso. Repórter Brasil, 10 de ago. 2006. Disponível em: <www.reporterbrasil.com.br>. Acesso em: 15 maio 2010.

VÍCTORA, C. G. Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo, 2000.

VIEIRA, D. F. A., VIANA, C. A. S. O programa de aquisição de alimentos: PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2007, 09 p.

VIEIRA, D. F. A.; GROSSI, M. E. D. Influência do programa de aquisição de alimentos na comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso de três municípios do noroeste de Minas Gerais. Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/883.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2010.

VOGT, S. P. C.; SOUZA, R. S. de. Políticas públicas e segurança alimentar: estudo de caso do programa de compra antecipada especial com doação simultânea (fome zero) no município de Tenente Portela –RS, 2007. Disponível em: <www.coopgirasol.com.br/Userlifes/Leituras/RegiaoCeliro.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2010.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo – RS: UFP, 2001, 405 p.

WANDSCHEER, N. Consequências das mudanças climáticas para a agricultura familiar no norte de MT, 2007. Disponível em: <http://www.boell-latinoamerica.org/download_pt/Nilfo_Agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 1 set. 2010.

WEBB, P et al. Measuring household food insecurity: why it's so important and yet so difficult to do. Journal Nutrition, Bethesda, v.136, n. 5, p. 1404S-1408S, May 2006. Disponível em: <<http://jn.nutrition.org/cgi/reprint/136/5/1404S>>. Acesso em: 27 Jul. 2009.

ZAGO, M. A. Pesquisa clínica no Brasil. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 363-374, 2004.



APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Informantes chave)

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) de uma pesquisa intitulada “A Alimentação Escolar como estratégia de desenvolvimento sustentável e de promoção da segurança alimentar no quilombo de Tijuçu, no município de Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil” que tem por objetivo analisar as condições econômicas, sociais e culturalmente sustentáveis dessa população em oferecer alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, como estratégia de promoção a segurança alimentar e nutricional local.

Este estudo é importante para fornecer informações que promovam o desenvolvimento social e da segurança alimentar e nutricional dessa comunidade tradicional quilombola.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder uma entrevista que tem perguntas diretas e perguntas abertas, que será gravada e posteriormente transcrita e analisada. As entrevistas terão duração no mínimo de 01 (uma) hora de duração.

Esta pesquisa apresenta como benefícios o fortalecimento da agricultura alimentar e a valorização dos hábitos regionais e locais como forma de promover uma alimentação saudável e favorecer o desenvolvimento sócio-econômico da comunidade. O único risco em sua participação será o de se sentir constrangido diante de algum questionamento, mas tudo que o senhor(a) responder será mantido em sigilo e os resultados serão publicados sem sua identificação pessoal, que será garantido pelo anonimato de suas respostas.

Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você poderá retirar o seu consentimento. Os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em meio científico/acadêmico, respeitando-se sua privacidade. Qualquer dúvida antes e durante o desenvolvimento da pesquisa pergunte ao pesquisador com que você está conversando neste momento.

Você receberá uma cópia deste termo na qual consta o telefone e o e-mail do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, a qualquer momento. Uma cópia do termo ficará com o coordenador da pesquisa e a outra será entregue a você.

Eu, _____, concordo em participar como voluntário da referida pesquisa.

Assinatura do voluntário

Pesquisador responsável: Andréia Santos Carvalho. E-mail: nutdeia@yahoo.com.br,
Tel: (74) 3541-9729/ 8809-0715

Assinatura do pesquisador responsável

Local e data

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS



Centro de Pesquisas
AGGEU MAGALHÃES



Ministério da Saúde

Roteiro de Entrevistas

1. Identificação do entrevistado:

- 1.1. Nome;
- 1.2. Idade;
- 1.3. Composição da família;
- 1.4. Tempo de vivência na comunidade.

2. Histórico:

- 2.1 Como era a comunidade a X anos atrás? (depende da idade do entrevistado);
- 2.2 Quais as costumes e tradições dessa época?
- 2.3 Quais as dificuldades (emprego, alimentação, acesso aos serviços básicos...) dessa época?

3. Atualmente:

- 3.1. O que melhorou depois de X anos?
- 3.2. O que piorou?
- 3.3. Quais as tradições que ainda se mantêm fortes?
- 3.4. Qual a importância de cultivá-las?
- 3.5. Você já vivenciou ou conhece alguém que vivenciou a situação de não ter comida pra se alimentar e alimentar a família?

4. Concepções:

- 4.1. Qual a importância da alimentação?
- 4.2. O que é preciso pra se ter uma boa alimentação?
- 4.3. O que é uma alimentação saudável?
- 4.4. O que é uma pessoa saudável “nutrida”?
- 4.5. Qual relação entre alimentação saudável e os costumes da comunidade?
- 4.6. O que é preciso para garantir que toda comunidade tenha uma alimentação adequada, respeitando os hábitos, costumes e tradições?

- 4.7. Você acredita que a comunidade tem condições de alcançar esse propósito (segurança alimentar)?
- 4.8. Qual a importância da alimentação escolar? Ela pode fazer parte desse propósito?
- 4.9. A agricultura poderia ser o alicerce desse propósito?
- 4.10. Como funciona a agricultura na comunidade?
- 4.11. O que significa agricultura familiar?
- 4.12. O que representa a palavra família? Qual o papel do homem e da mulher nela?
- 4.13. O que você acha de um programa que valorize a agricultura familiar e garanta a compra do que é produzido por este tipo de atividade?

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

10 08 10 11:10a

CEP CPqAM FIOCRUZ

2101-2639

P.



Título do Projeto: A alimentação escolar como estratégia de desenvolvimento sustentável e de promoção da segurança alimentar no quilombo de Tijuaçu, no município de Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil.

Pesquisador responsável: ~~Antonio~~ Santos Carvalho

Instituição onde será realizado o projeto: CPqAM/Fiocruz

Data de apresentação ao CEP: 10/2009

Registro no CEP/CPqAM/Fiocruz: 72/09

Registro no CAAE: 0071.0.000.000.09

PARECER Nº 72/2009

O Comitê avaliou as modificações introduzidas e considera que os procedimentos metodológicos do Projeto em questão estão condizentes com a conduta ética que deve nortear pesquisas envolvendo seres humanos, de acordo com o Código de Ética, Resolução CNS 196/96, e complementares.

O projeto está aprovado para ser realizado em sua última formatação apresentada ao CEP e este parecer tem validade até 15 de dezembro de 2012. Em caso de necessidade de renovação do Parecer, encaminhar relatório e atualização do projeto.

Recife, 15 de dezembro de 2009.

Thielle Campozano Figueira
 Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa
 CPqAM/Fiocruz

Observação:

Anexos:

- Orientações ao pesquisador para projetos aprovados;
- Modelo de relatório anual com 1º prazo de entrega para 15/12/2010.

Campus da UFPE - Av. Moraes Rego, s/n
 CEP 50.670-420 Fone: (51) 2101.2639
 Fax: (51) 3453.1911 | 2101.2639
 Recife - PE - Brasil
 comitedeetica@cpqam.fiocruz.br

